UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

SEVERINO BENJAMIM DE LIMA

Aspectos da Complementação de Predicados
Factivos e Assertivos em PB

São Paulo
2007

SEVERINO BENJAMIM DE LIMA

**Aspectos da Complementação de Predicados
Factivos e Assertivos em PB**

Dissertação apresentada ao Departamento de Filologia e
Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre

Área de Concentração: Filologia e Língua
Portuguesa

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida C. R.
Torres Morais

São Paulo
2007

DEDICATÓRIA

A Sylvaine, minha esposa, que, com compreensão e paciência, soube dar-me o apoio de que necessitava.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela oportunidade que me deu de poder apresentar esta Dissertação

Agradeço aos professores dessa Instituição que me transmitiram as informações, os conhecimentos e a orientação sem os quais o presente trabalho dificilmente poderia ser realizado.

Agradeço à minha orientadora, Prof. Dra. Maria Aparecida C. R. Torres Morais, pela paciência e compreensão demonstradas

RESUMO

LIMA, S.B. **Aspectos da Complementação de Predicados Factivos e Assertivos em PB**. 2007. f. 136. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

Este trabalho teve por objetivo estudar alguns aspectos da complementação de predicados factivos e assertivos em PB, no quadro da teoria da Ligação e Regência. Entre esses aspectos, destacamos o estatuto semântico da oração complemento, a ocorrência do subjuntivo e do infinitivo pessoal. Mostramos que, dependendo da classe a que pertence o predicado da oração matriz, o complemento oracional pode ser um pressuposto, uma asserção ou uma não-asserção. Assim, se o predicado da matriz for um *factivo* (lamentar, descobrir, etc.), a proposição complemento é um pressuposto (salvo em contextos bem específicos); se for um predicado assertivo (assegurar, acreditar, etc), o estatuto semântico do complemento será o de asserção, ou seja, uma proposição, afirmativa ou negativa, declarada verdadeira pelo locutor; e, finalmente, se o predicado for um não-assertivo (querer, possível, etc.), o estatuto semântico será o de não-asserção, entendida como um enunciado que por não ser nem asseverado, nem pressuposto ou implicado, é insuscetível de receber um valor de verdade. Além do mais, a pesquisa mostra que a possibilidade de ocorrência do subjuntivo em PB na oração complemento está associada à natureza não-assertiva deste, isto é, o subjuntivo somente é possível em complementos de predicados não-assertivos (querer, preferir, provável, etc). Quanto ao infinitivo pessoal no complemento, o estudo revela que sua ocorrência vai depender também da classe a que pertence o predicado da oração matriz e da possibilidade de o sujeito da oração infinitiva receber Caso nominativo. Assim, um predicado não-assertivo como *querer*, em hipótese alguma, permite que o seu complemento esteja na forma infinitiva pessoal (* Quero eles saírem /*quero eles terem saído), enquanto que um verbo como *lamentar* admite-a, sem nenhuma restrição (*Lamento eles serem estúpidos/ Lamento eles terem partido*). Finalmente,, lançando mão da teoria da cópia do movimento e adotando sugestão de um operador nulo no Spec de CP do complemento de um predicado factivo, explicamos por que argumentos D-linked podem ser extraídos de uma ilha factiva, enquanto adjuntos e argumentos não-D-linked não podem.

PALAVRAS-CHAVE: factividade, asserção, subjuntivo, infinitivo, extração

ABSTRACT

LIMA, S.B. **Aspects of factive and assertive predicates complementation in PB.** 2007. 136 pages . Dissertation (Masters Degree) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

The objective of this work was the study of some aspects of the complementation of factive and assertive predicates in PB, in Government-Binding Theory. Within these aspects, it is enhanced the semantic status of the complement sentence, the occurrence of subjunctive and the inflected infinitive. It is shown that, depending on the grammatical class to which the matrix predicate belongs, the sentential complement may be a presupposition, an assertion or a non-assertion. Therefore, if the matrix predicate is a factive (such as to regret, to find out etc.), the subordinate clause is a presupposition (except in very specific contexts); if the matrix predicate is an assertive (to insure, to believe etc.), the semantic status should be an assertion, i. e., a statement that may be true or false; and, finally, if the predicate is a non-assertive (such as to wish, possible etc.), the semantic status will be a non-assertion, understood as a sentence that could not receive a true value. Beyond that, we will demonstrate that the possibility of occurrence of the subjunctive in PB, in the complement sentence, is associated to its non-assertive nature, i. e., the subjunctive is only possible in complement of non-assertive predicates. In relation to the inflected infinitive, the study shows that its occurrence will depend on the grammatical class to which the matrix predicate belongs, and on the possibility of the infinitival clause subject receiving nominative case. For example, a non-assertive predicate such as *querer* “to want”, in no case would allow its complement to be in the inflected infinitival form: **Quero eles saírem*[third person plural] “I want them leave”,. On the other hand, a verb such as *lamentar* “to regret” may admit the inflected infinitival form, without any restriction: *Eu lamento eles partirem*{third person plural} “I regret that they leave”, *Eu lamento eles terem*[third person plural] *partido* “I regret they have left”. Finally, we propose a solution, in the Minimalism, in order to explain the asymmetry between adjuncts and arguments non-D-linked, on one side, and arguments D-linked, on the other, in relation to the possibility of extraction of the factive island, being this extraction possible to the latter, but not to the former.

KEYWORDS: factivity, assertion, subjunctive, infinitive, extraction

SIGLAS E ABREVIACÕES:

AGR = Concordância (do inglês “Agreement”)

A-regido = Regido por Antecedente

C = Complementizador

CM = Configuração Mínima

C^o = Núcleo de CP

CP = Sintagma Complementizador (do inglês “Complementizer Phrase”)

D = Determinante

DP = Grupo de Determinante (do inglês “Determiner Phrase”)

DS = Estrutura Profunda (do inglês “Deep Structure”)

ECP=Princípio da Categoria Vazia (do inglês “Empty Category Principle”)

EPP = Princípio de Projeção Estendido (do inglês “Extended Projection Principle”)

Force^o = Núcleo de ForceP

ForceP = Sintagma de Força (ilocucionária)

I ou Infl = Flexão (do inglês “Inflection”)

IP = Sintagma de Flexão (do inglês “Inflectional Phrase”)

LF = Forma Lógica (do inglês “Logical Form”)

N = Nome

NP = Sintagma Nominal (do inglês “Nominal Phrase”)

OP = Operador Nulo

PB = Português do Brasil

PP = Sintagma Preposicionado (do inglês “Prepositional Phrase”)

S = Sentença

SPEC = Especificador (do inglês “Specifier”)

SS = Estrutura Superficial (do inglês “Superficial Structure”)

Top⁰ = núcleo de Tópico

TopP = Sintagma em posição de Tópico

TRL = Teoria da Regência e da Ligação

V = Verbo

VP = Sintagma Verbal (do inglês “Verbal Phrase”)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 PREDICADOS FACTIVOS EM PORTUGUÊS	3
1.1 OS CONCEITOS DE PRESSUPOSIÇÃO E IMPLICAÇÃO (OU ACARRETAMENTO)...	4
1.2 COMPLEMENTO DE VERBOS FACTIVOS: PRESSUPOSIÇÃO OU IMPLICAÇÃO? ...	6
1.3 CRITÉRIOS SINTÁTICOS PARA DISTINGUIR FACTIVOS DE NÃO-FACTIVOS EM PB	15
1.3.1 O NOME FATO	15
1.3.2 AS NOMINALIZAÇÕES	15
1.3.3 EXTRAÇÃO DE ADJUNTOS	16
CAPÍTULO 2 DUAS CLASSES DE FACTIVOS: FACTIVOS EMOTIVOS E FACTIVOS EPISTÊMICOS	17
2.1 INTRODUÇÃO	17
2.2 DIFERENÇAS SEMÂNTICAS ENTRE FACTIVOS EMOTIVOS E EPISTÊMICOS	17
2.2.1 DIFERENÇA SEMÂNTICA EM RELAÇÃO A CONTEXTOS MODAIS	18
2.2.2 DIFERENÇA EM RELAÇÃO A CONTEXTOS CONDICIONAIS OU CONTRAFACTUAIS	20
2.2.3 DIFERENÇA EM RELAÇÃO A CONTEXTOS INTERROGATIVOS	22
2.2.4 DIFERENÇA EM RELAÇÃO A CONTEXTOS NEGATIVOS	24
2.2.5 A LEITURA ASSEVERATIVA DO COMPLEMENTO DE UM FACTIVO EPISTÊMICO	25
2.3 DIFERENÇAS SINTÁTICAS ENTRE FACTIVOS EPISTÊMICOS E FACTIVOS EMOTIVOS	31
2.3.1 DIFERENÇAS QUANTO AO MODO ENTRE OS DOIS GRUPOS	31
2.3.2 A CONSTRUÇÃO O FATO (DE) (QUE) + IP	32
2.3.3 COMPORTAMENTO EM RELAÇÃO A ADVÉRBIOS QUE EXPRIMEM CERTEZA..	33
2.3.4 DIFERENÇA ENTRE OS DOIS GRUPOS DE FACTIVOS EM RELAÇÃO A INTERROGATIVAS INDIRETAS	34
2.3.5 UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA	36
CAPÍTULO 3 A ESTRUTURA SINTÁTICA DE COMPLEMENTOS FACTIVOS	39
3.1 EVIDÊNCIAS DE QUE A HIPÓTESE DOS KIPARSKYS NÃO SE APLICA AO PORTUGUÊS	39

3.2 O PROBLEMA DA ASSIMETRIA DE EXTRAÇÃO ENTRE ARGUMENTOS D-LINKED, DE UM LADO, E ARGUMENTOS NÃO-D-LINKED E ADJUNTOS, DE OUTRO.	50
3.2.1 A PROPOSTA DE QUE O COMPLEMENTO ORACIONAL DE UM VERBO FACTIVO É UM DP	52
3.2.2 A TESE DO CARÁTER ESPECÍFICO DO EVENTO EXPRESSO PELA ORAÇÃO COMPLEMENTO DE FACTIVOS	58
3.2.3 UMA EXPLICAÇÃO SEMÂNTICA PARA A ASSIMETRIA.....	61
3.2.4 HIPÓTESE DE UM OPERADOR NULO NO SPEC DE CP DO COMPLEMENTO FACTIVO	63
3.2.5 UMA SOLUÇÃO BASEADA NO USO DA TEORIA DA CÓPIA DO MOVIMENTO E NO OPERADOR NULO	65
3.3 CONTEXTOS EM QUE O COMPLEMENTO DE UM VERBO FACTIVO PERDE A FACTIVIDADE.....	74
3.4 OS CONECTIVOS LÓGICOS E, OU E SE...ENTÃO E A PRESSUPOSIÇÃO DO COMPLEMENTO	76
CAPÍTULO 4 O SUBJUNTIVO EM COMPLEMENTOS ORACIONAIS	80
4.1. DIFERENÇAS SINTÁTICAS ENTRE ASSERTIVOS E NÃO-ASSERTIVOS.....	81
4.1.1 A ANTEPOSIÇÃO DO COMPLEMENTO	82
4.1.2 COMPLEMENTO NO INFINITIVO	83
4.2 ASSERTIVOS FORTES E ASSERTIVOS FRACOS	84
4.2.1 DIFERENÇAS SINTÁTICAS.....	86
4.2.1.1 QUESTÕES TAG	86
4.2.1.2 MOVIMENTO DA NEGAÇÃO	87
4.2.1.3 A PRESENÇA DE ADVÉRBIOS QUE EXPRIMEM CERTEZA.....	88
4.2.1.4 A PRESENÇA DE ADVÉRBIOS DITOS FACTIVOS.....	89
4.3 A VISÃO TRADICIONAL DO SUBJUNTIVO.....	90
4.3.1 O SUBJUNTIVO COMO O MODO DE EXPRESSÃO DA NÃO-ASSERTÃO	92
CAPÍTULO 5 O INFINITIVO EM ORAÇÕES ENCAIXADAS	97
5.1 COMPORTAMENTO DAS DIVERSAS CLASSES DE PREDICADOS, COM RELAÇÃO AO INFINITO PESSOAL.....	99
5.1.1 CARACTERÍSTICAS DO INFINITIVO PESSOAL	100
5.1.2 O INFINITIVO PESSOAL EM COMPLEMENTOS DE VERBOS.....	100

5.1.2.1 COMPORTAMENTO DE CADA CLASSE DE PREDICADOS EM RELAÇÃO À OCORRÊNCIA DO INFINITIVO PESSOAL NA ORAÇÃO COMPLEMENTO	101
5.1.2.2 O INFINITIVO PESSOAL EM SUJEITOS ORACIONAIS:.....	103
5.1.2.2.1 DE PREDICADOS ADJETIVAIS.....	104
5.1.3 O INFINITIVO PESSOAL EM ORAÇÕES ADVERBIAIS	105
5.2 MOVIMENTO WH DO SUJEITO DA ORAÇÃO INFINITIVA	105
5.3 A RELATIVIZAÇÃO DA SENTENÇA CONTENDO O PREDICADO ASSERTIVO E SEU COMPLEMENTO NO INFINITIVO.....	107
5.4 EXPLICAÇÃO PARA O INFINITIVO PESSOAL NO QUADRO DA TEORIA DA LIGAÇÃO E REGÊNCIA.....	109
5.4.1 A HIPÓTESE DE EDUARDO RAPOSO (1987A)	110
5.4.2 O INFINITIVO PESSOAL EM COMPLEMENTO DE PREDICADOS FACTIVOS	112
5.4.3 O INFINITIVO PESSOAL EM COMPLEMENTOS DE FACTIVOS EPISTÊMICOS E PREDICADOS ASSERTIVOS.....	115
5.4.4. COMPLEMENTOS DE PREDICADOS NÃO-ASSERTIVOS.....	118
5.4.5 O INFINITIVO PESSOAL NA POSIÇÃO DE SUJEITO ORACIONAL	119
5.4.6 O INFINITIVO EM ADJUNTOS	122
5.4.7 ORAÇÕES INFINITIVAS EM QUE HÁ MOVIMENTO WH DO SUJEITO	123
5.4.8 A RELATIVIZAÇÃO DA SENTENÇA CONTENDO A ORAÇÃO INFINITIVA	125
5.4.9 O INFINITIVO COM VERBOS DE PERCEPÇÃO, CAUSATIVOS E DE ORDEM....	127
5.4.10 CASOS RESIDUAIS	128
5.4.11 CONCLUSÕES	131
CONCLUSÃO FINAL	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar alguns aspectos da complementação de predicados factivos e assertivos em PB, destacando, entre eles, o estatuto semântico da oração complemento, o infinitivo pessoal e o modo subjuntivo. Mostraremos que, dependendo do predicado da oração principal (ou matriz) e também de outros elementos, tanto da oração principal quanto da oração subordinada, a sentença complemento pode ter um estatuto semântico de pressuposição, isto é, ser um pressuposto de toda a sentença; pode, ainda, ser uma asserção, entendida como uma proposição, afirmativa ou negativa, declarada verdadeira pelo locutor, ou ainda não ter estatuto nem de pressuposição nem de asserção. Para isso, tentaremos mostrar que os predicados do português¹, quanto ao estatuto semântico do complemento, se agrupam em classes. Dessas classes examinaremos no presente trabalho duas delas: factivos e assertivos. Uma das preocupações da pesquisa é determinar as condições que permitem a uma oração complemento, em certos casos, se apresentar no subjuntivo e, em outros, não. Nesse sentido, a pesquisa tentará explicar porque com um verbo do tipo de *dizer* o complemento oracional só pode ocorrer no indicativo (João disse que Maria está/*esteja comprando um carro novo), ao passo que, com um verbo do tipo de *querer*, o subjuntivo é perfeitamente aceitável (João quer que Maria compre um carro novo). O estudo se debruçará também sobre as condições de uso do infinitivo pessoal em orações encaixadas, buscando uma explicação para o fato de que, com um verbo como *lamentar*, a forma infinitiva é sempre possível (João lamenta os presos terem fugido), mas não com um verbo como *querer* (*João quer os meninos estudarem/terem estudado). Além disso, proporemos uma solução para assimetria existente entre Adjuntos e argumentos não-D-linked, de um lado, e argumentos D-linked, de outro. Essa assimetria consiste no fato de que os primeiros não podem ser extraídos do complemento de um verbo como *lamentar*, enquanto os segundos podem. Assim, a sentença *Como João lamenta que meninos tenham saído? é inaceitável com leitura em que o Adjunto *como* modifica o VP encaixado, já a sentença Que meninos João lamenta que tenham saído é aceitável porque o elemento extraído do complemento é um argumento D-linked.

O trabalho terá a estrutura apresentada abaixo.

No capítulo 1 trataremos de predicados factivos, apresentados no trabalho pioneiro de Paul e Carol Kiparsky, no artigo “fact”. Mostraremos que os critérios utilizados pelos Kiparskys para distinguir factivos de não-factivos em inglês, com relação principalmente às suas características sintáticas se aplicam apenas parcialmente aos fatos do português e que é necessário propor duas classes ou

¹ Sempre que utilizar a palavra português para significar língua portuguesa, estarei me referindo ao português do Brasil.

subclasses de factivos em português. Além disso, distinguiremos os conceitos de implicação e pressuposição e apresentaremos alguns argumentos contra a tese de Ruth Kempson (1975) de que a relação entre uma sentença contendo um predicado factivo e seu complemento é de acarretamento, e não de pressuposição.

No capítulo 2, trataremos especificamente das duas subclasses de factivos, distinguindo-as entre si, com base em critérios semânticos e sintáticos: factivos epistêmicos e factivos emotivos.

O capítulo 3 será dedicado ao exame da estrutura de complementos factivos, em que apresento evidências de que a hipótese dos Kyparskys (NP complexo contendo o nome *fact*) não se sustenta. Daremos evidências de que o comportamento sintático de uma sentença contendo o nome *fact* (fato) é diferente daquela que não o contém e que, portanto, rigorosamente, elas não são sinônimas, o que seria um argumento para derivá-las de estruturas diferentes, uma com “fact” e outra, sem. Examinaremos várias hipóteses relacionadas com a estrutura do complemento de um predicado factivo, na tentativa de explicar a assimetria existente entre argumentos e adjuntos na extração de constituintes WH do complemento dos predicados factivos.

Reservaremos o capítulo 4 para abordar o problema da ocorrência do subjuntivo em orações complemento, ressaltando que tal ocorrência é previsível a partir da classe semântica a que pertence o verbo da oração principal e de outros elementos tanto da sentença matriz quanto da própria oração encaixada, como, por exemplo, a negação, certos advérbios de dúvida como *talvez*, etc. Sabe-se que um predicado como *lamentar*, que se inclui na classe dos factivos, tem o seu complemento no subjuntivo, do mesmo modo que um verbo como *querer*, que é não-factivo. Veremos que existe entre esses dois predicados e, conseqüentemente, entre as classes a que eles pertencem algo em comum que explica porque ambos podem ter o subjuntivo no seu complemento oracional. Além do mais, veremos o papel que exerce a negação na ocorrência do subjuntivo, pois um verbo como *afirmar*, cujo complemento se constrói no indicativo, permite, quando negado, também o subjuntivo no seu objeto oracional, como é o caso de *Eu não afirmei que ela é/seja a culpada* em oposição a *Eu afirmei que ela é/*seja a culpada*, que só admite o indicativo.

Finalmente, abordaremos o problema do infinitivo pessoal em português e mostraremos que a sua ocorrência também é previsível a partir da classe a que pertence o predicado da sentença matriz. Mostraremos, ainda, que a ocorrência do infinitivo pessoal está ligada à possibilidade de o seu sujeito lexical receber Caso nominativo, no quadro da Teoria de Regência e Ligação. Essa possibilidade vai depender também em grande parte da classe a que pertence o predicado cujo complemento se encontra no infinitivo pessoal.

CAPÍTULO 1 PREDICADOS FACTIVOS EM PORTUGUÊS

Kiparsky e Kiparsky (1970) definem dois tipos de predicados no inglês: factivos e não factivos. São exemplos do primeiro grupo: *regret*, *odd*, *tragic*, etc. e, do segundo, *likely*, *possible*, *appear*, *happen*, etc. Eles justificam a existência dessas duas classes em critérios semânticos e sintáticos. A diferença semântica básica entre um tipo e outro é que o locutor, ao utilizar uma sentença contendo um predicado factivo cujo complemento é uma *that-clause* pressupõe² a verdade da proposição complemento. Em outros termos, o locutor assume que o evento expresso pelo complemento é um fato. Diferente é a sua atitude com relação ao complemento de um predicado não-factivo: não há, neste caso, nenhum compromisso por parte dele quanto à verdade do complemento. Essa diferença pode ser ilustrada com os exemplos abaixo:³

- (1) It is odd that it is raining (factivo)
- (2) It is likely that it is raining (não-factivo)

Em (1) o locutor assume como fato indiscutível que está chovendo, mas não em (2). A mesma diferença se nota, em português, para os dois grupos de predicados abaixo:⁴

Factivos	Não-Factivos
Lamentar	acreditar
Estranhar	supor
Surpreender	certo
Saber	verdadeiro
Descobrir	possível
Estranho	parece
Trágico	dizer

² O conceito de pressuposição será abordado mais adiante (vide seção 1.1)

³ Estamos assumindo, neste trabalho, que pressuposição é uma noção pragmática e não semântica ou lógica. Em outros termos, que a pressuposição é um fenômeno que envolve o locutor e o ouvinte. É o locutor que tem pressuposições. A noção pragmática de pressuposição se opõe à noção lógica porque, para os defensores desta última, a pressuposição é fundamentalmente uma relação entre proposições. Karttunen (1971), entretanto, mostrou que não existe um conflito inconciliável entre uma noção pragmática e uma noção semântica de pressuposição. Diante disso, utilizaremos a expressão “a sentença S pressupõe A” ou “a sentença S implica A” como abreviação de “quando S é enunciado sinceramente, o locutor de S pressupõe ou implica A, isto é, assume que A é verdadeiro e acredita que o ouvinte também assume A como verdadeiro”.

⁴ Essa lista não esgota o número de membros de cada classe. É apenas ilustrativa.

Serve de exemplo o par de sentenças abaixo:

- (3) João lamenta que Maria tenha quebrado a perna
- (4) João acredita que Maria quebrou a perna

Em (3), o locutor assume como um dos pressupostos do enunciado a proposição⁵ *Maria quebrou a perna*, e crê que o ouvinte também o faz, mas não em (4).

1.1 Os conceitos de pressuposição e Implicação (ou acarretamento)

Existem na literatura lingüística (STRAWSON, 1952; KEENAN, 1971; STANALKER, 1974; KEMPSON, 1975) duas definições de pressuposição: a) uma pragmática e b) outra lógica ou semântica. Na ótica pragmática, a pressuposição é aquilo que o locutor assume e acredita que o ouvinte também assume como verdadeiro para que uma sentença seja adequadamente enunciada. Nesta perspectiva, é o locutor que tem pressuposições. Deste modo, na visão pragmática, só faz sentido enunciar uma sentença como (3) *João lamenta que Maria tenha quebrado a perna*, se o locutor assume como fato indiscutível o estado de coisas expresso pelo complemento e crê que o ouvinte também o assume. Na definição lógica, são as sentenças que têm pressuposições ou que pressupõem. Assim, diz-se que a sentença S1 pressupõe S2, se a verdade de S2 for uma condição necessária tanto para a verdade quanto para a falsidade de S1. Na perspectiva lógica, (3) só pode ter um valor-de-verdade, falso ou verdadeiro, se a proposição *Maria quebrou a perna* for verdadeira. Em resumo, na visão pragmática, as pressuposições são as condições que devem ser satisfeitas para que uma sentença seja apropriadamente enunciada (felicitous conditions ou appropriateness conditions). Na visão lógica, uma sentença P pressupõe Q se P implica/acarreta Q e a negação de P também implica/acarreta Q. A verdade de Q é uma condição necessária tanto para a verdade como para a falsidade de P.

Distinguiremos, neste trabalho, pressuposição de implicação/acarretamento⁶. A pressuposição não é afetada nem pela negação, nem pela interrogação, ao contrário da implicação. Assim, se negarmos ou interrogarmos (3), a pressuposição de que *Maria quebrou a perna* continua a existir.

- (5) João não lamenta que Maria tenha quebrado a perna
- (6) João lamenta que Maria tenha quebrado a perna?

A negação em (5) e a interrogação em (6) afetam unicamente a sentença principal ou algum elemento da sentença principal, deixando intacto o pressuposto

⁵ Usarei o termo *proposição* para exprimir todo enunciado verbal que pode ser dito verdadeiro ou falso (cf. André Lalande 1996).

⁶ Usarei os termos *implicação* e *acarretamento*, assim como *implicar* e *acarretar*, como sinônimos. A implica/acarreta B se a verdade de B decorre da verdade de A, ou sempre que A é verdadeiro, B também o é.

expresso pelo complemento.

Na implicação, ao contrário, a negação pode afetar o próprio complemento. Assim, uma sentença como (i) *João conseguiu ser aprovado no teste* implica (ii) *João foi aprovado no teste*, mas (iii) *João não conseguiu ser aprovado no teste* tem como um dos seus acarretamentos a sentença (iv) *João não foi aprovado no teste*. Analogamente, (v) *João conseguiu ser aprovado no teste?*, interrogação de (i), acarreta (vi) *João foi aprovado no teste?*

A diferença entre pressuposição e implicação/acarretamento pode também ser especificada em termos de condições de verdade, isto é, em termos lógicos. Diz-se que uma proposição S_1 implica/acarreta S_2 , se S_1 for verdadeiro e S_2 também o for. Não é possível asseverar a verdade de S_1 e negar a verdade de S_2 . Em outros termos, a verdade de S_2 é uma condição necessária, mas não suficiente para a verdade de S_1 , de modo que se S_2 for falsa, S_1 também será falsa, enquanto que S_1 é uma condição suficiente mas não necessária para a verdade de S_2 .

A pressuposição se distingue, em termos lógicos, da implicação pelo fato de que, se S_2 for uma pressuposição de uma sentença S_1 , a verdade de S_2 independe da verdade ou falsidade de S_1 . Qualquer que seja o valor de verdade de S_1 , S_2 deve ser sempre verdadeira. Se, entretanto, S_2 for falsa (ocorrer falha de pressuposição) S_1 não terá valor de verdade, ou seja, não será nem falsa, nem verdadeira⁷. A verdade de S_2 é uma condição necessária tanto para verdade quanto para a falsidade de S_1 . Assim, uma sentença como (vii) *João quer comer mais* pressupõe (viii) *João já comeu ao menos uma vez*. Se (vii) for verdadeira, segue-se que (viii) também o será, mas se (vii) for falsa, (viii) será ainda verdadeira. Por outro lado, se (viii) for falsa, (vii) não será nem falsa, nem verdadeira, uma vez que (viii) é um pressuposto para que (vii) tenha um valor de verdade. Diz-se, então, que a pressuposição é uma implicação necessária tanto da sentença positiva como da correspondente sentença negativa, ou seja, $(S_1 \rightarrow S_2)$ e $(\sim S_1 \rightarrow S_2)$ ($\rightarrow$ = implicação/acarretamento e $\sim$ = negação)

O quadro abaixo mostra a diferença, em termos lógicos, entre dos dois conceitos (KEMPSON, 1975, p. 49):

⁷ Essa é a posição de Strawson (1950).

IMPLICAÇÃO		PRESSUPOSIÇÃO	
S ₁	S ₂	S ₁	S ₂
V →	V	V →	V
F	< — F	– (V ∨ F)	< — F
F →	(V ∨ F)	F →	V

onde V=verdadeiro; F=falso; – (V ∨ F) = nem verdadeiro, nem falso; → = implicação/acarretamento..

1.2 Complemento de Verbos Factivos: Pressuposição ou implicação?

Kempson (1975), adotando a definição lógica de pressuposição, argumenta contra a tese de que o complemento de um verbo factivo seja pressuposto. Segundo ela, a relação entre uma sentença contendo um verbo factivo e seu complemento é de implicação. Seu argumento básico contra a análise pressuposicional do complemento de factivos é que existem contextos em que esse complemento pode ser negado. Por exemplo, para ela seria perfeitamente aceitável um sentença como:

- (7) João não lamenta que sua tia tenha quebrado o braço, porque isto nunca aconteceu com ela

Assim, a negação da sentença contendo um verbo factivo, na verdade, pode ter por escopo a própria sentença complemento, uma vez que (7) não é contraditória. Contudo, a própria Ruth Kempson reconhece que a sentença correspondente a (7), em inglês, tem uma interpretação não-natural, o que se aplica também a (7)⁸. Numa interpretação natural⁹ o complemento de uma sentença negativa contendo um verbo factivo, como em (7), é sempre pressuposto. É o que assumem os Kiparskys (1970), para os quais negações do tipo de (7), na verdade, são negações da propriedade de se usar um verbo como *lamentar*, ou um factivo, em tais contextos. Uma vez que um dos presssupostos para o uso da sentença (7), isto é, a verdade da sentença complemento

⁸ Kempson (1980,p. 148) reconhece explicitamente que a interpretação em que um pressuposto é negado é anormal ou não-natural ao afirmar que “[...] a interpretação normal de *João não passou a manhã na piscina local* implica a existência de uma piscina local [...]” embora se possa dizer *João não passou a manhã na piscina local – não há piscina nesta cidade*.

⁹ A interpretação natural de um complemento de um predicado factivo negado é que esse complemento seja pressuposto. A interpretação não-natural é aquela em que o evento expresso pelo complemento é falso, i.e. não-pressuposto, mas neste caso é preciso dizê-lo explicitamente.

não se realiza, é impróprio, inadequado usar o predicado *lamentar* nesse caso.¹⁰

Com base em exemplos como (7), em inglês, Kempson (1975) conclui que a relação entre uma sentença *positiva* contendo um verbo factivo e seu complemento é de implicação. Esta análise evitaria o uso de uma lógica trivalente, ou seja, uma lógica baseada em três valores de verdade: verdadeiro, falso e nem falso, nem verdadeiro. Esse tipo de lógica está ligada à análise pressuposicional, pois se S_1 pressupõe S_2 e S_2 for falsa, isto é, ocorrer falha de pressuposição, S_1 não será nem falsa, nem verdadeira, conforme Strawson (1950). Caso a relação entre S_1 e S_2 seja de implicação, se S_2 for falsa, S_1 também será falsa, de acordo com a tabela de valores de verdade da implicação material. A citada autora chega a estender sua análise a outros casos que envolvem pressuposição, tais como, as pressuposições lexicais de Fillmore (1971), os casos dos conectivos lógicos E, OU, SE...ENTÃO, as sentenças cleft, etc. Todos esses casos envolvem tradicionalmente o conceito de pressuposição, como é o caso de:

- (8) Foi João quem comprou um carro novo
- (9) Não foi João quem comprou um carro novo

Tanto (8) como (9) implicam a verdade da sentença *Alguém comprou um carro novo*, o que permite afirmar que se trata de um pressuposto. No entanto essa sentença é tratada por Kempson como uma implicação, e não como uma pressuposição, sob o argumento de que a sentença negativa (9) pode ser contextualizada de modo a negar a suposta pressuposição:

- (10) Não foi João quem comprou um carro novo porque ninguém comprou um carro novo

Em (10), a proposição *Alguém comprou um carro novo*, que seria uma das pressuposições de (8) e (9) está sendo negada.

Aí, retornamos à oposição já assinalada: interpretação natural versus interpretação não-natural.¹¹

¹⁰ Exemplos como (7), em que um pressuposto é anulado, é atribuído a uma ambigüidade da negação que pode ser interpretada como negação interna e negação externa. A negação interna nega apenas o que é dito/asseverado e não o que é pressuposto, já a negação externa pode negar também a pressuposição.

¹¹ Moeschler (em artigo na Internet, ver. Bibliografia) dá uma explicação em termos pragmáticos, para os casos de cancelamento de um pressuposto. Para ele, não existe dois tipos de negação, mas dois usos diferentes: um descritivo (correspondente à negação interna), que não afeta os pressupostos e um uso metalingüístico (correspondente à negação externa) que pode anular um pressuposto e que se traduziria numa recusa do locutor em assertar ou asseverar a sentença que contém a pressuposição. Assim, uma sentença como (i) *João não lamenta ter perdido na loteria, porque ele nunca joga*, seria interpretada como: (ii) *Eu não posso afirmar que João lamenta ter perdido na loteria, porque ele nunca joga*. Deste modo, em (i) o locutor não nega a proposição (iii) João lamenta ter perdido na loteria, mas se recusa a assertá-la.

Sempre utilizando contextualizações em que a proposição que deveria ser um pressuposto da sentença complexa é negada, Kempson (1975) chega à generalização de que o conceito de pressuposição deve ser excluído da semântica e o seu lugar ocupado pelo de implicação. Assim (8) implicaria e não pressuporia que *alguém comprou um carro novo*.

Essa análise, Kempson (1975) a justifica não somente com contra-exemplos à análise pressuposicional, mas também com o argumento de que a análise implicacional evitaria uma série de problemas e anomalias causados por aquela. Um desses problemas diz respeito à chamada hipótese acumulativa. Segundo Langendoen e Savin (1971), as pressuposições de uma sentença complexa são o somatório das pressuposições das sentenças simples que ela contém. Assim, a sentença:

(11) João conheceu Rosalie e lamenta ter-se casado com ela

tem como uma de suas pressuposições a proposição *João se casou com Rosalie* que, por sua vez, é uma pressuposição da sentença *João lamenta ter-se casado com Rosalie*.

Acontece que nem sempre a predição da hipótese acumulativa se realiza, isto é, nem sempre a pressuposição da sentença simples é também uma pressuposição da sentença composta. É o caso de (12):

(12) João se casou com Rosalie e lamenta tê-lo feito

Neste caso, embora a sentença *João se casou com Rosalie* seja uma pressuposição da segunda sentença coordenada, intuitivamente, ela não é uma pressuposição da sentença complexa, uma vez que é afirmada na primeira oração coordenada. Para evitar problemas dessa natureza, Kartunen (1973) elaborou mecanismos que ele chama de *rolhas* (“plugs”), *buracos* (“holes”) e *filtros* (“filters”), como meio de refinar um pouco mais a hipótese acumulativa. Assim, os *buracos* são predicados que deixam passar todas as pressuposições das sentenças constituintes de uma sentença complexa de modo que esta tem todas as pressuposições daquelas. Um exemplo de buraco é um verbo factivo, como em (13).

(13) Antonio lamenta saber que João não parou de bater em sua esposa

A sentença acima tem, entre outras, as seguintes pressuposições:

- (14) Antonio sabe que João não parou de bater em sua esposa
- (15) João não parou de bater em sua esposa
- (16) João bate em sua esposa
- (17) João tem uma esposa

(14), por sua vez, pressupõe (15)-(17), (15) pressupõe (16)-(17) e (16) pressupõe (17).

Assim, todas as pressuposições das sentenças constituintes de (13) são também pressuposições de (13).

Exemplos de *filtros* são os conectivos E, OU, SE...ENTÃO que Kartunen (1973) chama de predicados. A função dos *filtros* é bloquear, em alguns casos, algumas pressuposições das sentenças constituintes de modo que elas não sejam pressuposições das sentenças complexas. No caso de (12), por exemplo, a sentença *João se casou com Rosalie* não é uma pressuposição da sentença complexa porque ela é asseverada na primeira oração coordenada de (12). Kartunen (1973) estabeleceu também condições de filtragem para o caso dos outros conectivos lógicos. Contudo, para o que nos interessa neste trabalho, o exemplo do conectivo E é suficiente.

Ruth Kempson (1975) argumenta que todos esses mecanismos seriam desnecessários se, ao invés de pressuposição, fosse utilizado o conceito de implicação. Deste modo, no caso de (12) a sentença *João se casou com Rosalie* seria uma implicação e não uma pressuposição da sentença que a contém. Se ela for falsa, a sentença que a contém será necessariamente falsa, de acordo com a tabela de verdade da implicação material, isto é, se S_1 implica S_2 e S_2 for falsa, S_1 será necessariamente falsa. Deste modo, a falsidade de (12) decorreria automaticamente do fato de *João se casou com Rosalie* ser uma implicação da sentença que contém o verbo factivo *lamentar*.

Todavia, embora a semântica ganhe em simplicidade e em poder de predição com a análise implicacional, existem razões para afirmar que essa análise não se sustenta, ou, em outros termos, que o conceito de pressuposição deve ser mantido numa teoria semântica.

Um primeiro argumento contra a análise implicacional do complemento de predicados factivos está relacionado com o teste estabelecido por Kartunen (1971a), para distinguir predicados implicativos de factivos.

Kartunen (1971a), define várias classes de verbos cuja característica semântica principal é acarretar a verdade ou a falsidade do complemento, tendo-se em conta várias circunstâncias envolvendo o uso da sentença contendo tais verbos: a classe do verbo, o fato de a sentença ser empregada positiva ou negativamente, etc. Assim, um

verbo como *conseguir* quando usado numa sentença positiva implica que o locutor assume como verdadeiro o estado de coisas ou eventos expressos pela proposição complemento, ao passo que, se usado numa sentença negativa, implica exatamente o contrário. É o caso de (18) e (19):

(18) João conseguiu passar no vestibular

(19) João não conseguiu passar no vestibular

Ao enunciar (18), o locutor se obriga a aceitar como verdadeiro que João passou no vestibular ao passo que, enunciando (19), ele assume como verdadeiro o contrário. Kartunen, na referida obra, analisa outras classes de verbos de que são exemplos *impedir*, *esquecer de*, *falhar*, etc que ele chama de implicativos negativos, cuja característica semântica é implicar falsidade do complemento, quando usados numa sentença positiva.

Assim, ao proferir uma sentença como:

(20) O governo impediu que os manifestantes ocupassem o prédio do Ministério da Fazenda

o locutor está assumindo como verdadeiro que os manifestantes não ocuparam o prédio do Ministério da Fazenda. Não teria sentido enunciar (20) sem aceitar a falsidade do evento descrito pela sentença complemento.

Para distinguir predicados implicativos de predicados factivos, Kartunen (1971a) elaborou um teste que consiste em se fazer acompanhar o verbo implicativo ou factivo de um modal como *possível*, *pode*, *deve*, etc. As consequências resultantes em termos de implicação para um grupo e para o outro não são as mesmas. Consideremos, por exemplo, o enunciado:

(21) João pode ter conseguido passar no vestibular

A implicação resultante não é mais *João passou no vestibular*, mas *João pode ter passado no vestibular*. É o que Kartunen (1971a) chama de implicação fraca. O modal tem a propriedade de enfraquecer a implicação da sentença complemento.

Do mesmo modo, a sentença negativa contendo o verbo *conseguir* implica a negação do complemento que também é enfraquecida pela presença do modal.

O comportamento de verbos factivos em relação à presença de modais não é o mesmo

que o dos verbos implicativos. É o que podemos depreender de exemplos como (22) e (23):

(22) O Presidente lamenta que não tenha resolvido o problema dos desempregados

(23) O presidente pode lamentar que não tenha resolvido o problema dos desempregados

Com efeito, tanto (22) quanto (23) pressupõem que *o Presidente não resolveu o problema dos desempregados*. A presença do modal não tem qualquer interferência na interpretação pressuposicional do complemento de *lamentar*.

Este padrão de comportamento se repete para qualquer factivo, constituindo uma evidência de que verbos factivos se distinguem de verbos implicativos em relação ao teste dos modais.

O mesmo raciocínio se aplica a outros modais, como *dever*, em (24) e (25):

(24) João deve ter conseguido passar no vestibular

(25) O Presidente deve lamentar que não tenha resolvido o problema dos desempregados

O modal em (24) atenua a implicação do complemento de *conseguir*, mas não tem nenhuma influência na interpretação do complemento de *lamentar*, em (25).

O teste dos modais permite concluir que a relação entre a sentença contendo um verbo factivo e seu complemento não é da mesma natureza que a dos verbos implicativos.

Outro argumento contra a substituição do conceito de pressuposição pelo de implicação, no que concerne a predicados factivos, está associado com o fato de que nem sempre é possível uma contextualização que negue o complemento. O argumento de Kempson (1975) é de que sempre é possível encontrar um contexto que torne o complemento falso. É o caso, como já assinalamos, de (7) *João não lamenta que sua tia tenha quebrado o braço, porque isto nunca aconteceu com ela*. Em (7) o complemento é falso, mas a sentença não é contraditória. O mesmo não acontece com (26):

(26) * Incomoda-me que ela não me ame porque ela sempre me amou

A sentença acima é contraditória porque se está negando um dos seus pressupostos ou, como quer Kempson (1975), uma de suas implicações: *ela não me ama*.

Existem, entretanto, casos, ao menos no português, em que, mesmo com sentenças negativas contendo um verbo factivo, a falsidade do complemento produz um resultado inaceitável. É o caso de verbo factivo cujo complemento tem como núcleo o nome *fato*:

- (27) *João não lamenta o fato de que sua tia tenha quebrado o braço porque isto nunca aconteceu com ela.

(27) é tão estranha quanto (26).. A presença do nome *fato* reforça de tal modo a natureza pressuposicional do complemento que a sua negação produz uma contradição. Se esta análise estiver correta, não há como negar o caráter pressuposicional de complementos de verbos factivos quando acompanhados do nome *fato*, uma vez que são implicados tanto pela sentença positiva quanto pela negativa.

Isto se torna mais evidente quando o SN (sintagma nominal) **o fato de que S** pode ser deslocado para o início da sentença, em posição de sujeito:

- (28) * O fato de que Joana tenha abandonado Pedro depois de 20 anos de casamento não causa nenhuma estranheza porque ela nunca o abandonou.

A contradição é evidente, daí a estranheza de (28).

Mesmo sem a presença do sintagma *o fato*, existem casos em que afirmar a falsidade do complemento, mesmo em sentenças negativas, tem como resultado uma contradição, o que equivale a dizer que, em tais casos, o complemento é pressuposto e não implicado. (29) e (30) são evidências disto:

- (29) Foi inteligente da parte de Mário abandonar o país neste momento
(30) Não foi inteligente da parte de Mário abandonar o país neste momento

Qualquer contextualização que negue a proposição complemento em (29) e (30) tem como resultado uma sentença contraditória:

- (31) * Não foi inteligente da parte de Mário abandonar o país neste momento porque ele jamais abandonou o país

Um terceiro argumento contra a análise implicacional para predicados factivos

reside no fato de que tal análise acarreta um paradoxo. Sabe-se que a implicação é uma relação transitiva, ou seja, se S_1 implica S_2 e S_2 implica S_3 , então S_1 também implica S_3 . Consideremos, por exemplo, as sentenças abaixo:

(32) João não sabe que sua tia viajou

(33) João ignora que sua tia viajou

(34) A tia de João viajou

(32) acarreta/implica (33) que, por sua vez, acarreta (34). Em consequência, (32) também acarreta (34), pela relação de transitividade. Se adotarmos o ponto de vista de Kempson (1975), (32) não implica (34), por se tratar de uma sentença negativa contendo um verbo factivo. Deste modo, cria-se um paradoxo: pela lei da transitividade da implicação, (32) implica (34) e pela análise de Kempson (1975), não. Em uma análise pressuposicional, esse problema deixa de existir, uma vez que tal análise assume que a proposição complemento de um verbo factivo, tanto numa sentença afirmativa quanto negativa, é pressuposta.

O problema não se limita apenas ao verbo *ignorar*. Verbos como *esquecer*, *ocultar*, *esconder*, etc. apresentam a mesma dificuldade:

(35) Ele não lembra mais que este governo foi um desastre

(36) Ele esqueceu que este governo foi um desastre

(37) Este governo foi um desastre

(35) implica (36), que, por sua vez, implica (37). Aplicando-se a lei de transitividade, (35) também implica (37) o que contraria a tese de Kempson (1975).

Considerando que há contextos em que o complemento de um verbo factivo pode ser negado como demonstrou Ruth Kempson (1975), há duas soluções para o impasse: a) considerar o predicado como tendo duas leituras: uma em que o seu complemento numa sentença positiva é implicado e, neste caso, ele seria um verbo implicativo com todos os problemas que isso acarreta, como vimos acima; b) outra solução seria considerar que, nos casos em que a proposição complemento é falsa, o verbo está sendo usado de modo inadequado ou indevido, uma vez que uma de suas condições para uso não está sendo satisfeita, ou, então, assumir que uma sentença como *João não lamenta ter perdido na loteria porque ele nunca joga* traduz, na verdade, uma recusa do locutor em afirmar a sentença *João lamenta ter perdido na*

loteria, uma vez que João nunca joga e portanto, não poderia ter perdido na loteria. Nesse caso, nada haveria a lamentar. Neste trabalho, assumiremos que uma sentença contendo um verbo factivo, seja negativa ou afirmativa, pressupõe sempre a verdade da proposição complemento, exceto em contextos muito específicos, como veremos adiante,

Concluindo, apresentamos uma série de argumentos contra a tese defendida por Ruth Kempson (1975) de substituir o conceito de pressuposição pelo de implicação lógica, para o caso específico de predicados factivos, pois tal abordagem contraria a intuição natural de que uma sentença, positiva ou negativa, contendo um verbo factivo pressupõe a verdade do seu complemento e porque ela acarreta uma série de problemas que seriam evitados por uma análise pressuposicional. Diante disto, assumiremos neste trabalho que o locutor, ao usar uma sentença, positiva ou negativa, contendo um verbo factivo, exceto em contextos bem específicos, abordados mais adiante, está se comprometendo com a verdade do evento denotado pela proposição complemento, considerando o uso de tais sentenças quando ocorrer a falsidade do complemento, como anormal ou como uma recusa do locutor em asseverá-las, como frisou Moeschler (ver nota 12).

Feita esta digressão necessária para esclarecer conceitos como os de implicação/acarretamento e pressuposição e para justificar a posição a ser adotada neste trabalho, com relação à natureza da relação entre uma sentença contendo um verbo factivo e seu complemento, voltemos aos dois grupos de predicados analisados por Kiparsky e Kiparsky (1970).

Vimos que existe uma diferença fundamental entre factivos e não-factivos no que tange à atitude do locutor com relação ao estatuto semântico da proposição complemento. Partindo do princípio de que as diferenças semânticas devem corresponder diferenças sintáticas, Kiparsky e Kiparsky (1970) mostraram que, em Inglês, factivos e não-factivos apresentam propriedades sintáticas diferentes. Alguns dos critérios utilizados pelos Kiparskys funcionam para o português, outros, não, como, por exemplo, as construções gerundivas, que podem ser complementos de verbos em Inglês, mas não em PB. A transformação de uma *that-clause* em uma oração no infinitivo é possível para predicados não-factivos, em Inglês, mas não em PB. Assim, de (i) *John believes that Mary is a virgin* podemos ter (ii) *John believes Mary to be a virgin*, mas de (iii) *João acredita que Maria é virgem* não podemos ter (iv) **João acredita Maria ser virgem*. Com factivos, essa operação não é possível

para o inglês, mas admissível em PB, para certos factivos. Por exemplo, de (v) *John regrets that Mary is a virgin* não podemos ter (vi) **Jonh regrets Mary to be a virgin*. Já em PB, de (vii) *João lamenta que Maria seja virgem* podemos ter (viii) *João lamenta Maria ser virgem*.

1.3 Critérios sintáticos para distinguir factivos de não-factivos em PB

1.3.1 O nome fato

A possibilidade de o nome *fato* ser núcleo do complemento é um recurso útil para se distinguir factivos e não factivos. Factivos admitem a presença do nome em questão, não-factivos, não:

Factivos:

- (38) João lamenta o fato de que ela não quer/queira ser sua namorada
- (39) O fato de que Joana tenha dois namorados não me aborrece

Não-factivos:

- (40) *Maria disse o fato de que Rosa é agente secreta
- (41) *João não quer o fato de que Antônio se case com Maria
- (42) *É impossível o fato de que ela chegue a tempo

Se eliminarmos o nome *fato*, as sentenças (40)-(42) se tornam gramaticais.

Todavia, deve-se salientar que o critério do nome *fato* se aplica basicamente a uma classe ou subclasse de factivos, que tem como protótipo o verbo *lamentar*. Com a classe ou subclasse que inclui, entre outros, *saber*, *descobrir*, *notar*, etc. existe incompatibilidade com o nome em questão:

- (43) *João sabe o fato de que ela deu à luz ontem
- (44) *Pedro descobriu o fato de que João é o assassino
- (45) *Maria notou o fato de que João está mais magro

1.3.2 As nominalizações

Outro critério para distinguir factivos de não-fativos é o das nominalizações. No entanto, elas se restringem a um tipo específico de nominalização derivada de

adjetivos, que inclui nomes formados por meio dos sufixos -ez, -eza, -ície, -ice, -ura, -tude, etc. Este tipo de nominalização pode ocorrer unicamente com predicados factivos:

- (46) É lamentável que ela seja chata
- (47) É lamentável a chatice dela
- (48) Lamento que Pedro seja grosseiro
- (49) Lamento a grosseria de Pedro
- (50) Aborrece-me que ela esteja triste
- (51) Aborrece-me a tristeza dela

Com predicados não-factivos, esse tipo de nominalização é incompatível:

- (52) a. É possível que ela seja chata
b. * É possível a chatice dela
- (53) a.. João quer que Maria seja inteligente
b.* João quer a inteligência de Maria
- (54) a. João disse que Maria é inteligente
b. *João disse a inteligência de Maria

1.3.3 Extração de Adjuntos

Outra diferença sintática entre factivos e não-factivos está relacionada com a extração de Adjuntos do complemento. Com efeito, essa operação é possível com os últimos, mas não com os primeiros:

- (55) Como_i João disse/acha que Maria resolveu o problema t_i?
- (56) *Como_i João lamenta que Maria tenha resolvido o problema t_i?
- (57) [Por que]_i João acha que ela participou do concurso t_i?
- (58) *[Por que]_i João descobriu que ela participou do concurso t_i?

CAPÍTULO 2 DUAS CLASSES DE FACTIVOS: FACTIVOS EMOTIVOS E FACTIVOS EPISTÊMICOS

2.1 Introdução

Distinguiremos duas classes (ou subclasses) de factivos em português: factivos epistêmicos e factivos emotivos. A denominação de factivos emotivos já é utilizada pela literatura que trata do assunto (KIPARSKY e KIPARSKY, 1970). Já a denominação de factivos epistêmicos, que proponho, corresponde ao que se convencionou chamar de semifactivos (Kiparsky e Kiparsky, 1970; Hooper, 1975). Damos, abaixo, alguns membros de cada classe.

Factivos emotivos	Factivos Epistêmicos¹²
lamentar	saber
estránhar	descobrir
surpreender	ignorar
estránho	ver + que
lamentável	lembrar + que
trágico	perceber, notar
	esquecer + que
	revelar

2.2 Diferenças semânticas entre factivos emotivos e epistêmicos

Predicados factivos emotivos exprimem uma atitude emotiva ou avaliativa do locutor ou do sujeito da sentença a respeito do evento denotado pelo complemento. Eles constituem, na verdade, um subgrupo de uma classe mais ampla que Kiparsky & Kiparsky (1970) denominam de predicados emotivos e que exprimem uma apreciação emotiva a respeito do valor de verdade da proposição complemento. Tal classe conteria tanto factivos (*lamentar*, *surpreender-se*, etc.) como não-factivos (*acreditar*, *preferir*, etc).

Factivos epistêmicos, ao contrário, exprimem, intuitivamente, conhecimento,

¹² Preferimos a denominação de factivos epistêmicos a semifactivos para manter um certo paralelismo com a denominação *factivos emotivos*. Do mesmo modo que *factivos emotivos* exprimem a idéia de que o complemento de tais verbos não só é tomado como um *fato* pelo locutor mas também que este tem uma apreciação emotiva sobre esse fato, um *factivo epistêmico* exprime a idéia de que o complemento é um fato, mas também a idéia de conhecimento ou processo de conhecimento por parte do locutor ou do sujeito sobre tal fato.

processo de conhecimento, ou então uma percepção relativos ao conteúdo da oração complemento. Seja, por exemplo, a sentença:

- (1) João sabe que Maria é espiã da Cia.

O uso do verbo *saber* em (1) exprime um conhecimento da parte do locutor e do sujeito de *saber* relativo ao estado de coisas expresso pelo complemento. Já numa sentença como

- (2) É surpreendente que Maria seja espiã da Cia

o locutor está expressando uma atitude emotiva (uma surpresa) a respeito do evento expresso pela oração complemento.

Propomos que essa diferença entre os dois grupos de factivos seja expressa pela oposição predicados emotivos versus predicados epistêmicos.

Outra diferença semântica entre as duas classes é que, em certos contextos, a proposição complemento de factivos epistêmicos não é necessariamente pressuposta, como veremos a seguir.

2.2.1 Diferença semântica em relação a contextos modais

Karttunen (1971) mostrou que em contextos de modais do tipo (ser) *possível*, *poder*, o complemento de um factivo epistêmico (semifactivo na terminologia de Karttunen) não exprime necessariamente um evento tido como verdadeiro pelo locutor:

- (3) É possível que, um dia, eu descubra que ela me enganou todo esse tempo.
 (4) É possível que eu descubra que ela me foi infiel
 (5) É possível que eu saiba mais tarde que o que ele disse não é verdade

Em nenhuma dessas sentenças o complemento do verbo factivo tem uma leitura de pressuposto. O contexto ideal é aquele em que o sujeito do verbo factivo é uma primeira ou segunda pessoa. No caso da terceira pessoa, a interpretação mais natural é a de pressuposição do complemento.

- (6) É possível que ele saiba, um dia, que a sua esposa lhe é infiel
-

Diferente é a atitude do locutor, se em vez de factivos epistêmicos, tivermos factivos emotivos:

- (7) É possível que eu lamente, um dia, que não tenha me separado de você.
- (8) É possível que ele estranhe que não tenha sido convidado para a festa
- (9) É possível que você lamente, um dia, não ter resolvido esse problema a tempo

A presença do modal (ser) *possível* não tem nenhuma influência sobre a interpretação do complemento, que é sempre pressuposto em (7)-(9).¹³

No caso de um factivo epistêmico, usado na primeira ou segunda pessoa, o modal tem como escopo¹⁴ não só o verbo factivo mas também o seu complemento, de modo que o evento por este expresso se torna uma mera possibilidade. Com predicados factivos emotivos, a oração complemento está fora do escopo do modal, daí este ser interpretado sempre como um pressuposto. A diferença pode ser expressa em termos de implicação/acarretamento. Assim, (3) *É possível que eu descubra, um dia, que ela me enganou todo esse tempo* tem como uma de suas implicações:

- (10) É possível que ela tenha me enganado todo esse tempo

o que equivale a dizer que o locutor não tem nenhuma certeza quanto ao valor de verdade do complemento de *descobrir*.

¹³ Notamos, contudo, que num contexto modal na matriz e presente do subjuntivo na encaixada, o complemento de um verbo factivo emotivo não é pressuposto.

(i) *O marido de Rosa pode estranhar que ela vá ao casamento do seu ex-namorado, por isso, ela desistiu da idéia.* Em (i) não existe a pressuposição de que Rosa vai ao casamento do seu ex-namorado.

¹⁴ Uso o termo *escopo* para referir-me à parte (ou a extensão) da sentença cujo significado é afetado pela presença de uma forma particular. Se definirmos *homem* pelos traços [adulto&macho&humano], na sentença *Não é um homem*, o escopo da negação pode ser qualquer um desses traços, ou dois deles ou todos. Assim, em *Não é um homem, é um menino*, o escopo da negação é o traço [+adulto], em *Não é um homem, é uma mulher*, a negação incide sobre o traço {+macho}, e assim por diante. O escopo do modal é, portanto, a parte da sentença que é semanticamente alterada pela sua presença. Como vimos, a sentença *João conseguirá passar no exame* acarreta *João passará no exame*. Se acrescentarmos o modal *poder*, como em *João poderá conseguir passar no exame* o acarretamento será *João poderá passar no exame* e não mais *João passará no exame*. Neste caso, o escopo do modal se estende até o complemento de *conseguir*.

Já uma sentença como (7) pressupõe necessariamente (11).

(11) Eu não me separei de você

Portanto, a diferença de interpretação do complemento de factivos epistêmicos e de emotivos em relação ao contexto do modal *(é) possível* se explica em termos de escopo: o complemento de factivos epistêmicos se inclui no escopo do modal, o de factivos emotivos, não.

2.2.2 Diferença em relação a contextos condicionais ou contrafactuais

A perda da factividade de um predicado factivo epistêmico também ocorre em outros contextos, como por exemplo, no caso de a sentença matriz ser iniciada por *talvez* ou pela conjunção condicional *se* (caso de sentenças hipotéticas ou contrafactuais):

(12) Talvez eu/você descubra que Joana não disse a verdade

(13) Talvez eu/você venha a saber que Pedro está mentindo

(14) Se eu souber, mais tarde, que Pedro não cumpriu sua palavra, ele pode esperar o pior

(15) Se eu descobrir que João falsificou seu passaporte, vou denunciá-lo à polícia

(16) Se eu soubesse/descobrisse/percebesse que minha mulher me traiu, eu me separaria imediatamente

Em nenhuma das sentenças (12)-(16), o locutor pressupõe que os eventos descritos em cada proposição complemento sejam verdadeiros.

Com predicados factivos emotivos, a factividade do complemento não é afetada nos contextos mencionados:

(17) Talvez eu lamente, um dia, que Joana não tenha dito a verdade

(18) Se eu lamentar que você não tenha dito a verdade, pode esperar o pior

(19) Se eu lamentasse que você não tenha dito a verdade, você poderia esperar o pior

Do mesmo modo que no contexto de um modal, o uso do verbo factivo na terceira pessoa parece tornar a interpretação do complemento ambígua, como é o caso de (20).

(20) Se Pedro descobrir que seu sócio o está roubando, a coisa vai ficar feia.

(20) não pressupõe necessariamente que o sócio de Pedro o está roubando. O locutor de (20) pode utilizá-la perfeitamente num contexto em que desconhece se o evento descrito pelo complemento é verdadeiro ou falso. Como pode também utilizá-la num contexto em que sabe que esse evento é verdadeiro. Assim, (20) é ambígua entre uma leitura factiva e uma leitura não-factiva do complemento. Essa ambigüidade evidentemente desaparece se se usar o contexto de primeira e segunda pessoa, pois o locutor ao dizer *se eu/você souber, se eu/você soubesse, é possível que eu/você venha a saber*, está assumindo obviamente que nem ele, nem o ouvinte sabem que o evento expresso pelo complemento é verdadeiro.

Observamos, contudo, que alguns predicados que incluímos como factivos epistêmicos não apresentam comportamento igual ao dos demais com relação aos contextos acima indicados. É o caso de *ignorar, esquecer, revelar*¹⁵. Consideremos os seguintes enunciados:

(21) Se eu esquecer que você se chama Pedro, então estarei esclerosado

(22) Se eu revelar que você assaltou a relojoaria, você estará perdido

(23) Se eu ignorasse que Márcia é uma alcoólatra, estaria fugindo do problema

(24) Se eu esquecesse que você não disse a verdade, isto melhoraria nosso relacionamento

(25) É possível que eu esqueça que você me tratou muito mal

(26) Talvez eu revele que você assaltou a relojoaria

Nenhum locutor pode enunciar qualquer uma das sentenças acima sem admitir, ao mesmo tempo, como indiscutível o fato descrito pelo complemento. Isto se deve às propriedades semânticas específicas da maioria desses verbos. Ninguém, por exemplo, pode *esquecer, revelar, lembrar* aquilo que ainda não conhece.

É interessante notar que essa subclasse de factivos epistêmicos, do mesmo modo que factivos emotivos (ver seção 1.3.1.), aceitam o nome *fato* como núcleo do seu complemento:

¹⁵ Apenas os verbos *esquecer + que* e *lembrar + que* são factivos. *Esquecer de + infinitivo* e *lembrar de + infinitivo* são apenas implicativos (no sentido de Karttunen (1971a)). Assim: (i) João esqueceu (ou se esqueceu) de levar os documentos → João não levou os documentos; (ii) João não esqueceu de levar os documentos → João levou os documentos (→ = acarreta/implica)

- (27) João esqueceu o fato de que Joana está doente
- (28) Regina revelou o fato de que seu marido tem um caso com sua melhor amiga
- (29) Maria não ignora o fato de que a empresa do seu marido está indo à falência

Os factivos epistêmicos que perdem a factividade nos contextos indicados acima não aceitam o nome em questão:

- (30) * João sabe o fato de que sua firma atravessa uma grande crise
- (31) * Maria descobriu o fato de que sua irmã está com câncer
- (32) * Márcia notou o fato de que seu marido não a ama como antes

A conclusão que se pode tirar dos dados apresentados é que um predicado factivo, seja ele epistêmico ou emotivo, que aceita o nome *fato* tem um grau maior de factividade do que aqueles que não o aceitam. Além do mais, como já assinalamos, quando argumentamos contra a tese de Kempson (1975) de substituir o conceito de pressuposição pelo de implicação, é muito menos aceitável uma sentença que nega o complemento de um verbo factivo quando acompanhado do nome *fato* do que sem ele:

- (33) João não lamenta que Maria tenha perdido na loteria, porque ela nunca jogou
- (34) ?* João não lamenta o fato de que Maria tenha perdido na loteria, porque ela nunca jogou

Daremos mais adiante as razões por que mantemos essa subclasse de predicados no grupo dos factivos epistêmicos apesar do seu comportamento anômalo, sob certos aspectos, em relação aos demais membros dessa classe.

2.2.3 Diferença em relação a contextos interrogativos

Num contexto interrogativo, pode existir também uma diferença de atitude do locutor em relação à verdade da proposição complemento de um e outro tipo de factivo. Consideremos a sentença:

- (35) Você descobriu que Márcia é espiã da Cia?

Ao utilizar (35), o locutor pode, na verdade, estar querendo saber se *Márcia é espiã da Cia*. Nesta leitura, a interrogação tem por escopo o conteúdo da sentença objeto. A leitura factiva também é possível, mas para que ela se imponha, torna-se necessário uma entonação específica, por exemplo, sobre o sujeito *você* de (35), que se torna, então, o foco, indicado pelo uso da maiúscula: *VOCÊ descobriu que Márcia é espiã da Cia?* cuja interpretação é equivalente a:

(36) Foi você quem descobriu que Márcia é espiã da Cia?

em que a leitura pressuposicional fica evidenciada.

O locutor pode, também, utilizar uma sentença interrogativa contendo um factivo epistêmico para transmitir ao ouvinte a informação contida na oração complemento. É o caso de (37).

(37) Você sabe/sabia que Márcia é espiã da Cia?

A intenção do locutor pode ser não a de interrogar o ouvinte sobre o conteúdo da proposição complemento, mas sim, a de informar que *Márcia é espiã da Cia*.

Utilizamos um contexto em que o sujeito do verbo factivo é o próprio interlocutor. Embora nesse contexto apareça mais claramente a interpretação não-pressuposicional, ela ocorre também em outras situações, como em (38)

(38) João descobriu que Márcia é espiã da Cia?

Do mesmo modo que (35), (38) tem uma leitura equivalente a:

(39) João descobriu se Márcia é espiã da Cia?

Convém assinalar que nem todo factivo epistêmico permite uma interpretação não-pressuposicional do complemento, num contexto interrogativo.

É muito difícil sustentar, por exemplo, que o locutor não se compromete com a verdade do evento expresso pelo complemento em:

(40) Você esquece que Márcia é espiã da Cia?

Assinalamos também que se o sujeito do verbo factivo for o pronome indefinido

quem, a leitura pressuposicional do complemento é a única possível. Não é adequado alguém enunciar uma sentença como *Quem descobriu que Márcia é espiã da CIA?* sem admitir a verdade da proposição encaixada. O mesmo se pode dizer de sentenças do tipo de *Foi DP que V que S*, onde V é um factivo epistêmico, como, por exemplo, *Foi ele quem percebeu que Márcia é espiã da Cia*. Se, no entanto, o indefinido for *alguém* a leitura não-factiva se impõe: *Alguém descobriu que Márcia é espiã da Cia?*

Em suma, alguns contextos interrogativos, permitem, uma leitura em que a proposição complemento do predicado factivo epistêmico não é pressuposta. Em termos de ato de fala, pode-se dizer que o ato de interrogação em tais casos pode ter, como escopo, o próprio conteúdo da oração complemento.

Em contextos interrogativos, se o predicado for um factivo emotivo, a leitura do complemento ou do sujeito oracional é sempre a de pressuposto:

- (41) Você lamenta que Márcia seja espiã da Cia?
- (42) Você estranha que o Presidente tenha sido deposto?
- (43) É surpreendente que o Brasil seja um dos países de maior concentração de renda?

2.2.4 Diferença em relação a contextos negativos

Num contexto de 1ª pessoa, a negação pode afetar o complemento de factivos epistêmicos, mas não de factivos emotivos. Consideremos o enunciado:

- (44) Eu não descobri/percebi/notei que Joana é uma ladra

É perfeitamente possível uma leitura de (44), a partir da qual nenhuma conclusão se pode tirar a respeito da verdade ou falsidade da proposição complemento. Uma evidência disso é que (44) pode ser continuada por um contexto do tipo de *...por isso mesmo, não posso fazer contra ela nenhuma acusação*

Por outro lado, e dependendo do contexto, a negação de um predicado factivo epistêmico pressupõe sempre a verdade da proposição complemento. Um contexto desse tipo é a estrutura de clivagem:

- (45) Não fui eu quem descobriu que Joana é uma ladra

em que a interpretação factiva do complemento se impõe.

Numa interpretação normal, a proposição complemento de um verbo factivo emotivo de uma sentença negativa é sempre pressuposta, ou seja, o locutor se compromete com a verdade do evento por ela descrito. Compare-se (44) com (46):

(46) Eu não estranho que Maria seja uma ladra

Todavia, cabe ressaltar que o subconjunto representado por *revelar*, *esquecer* e *ignorar* e que consideramos como factivos epistêmicos tem, com relação ao teste da negação, um comportamento que os aproxima mais dos factivos emotivos:

(47) Eu não ignoro/esqueci/revelei que Maria é uma ladra

Com efeito, a única interpretação possível para o complemento é a factiva. A diferença entre (44) e (47), com relação ao estatuto semântico da oração encaixada, pode ser explicada em termos de implicação. (47), ao contrário de (44) implica necessariamente (48):

(48) Eu sei que Maria é uma ladra

2.2.5 A leitura asseverativa do complemento de um factivo epistêmico

Hooper (1975) define uma classe de predicados chamados por ela de “assertives” que podem ser traduzidos por assertivos ou asseverativos. Usarei neste trabalho os dois termos como sinônimos. Segundo Hooper (1975), um predicado assertivo é aquele que implica de uma maneira ou de outra que o locutor ou o sujeito da sentença principal tem uma opinião afirmativa a respeito da verdade da proposição complemento. Uma sentença contendo um predicado assertivo pode ter duas diferentes leituras, de acordo com a importância dada à sentença principal e à encaixada. Por exemplo, o enunciado:

(49) O locutor disse que o Presidente foi deposto

contém duas afirmações, indicadas em (50a) e (50b):

- (50) a. O locutor disse X
- b. O Presidente foi deposto

(50a) é sintaticamente a oração principal de (50). Semanticamente, há duas orações asseveradas, a segunda das quais, isto é, (50b), é uma asserção atribuída a outro falante, uma asserção indireta. Pode-se imaginar situações em que o conteúdo semântico mais importante de toda a sentença está na oração complemento. Por exemplo, A está ouvindo as notícias do dia, chega B e pergunta: Quais são as novidades? A resposta de A pode ser: *O Presidente foi desposto, disse o locutor*, em que fica evidenciado que o que está em jogo é a asserção (50b). Por outro lado, se a pergunta for: Quem disse algo a respeito do Presidente? A resposta deve ser: *O locutor disse que o Presidente foi deposto*. A resposta *O presidente foi deposto, disse o locutor* não é apropriada porque a pergunta pede a identificação do sujeito da asserção. Portanto, a asserção principal, neste caso, é (50a).

Sintaticamente, a diferença entre um predicado assertivo e um não-assertivo é que o primeiro permite a anteposição¹⁶ do complemento, mas não o último:

- (51) João disse que ela não vem hoje (assertivo)
- (52) Ela não vem hoje, disse João
- (53) Eu acredito que a reforma do judiciário é necessária (assertivo)
- (54) A reforma do judiciário é necessária, acredito eu
- (55) João duvida que ela venha hoje (não-assertivo)
- (56) *Ela vem hoje, duvida João.

A leitura em que a asserção principal se encontra na sentença matriz, caso de (50a), é chamada de leitura não-parentética e aquela em que a asserção principal é feita pela proposição complemento é chamada de leitura parentética, caso de (50b), (52) e (54).

Factivos epistêmicos possuem características de predicados assertivos, pois podem ser usados numa leitura parentética, ou seja, numa leitura em que o complemento é asseverado e não pressuposto. (57) é uma evidência do que acabamos de afirmar:

- (57) Maria descobriu que João é agente secreto

Ao proferir (57), o locutor pode estar asseverando duas coisas: a) Maria descobriu alguma coisa e b) João é agente secreto. Neste caso, o evento expresso pelo complemento não é um pressuposto, mas uma informação nova que o locutor transmite ao ouvinte, no momento da enunciação de (57). O conhecimento pelo ouvinte do evento transmitido pela oração complemento antes do proferimento de

¹⁶ A anteposição é uma operação que move a oração complemento, parcial ou totalmente, para a periferia esquerda, sem o complementizador, intercalando ou pospondo a oração matriz.

(57) não é uma condição necessária para sua enunciação. (57) pode também ser enunciada num contexto em que tanto o locutor como o ouvinte sabem que João é agente secreto e escondem esse fato de Maria, que o descobre independentemente do locutor e do ouvinte. Neste caso, evidentemente, trata-se de um pressuposto.

Caso o predicado seja um factivo emotivo, a única interpretação para o complemento é a factiva:

(58) Maria lamenta que João seja agente secreto

(58) só pode ser enunciada num contexto em que tanto o locutor como o ouvinte já sabem que João é agente secreto.

A leitura de (57) em que o complemento não é um pressuposto pode ser parafraseada por:

(59) João, descobriu Maria, é agente secreto

O mesmo não se pode dizer de (58). Embora uma sentença como

(60) João, Maria lamenta, é agente secreto

seja aceitável, ela não é uma paráfrase de (58). Em (58), o complemento é pressuposto, e em (60), é asseverado. (60) é equivalente a:

(61) João é agente secreto e Maria lamenta isto

em que a sentença *João é agente secreto* não é um pressuposto da sentença complexa, como já vimos, quando tratamos do conectivo E (secção 1.2.) .

A possibilidade de o complemento ser interpretado como uma asserção pode ser estendida para a maioria dos factivos epistêmicos:

(62) a. Eu percebi/notei que Rosa vestia uma blusa vermelha

b. Rosa, eu percebi/notei, vestia uma blusa vermelha

(63) a. Eu me lembro muito bem que os manifestantes agitavam faixas contra Bush

b. Os manifestantes, eu me lembro muito, agitavam faixas contra Bush

As sentenças (b) são paráfrases das sentenças (a), no caso em que o complemento em (a) não é interpretado como uma pressuposição.

Com *saber*, parece que uma leitura assertiva para o complemento não é

possível, como se vê em:

- (64) a. João sabe que Pedro é um cara desonesto
b. ?Pedro, João sabe, é um cara desonesto

(64b) é de aceitabilidade duvidosa. Mesmo aceitável, ela não é uma paráfrase de (64a).
Com *ignorar*, a leitura parentética também é inaceitável:

- (65) * Maria, João ignora, é uma mulher casada

A inaceitabilidade de (65) é explicável se levarmos em conta que o significado de *ignorar* equivale a “não-saber” tendo, portanto, na sua representação semântica um elemento negativo e, como veremos mais adiante (vide 5.1) predicados assertivos quando negados perdem a sua característica assertiva e, por isso, não podem ser usados parenteticamente:

- (66) * Maria, João não disse, é amante do Presidente

2.2.6 Contextos de implicação downward e upward¹⁷

Nota-se também uma diferença de comportamento entre factivos epistêmicos e factivos emotivos, com relação ao que se convencionou chamar de implicação downward e upward. Vejamos alguns exemplos, para melhor esclarecer o assunto.

A sentença (67), por exemplo, implica/acarreta (68):

- (67) Algumas pessoas correm rápido demais → (→ =
acarreta/implica)

¹⁷ O fenômeno da Implicação Upward (para cima) e Downward (para baixo) é conhecida sob o nome de monotonicidade upward e monotonicidade downward. A monotonicidade é uma propriedade de determinantes/quantificadores (na gramática de Montague, os NPs são tratados como quantificadores). Um determinante D é upward monotônico se D(A,B) implica D(A', B), ou D(A, B) implica D(A, B'), onde A e B são subconjuntos de A' e B', respectivamente. Um exemplo de determinante/quantificador upward monotônico é *alguns*, em (i) e (ii).

(i) Algumas rosas são vermelhas → algumas flores são vermelhas

(ii) Algumas pessoas andam rapidamente → algumas pessoas andam

Em (ii) a denotação do VP *andar rapidamente* é um subconjunto da denotação do VP *andar* e em (i) a denotação do NP *rosas* é um subconjunto da denotação do NP *flores*.

Um determinante D é downward monotônico se uma sentença verdadeira da forma [_S [_{NP} D N] VP] acarreta a verdade de [_S [_{NP} D N'] VP] ou a verdade de [_S [_{NP} D N] VP'], onde N' é um subconjunto de N e VP' é um subconjunto de VP. Um exemplo é o determinante/quantificador *no máximo*, em (iii) e (iv) :

(iii) Se *no máximo* dois animais quebraram as pernas, então no máximo dois cachorros quebraram as pernas

(iv) Se *no máximo* dois animais correm, então no máximo dois animais correm rapidamente.

Cf Barwise e Cooper (1981) e Gamut (1991).

(68) Algumas pessoas correm

Em termos extensionais, e usando a teoria dos conjuntos, diz-se que a denotação de *correr* é o conjunto dos seres que correm e que a denotação de *correr rápido demais* é o conjunto dos seres que correm rápido demais, que, por sua vez, é um subconjunto dos que correm. Diz-se também que o VP *correr* é “menos restrito” que o VP *correr rápido demais*. Se chamarmos o primeiro de VP₁ e o segundo de VP₂, temos que a sentença contendo VP₂, “o mais restrito”, ou o subconjunto, implica a sentença contendo VP₁, “o menos restrito”. Neste caso, fala-se de *implicação upward*. Esse tipo de implicação é, na verdade, uma propriedade do determinante *algumas*. Se substituirmos *algumas* por *poucas* a implicação deixa de existir. Assim, de *Poucas pessoas correm rápido demais* não se pode concluir que *Poucas pessoas correm*

Quando ocorre o inverso, diz-se que a *implicação é downward*. É o caso, por exemplo, de

(69) Todas as flores têm cheiro →

(70) Todas as rosas têm cheiro

O conjunto denotado pelo NP *rosas* é um subconjunto do conjunto denotado pelo NP *flores*. Neste caso, a implicação se dá no sentido do “menos restrito” para o “mais restrito”, ou no sentido do conjunto (flores) para o subconjunto (rosas). Portanto, implicação downward. Isto se deve ao determinante *todas*. Se em lugar de *todas*, usamos o determinante *algumas*, a implicação não se mantém. De *Algumas flores têm cheiro*, não se pode concluir que *Algumas rosas têm cheiro*.

Existe uma diferença de comportamento entre um predicado factivo emotivo e um epistêmico, com relação ao tipo de implicação que cada um deles pode produzir. A implicação de uma sentença contendo um factivo epistêmico é *upward*, ao passo que uma contendo um factivo emotivo é *downward*. Assim, (71) acarreta (72):

(71) João sabe que algumas pessoas correm todos os dias →

(72) João sabe que algumas pessoas correm (implicação upward)

Por outro lado, o inverso não é verdadeiro. Do fato de alguém saber que algumas

peessoas correm não se pode concluir que esse alguém sabe que algumas pessoas correm todos os dias. Portanto, a implicação upward das sentenças simples (algumas pessoas correm todos os dias → alguns pessoas correm) é preservada quando essas sentenças se tornam complemento de um factivo epistêmico.

Com um factivo emotivo, a implicação upward das sentenças simples não é preservada, quando elas aparecem na posição de complemento de tais predicados.

(73) João estranha que as pessoas comam exageradamente ≠> (Não implica/acarreta)

(74) João estranha que as pessoas comam

João pode estranhar que as pessoas comam exageradamente, mas não estranhar que as pessoas comam.

Esse padrão de comportamento se aplica a todos os factivos de cada subclasse:

(75) João sabe/percebeu/notou/revelou que muitos convidados usam um colar de esmeraldas →

(76) João sabe/percebeu/notou/revelou que muitos convidados usam um colar (implicação upward)

(77) João lamenta/acha deplorável que muitas pessoas façam exercícios em excesso ≠>

(78) João lamenta/ acha deplorável que muitas pessoas façam exercícios.

Como (75)-(78) permitem concluir, a implicação upward das sentenças simples, quando encaixadas, é mantida somente quando o predicado da matriz é um factivo epistêmico.

Em resumo, as diferenças semânticas fundamentais entre factivos epistêmicos e factivos emotivos são de dois tipos: (i) o complemento dos primeiros pode ser asseverado, ao invés de pressuposto, mas não o dos últimos; (ii) existem contextos (entre os quais negação e interrogação) em que o locutor, ao invés de pressupor, manifesta uma incerteza quanto ao valor de verdade da proposição complemento de factivos epistêmicos, ou usa a interrogação para informar o ouvinte do conteúdo da oração complemento. Nos mesmos contextos, o complemento de factivos emotivos é sempre pressuposto. Outra diferença semântica entre os dois grupos diz respeito à

preservação da implicação upward existente entre duas sentença simples. Essa implicação é preservada quando as sentenças simples se tornam complemento de um factivo epistêmico, mas não de um factivo emotivo.

2.3 Diferenças sintáticas entre factivos epistêmicos e factivos emotivos

Dentro da linha de pensamento assumida por alguns autores (Kiparsky e Kiparsky 1970) de que a diferenças semânticas devem corresponder diferenças sintáticas, mostraremos a seguir que factivos epistêmicos e factivos emotivos apresentam um comportamento diferente com relação a diversos aspectos sintáticos de uma sentença, o que constitui uma evidência a mais de que a semântica e a sintaxe estão intimamente relacionadas..

2.3.1 Diferenças quanto ao modo entre os dois grupos

Algumas diferenças com relação ao modo da oração complemento podem ser observadas entre factivos emotivos e factivos epistêmicos:

a) Os primeiros podem ter o seu complemento introduzido pelo complementizador *Que* no subjuntivo, os últimos só admitem o indicativo:

(79) Lamento/estranho que ela parta amanhã

(80) Eu sei/descobri/percebi/notei que ela usa/*use um colar de ouro

O complemento de um predicado factivo emotivo como *lamentar* pode ter o seu verbo no indicativo. Assim, em linguagem oral é comum o uso de uma sentença como *Lamento que ela parte amanhã* ou *Estranho que ela estuda tanto*, muito embora, na norma culta, o subjuntivo seja recomendável. O importante, todavia, é notar que um predicado factivo epistêmico não admite o subjuntivo no seu complemento. Uma explicação, para isso, é o fato, já mencionado por nós (vide seção 2.2.5) de que o complemento de tais predicados têm uma leitura asseverativa. Como assinala Hooper (1975, p.120), não se pode fazer uma asserção usando o modo subjuntivo ou gerúndio. Daí, a impossibilidade de termos sentenças como **João disse que Maria seja inteligente*, **João disse Maria sendo inteligente*.

b) Outra diferença é que factivos emotivos aceitam sem restrições complemento

oracional no infinitivo pessoal, ao passo que factivos epistêmicos só em condições especiais, como, por exemplo ,inversão sujeito/verbo:

- (81) a. João lamentou eles serem criminosos
- b. João lamentou serem eles criminosos
- c. João lamentou os deputados aprovarem este projeto
- (82) a.*João descobriu eles serem criminosos
- b. João descobriu serem eles criminosos
- c. *João descobriu eles terem comprado um carro novo
- d. João descobriu terem eles comprado um carro novo

Como (82) mostra, factivos epistêmicos só admitem o infinitivo pessoal se houver inversão sujeito/verbo.

2.3.2 A construção o fato (de) (que) + IP

Factivos emotivos podem ter como complemento ou como sujeito a construção *o fato de (que)+IP*; factivos epistêmicos, com algumas exceções, não admitem a construção em causa:

- (83) É lamentável o fato de que ela tenha perdido a prova
- (84) Surpreende-me o fato de que ela não estivesse na festa
- (85) *Eu sei/descobri/ percebi/notei o fato de que ela estava doente

Como assinalamos acima, existem algumas exceções à rejeição da construção *o fato de (que) + IP* por parte de factivos epistêmicos: são os mesmos verbos que têm um comportamento semântico desviante em relação à maioria dos factivos epistêmicos: *ignorar*, *revelar* e *esquecer*. Esses verbos aceitam sem problema o nome fato como núcleo do complemento:

- (86) Ele ignora/revelou/esqueceu o fato de que João é o assassino

Existem evidências de que complementos de verbos factivos da forma *o fato de (que) + IP* e *(que) + IP* não são necessariamente sinônimos. Lembramos apenas uma: no contexto em que o verbo factivo está no futuro do pretérito, e o IP encaixado não contém um auxiliar aspectual (ter+do ou estar + ndo) o complemento

só é interpretado como pressuposto na presença do nome *fato*.

(87) João não estranharia Maria estudar sânscrito (complemento não-factivo)

(88) João não estranharia o fato de Maria estudar sânscrito (complemento factivo)

Além do mais, como já assinalaram Kiparsky & Kiparsky (1970) para o inglês, existem predicados cujos complementos apresentam uma diferença de interpretação entre factividade e não-factividade, conforme sejam usados com o nome *fato* ou sem ele. *Considerar* e *explicar* são exemplos do que acabamos de dizer:

(89) a. Ele considera que ela é uma pessoa inteligente

b. Ele considera o fato de que ela é uma pessoa inteligente

(90) a. O Ministro explicou que o país irá reduzir a sua produção de petróleo

b. O ministro explicou o fato de que o país irá reduzir a sua produção de petróleo

As sentenças (a) de (89) e (90), ao contrário das sentenças (b), não pressupõem a verdade do complemento. A diferença de significado deve ser atribuída à presença do nome *fato* em (b) e sua ausência em (a). Evidentemente, o verbo *considerar* não tem o mesmo significado em (a) e (b), significando “achar, julgar” no primeiro caso e “levar em consideração”, no segundo.

O mesmo raciocínio se aplica ao caso do verbo *explicar* que na sentença (a) significa “dizer, afirmar” e em (b), “esclarecer”, “dar explicações sobre”. Portanto, a leitura factiva do complemento, tanto em (88) como em (89b) e (90b) se deve tão somente à presença do nome *fato*, pois sem ele, a única interpretação do complemento é a não-factiva.

2.3.3 Comportamento de factivos e não-factivos em relação a advérbios que exprimem certeza

Factivos epistêmicos e emotivos se distinguem de não-factivos pelo fato de não admitirem, na sentença complemento, advérbios ou expressões adverbiais que exprimem certeza, tais como, *com toda certeza*, *sem dúvida alguma*, *indubitavelmente*:

(91) * Ele estranha que com toda certeza Maria tenha viajado

(92) * Ele sabe que incontestavelmente Maria viajou

(93) Ele disse que com toda certeza Maria viajou

O uso de expressões do tipo de *com toda certeza*, *sem dúvida alguma* serve para reforçar a opinião do locutor sobre um evento ou estado de coisas que é asseverado, como os exemplos abaixo indicam:

(94) Com toda certeza, Maria viajou

(95) João saiu de casa cedo, com toda certeza

Como o evento expresso pelo complemento de um factivo é pressuposto, o uso de expressões adverbiais que exprimem certeza é incompatível com a natureza pressuposicional desse evento, como (94) e (95) indicam.

Expressões adverbiais do tipo indicado parecem ser compatíveis apenas com orações asseveradas. Tanto isso é verdade que o complemento de um verbo como *querer* que não é asseverado (veremos, adiante (ver seção 4.1), que o complemento de *querer* exprime uma não-asserção) tampouco aceita advérbios do tipo que estamos examinando:

(96) *João quer que, com toda certeza, Maria parta amanhã.

Poder-se-ia objetar que, no caso de factivos epistêmicos, seria de se esperar que seus complementos aceitassem as expressões adverbiais em causa, uma vez que eles podem ter uma leitura asseverativa ou parentética. Pode-se responder a essa objeção com o argumento de que tais complementos têm também uma leitura factiva e é este fato que torna inaceitável a presença de expressões adverbiais do tipo de que estamos tratando.

2.3.4 Diferença entre os dois grupos de factivos em relação a interrogativas indiretas

Factivos epistêmicos podem ter como complemento orações interrogativas indiretas iniciadas por *qual*, *quanto*, *como*, etc. o que, em nenhuma hipótese, acontece com factivos emotivos:

(97) Sei/descobri/percebi/notei/esqueci qual é a solução do problema

(98) Não sei quem roubou a marmelada

(99) * Lamento/estranho/é surpreendente qual é a solução do problema

Não-factivos, embora com algumas exceções, são também incompatíveis com interrogativa indiretas:

(100) *Acredito/afirmo/garanto qual é a solução do problema

As exceções são verbos de suposição, como *imaginar*, *supor*, alguns verbos performativos como *responder*, *declarar*, *dizer* (no sentido de revelar, responder)

(101) Imagino/suponho/pergunto/respondo/digo qual é a solução do problema

Essa peculiaridade de factivos epistêmicos se deve basicamente à natureza epistêmica ou perceptual do seu significado. Na verdade, parece que somente verbos que exprimem conhecimento ou percepção é que admitem interrogativas indiretas. Como factivos epistêmicos são todos "predicados que exprimem conhecimento, processo de conhecimento ou percepção", é natural que sejam compatíveis com o contexto de que estamos tratando. Casos como os de (101) que parecem constituir exceções ao comportamento de não-factivos, na verdade se explicam pelo fato de os verbos que ali se apresentam subentenderem um verbo "epistêmico" como *saber* ou *conhecer*. Deste modo, uma sentença como Ele disse *qual era a solução* do problema pode ser parafraseada por

(102) Ele revelou/fez saber qual é a solução do problema

Do mesmo modo, *Pergunto qual é a solução do problema* pode ter como paráfrase (103):

(103) Desejo (quero) saber qual é a solução do problema

Os predicados não-factivos que permitem uma interrogativa indireta como complemento, ou subentendem, no contexto em questão, um verbo de conhecimento ou, então, são verbos que admitem uma análise "epistêmica" do seu significado. Em outros termos, a oração interrogativa indireta, em tais casos, é, na verdade, do ponto de vista semântico, complemento de um predicado factivo epistêmico subentendido. Assim, utilizando a semântica conceitual proposta por Jackendoff (1995) o significado de *responder* poderia ser decomposto em "x causar

y saber z”, e *perguntar*, em “x querer y causar x saber z”

2.3.5 Uma explicação necessária

Incluímos entre factivos epistêmicos os predicados *revelar*, *esquecer* e *ignorar*. Esses predicados, algumas vezes, não compartilham das propriedades semânticas e sintáticas dos outros factivos epistêmicos (saber, descobrir, etc). Conforme vimos, nas seções 2.2.2., 2.2.3 e 2.2.4, deste capítulo, na maioria dos contextos em que o complemento dos outros factivos epistêmicos têm uma leitura não-pressuposicional, o dos verbos mencionados é sempre pressuposto. Além do mais, do ponto de vista sintático, eles admitem a co-ocorrência do nome *fato*, característica essa mais própria de factivos emotivos. Apesar disso, optamos por considerar *revelar*, *esquecer* e *ignorar* factivos epistêmicos, pelas seguintes razões:

a) semanticamente, *revelar*, *esquecer* e *ignorar* são claramente verbos de conhecimento, alinhando-se, portanto, muito mais ao lado de *saber*, *descobrir*, etc. do que ao lado de factivos emotivos como *lamentar*;

b) o seu complemento pode ter uma leitura em que é asseverado e não pressuposto. Há que se considerar, no entanto, que existe uma diferença entre *revelar*, de um lado, e *ignorar* e *esquecer*, de outro. O complemento de *revelar* pode ser asseverado quando a sentença é afirmativa, o de *ignorar* e *esquecer*, quando ela é negativa:

- (104) a. João revelou que Maria usava uma blusa amarela
 b. Maria, revelou João, usava uma blusa amarela
 c. *Maria, não revelou João, usava uma blusa amarela
- (105) a. João não esquece até hoje que Regina usava um vestido azul
 b. Regina, João não esquece até hoje, usava um vestido azul
 c. *Regina, João esquece até hoje, usava um vestido azul
- (106) a. Eu não ignoro que Maria é parente de Raquel
 b. Maria, eu não ignoro, é parente de Raquel
 c.* Maria, João ignora, é parente de Raquel

Enquanto as formas (b) são aceitáveis como interpretação parentética de (a), as sentenças (c) são mal formadas ou estranhas.

Esse comportamento de *esquecer* e *ignorar* é previsível tendo em conta a

estrutura semântica de tais verbos. Com efeito, tanto *esquecer* como *ignorar* devem conter em sua estrutura semântica um elemento negativo. O significado de *esquecer* pode ser representado por “não saber mais” ou “não lembrar” e o de *ignorar*, por “não saber”. Ora, predicados assertivos e epistêmicos quando negados não podem ser usados numa leitura parentética:

- (107) a. Antônio não disse que Márcia é casada com Pedro
 b. *Márcia, Antônio não disse, é casada com Pedro
- (108) a. João não percebeu que Maria usava uma aliança de ouro
 b. *Maria, João não percebeu, usava uma aliança de ouro

Como *esquecer* e *ignorar* devem ter em sua representação semântica o elemento Neg, fica claro porque eles só admitem a leitura asseverativa quando negados: a lei da dupla negação¹⁸ opera, eliminando o elemento NEG do seu significado, tornando a sentença em que eles figuram positiva.

c) Sintaticamente, eles têm algumas propriedades comuns com outros factivos epistêmicos:

1. seu complemento introduzido por QUE só pode aparecer no indicativo, como os demais factivos epistêmicos:

- (109) Ele esqueceu/ignora que ela parte/*parta amanhã

2. aceitam como complemento orações interrogativas indiretas:

- (110) Ele revelou/esqueceu/ignora qual é a solução do problema

d) Semanticamente, notamos a existência de propriedades comuns a *esquecer* e “não lembrar”, de um lado, e a *ignorar* e “não saber”, de outro. Do mesmo modo que *esquecer* e *ignorar*, “não lembrar” e “não saber”, pressupõem a verdade do complemento num contexto hipotético ou contrafactual:

- (111) a. Se eu esquecer/ignorar que você não me disse a verdade, você está salvo
 b. Se ele não lembrar/souber que você não me disse a verdade, você estará salvo
 c. Se eu esquecesse/ignorasse que você não me disse a verdade, você estaria salvo

¹⁸ Em lógica $\sim\sim P \equiv P$, ou seja, existe uma equivalência lógica entre uma proposição afirmada e essa mesma proposição duplamente negada. ($\sim$ = negação; $\equiv$ = equivalência lógica.)

- d. Se eu não lembrasse/não soubesse que você não me disse a verdade, você estaria salvo

Em todas as sentenças de (111), a leitura do complemento é factiva.

Deste modo, aquilo que parecia um comportamento "desviante" de uma subclasse em relação à maioria dos factivos epistêmicos é perfeitamente previsível se adotarmos a hipótese de que tal subclasse contém no seu significado, o primitivo semântico ¹⁹ "saber".

A título de resumo, damos abaixo um quadro contendo as principais diferenças entre factivos epistêmicos, factivos emotivos.:

Quadro I

PROPRIEDADE	FACTIVOS EPISTÊMICOS	FACTIVOS EMOTIVOS
Admitem a construção o fato de (que) + IP como complemento	Não, com algumas exceções Exemplos (85) e (86)	Sim. Exemplos (83)-(84)
Complementos da forma QUE+ Subjuntivo	Não Exemplo (80)	Sim Exemplo (79)
Complementos no infinitivo pessoal	Somente em determinadas condições (inversão sujeito/verbo) Exemplo (82)	Sim, sem restrições Exemplo (81)
Interrogativas indiretas como complemento	Sim Exemplos (97) e (98)	Não Exemplo (99)

¹⁹ Os semanticistas gerativistas (LAKOFF, 1971; MC CAWLEY, 1968) decompõem o significado de um item lexical em termos de unidades que seriam primitivos semânticos, ou seja, irreduzíveis a novas decomposições. Assim, o significado de um verbo como *kill* é analisado como CAUSE TO BECOME NOT ALIVE, em que cada um desses elementos seria um primitivo semântico.

CAPÍTULO 3 A ESTRUTURA SINTÁTICA DE COMPLEMENTOS FACTIVOS

Examinaremos, neste Capítulo, algumas das propostas para distinguir o complemento oracional de um predicado factivo do de um predicado não-factivo, mostrando que elas são insuficientes para dar conta dos dados do PB. Entre elas, daremos destaque a proposta de Kiparsky e Kiparski (1970), segundo a qual, predicados factivos subcategorizam um NP-complexo, contendo o nome *fact*, como núcleo do complemento oracional, enquanto predicados não-factivos subcategorizam um NP simples dominando uma oração (um CP, em termos de Teoria da Regência e da Ligação (TRL)).

3.1 Evidências de que a hipótese dos Kiparskys não se aplica ao português

Kiparsky e Kiparsky (1970), para explicar as características sintáticas e semânticas de predicados factivos, propõem que a estrutura subjacente dos seus complementos contenham o sintagma *the fact* como seu núcleo. Assim, uma sentença como (i) *John regrets that Mary is leaving* é derivada, dentro do quadro teórico proposto por Chomsky (1965), de (ii) *John regrets*_{[NP *the fact*]_[S *that Mary is leaving*]], com o apagamento posterior do NP *the fact*. Complementos de não-factivos seriam um NP que dominaria apenas um S, sem a presença do nome *fact*. Por exemplo, a sentença (iii) *John believes that Mary is leaving* teria como estrutura profunda (iv) *John believes* _{[NP _[S *that Mary is leaving*]] (estou deixando de lado aspectos irrelevantes da estrutura profunda). De acordo com Kiparsky e Kiparsky (1970, p. 6), a estrutura (1) abaixo representa o complemento de predicados factivos em estrutura profunda, no quadro teórico proposto por Chomsky (1965), e a estrutura (2), o complemento de não factivos.}}

(1) Complementos de Factivos

(2) Complementos de não-factivos

Kiparsky e Kiparsky (1970) foi escrita no quadro teórico de Aspects (CHOMSKY, 1965), impondo-se, portanto, a necessssidade de se fazerem algumas adaptações

para adequar a proposta dos referidos autores à Teoria da Regência e da Ligação de Chomsky (1981) e seus desenvolvimentos posteriores. Assim, a estrutura (1) corresponde aproximadamente a (3)²⁰ :

(3)

Com relação à estrutura (2), ela não poderia se manter, em face da teoria X-barra, cujo princípio de endocentricidade determina que toda projeção da forma XP seja projetada pelo núcleo X. Em outros termos, se a projeção é um NP como em (2), o núcleo que a projeta deve ser uma categoria nominal, ou seja, uma categoria marcada com o traço [+ N, -V], que não é o caso de uma sentença (S). Deste modo, a estrutura (2) deve ser reformulada para (4):

(4)

A estrutura (4) se conforma ao princípio de endocentricidade, dado que a projeção máxima VP é uma projeção do núcleo V, o que não ocorre em (2).

Ainda que a estrutura proposta por Kiparsky & Kiparsky (1970) para complementos de factivos e não-factivos esteja superada, em termos da TRL, continua válido, no nosso entender, o exame da proposta de que os complementos de predicados factivos se distinguiriam dos complementos de não-factivos pela presença na estrutura profunda (DS “Deep Structure”) do nome *fact* encabeçando o

²⁰ Fukui e Speas (1986) propõem que categoria D (determinante) projete de acordo com a teoria X-barra. Esta sugestão ficou conhecida como a *hipótese DP*. Segundo essa hipótese, os NPs na teoria de Chomsky (1970) são na realidade Grupos de Determinante (DPs, do inglês “Determiner Phrase”), projeções da categoria D e não da categoria N. NP passa a ser complemento de D, do mesmo modo que VP é complemento de I e IP, complemento de C.

complemento oracional de factivos e pela sua ausência do complemento de não-factivos.

Assim, o complemento de predicados factivos seria o que Ross (1967) chama de NP complexo, ou seja, um NP (DP, em termos atuais) que domina um núcleo nominal (no caso, o nome *fact*) e uma oração introduzida por um complementizador (CP, em termos de TRL)), enquanto que o complemento de não-factivos seria um apenas um CP, como indicado em (4)). Deste modo, uma sentença como

(5) John regrets that she goes away

teria como representação estrutural, antes do apagamento do nome *fact*, e em termos de TRL algo como *John regrets* [_{DP} *the* [_{fact} [_{CP} *that* [_{IP} *she goes away*]]]], enquanto que

(6) John believes that she goes away

seria representado estruturalmente por *John believes* [_{CP} *that* [_{IP} *she goes away*]].

Kiparsky e Kiparsky (1970) justificaram a análise acima com base em evidências de que, no caso do inglês, a estrutura (1) ou (3) para factivos e (2) ou (4) para não-factivos, explicaria por que certas transformações, propostas por Chomsky (1965) como, por exemplo, Raising to Object position (Alçamento para a posição de objeto) eram possíveis para não-factivos, mas bloqueadas para factivos. Assim, de (7) podíamos ter (8), mas de (9) não podíamos obter (10), dado que (10) é inaceitável:

(7) John believes that Mary is wrong (não-factivo)

(8) John believes Mary to be wrong

(9) John regrets that Mary is wrong (factivo)

(10) *John regrets Mary to be wrong

A explicação para o bloqueio de (10), ou seja, a impossibilidade de se aplicar a partir de (9) a regra de Alçamento do sujeito Mary para a posição de Objeto em (10) e a consequente infinitivização da oração complemento, seria a estrutura de SN/DP complexo, mostrada em (3), que estaria subjacente a (9), ou seja, algo como *John regrets* [_{DP} *the fact* [_{CP} *that Mary is wrong*]]. A estrutura de DP-complexo impediria a saída de *Mary* do CP encaixado.

Essa impossibilidade de extração de um constituinte de um NP complexo foi

denominada por Ross (1967) de Complex Noun Phrase Constraint (“Restrição de NP-complexo”, pela qual os constituintes de uma sentença S que figuram numa estrutura do tipo de (1), que repetimos aqui como (11), são impedidos de serem removidos para fora da sentença encaixada

(11)

Segundo Ross (1967) era esta configuração que impedia a saída de constituintes de uma sentença relativa. Assim de

(12) O livro que João comprou é interessante

não podemos ter

(13) * Quem_i o livro que t_i comprou é interessante?

A estrutura (11) corresponde ao quadro teórico de Aspects (1965). Em termos de TRL, (11) corresponde ao DP-complexo indicado em (3).

Era essa restrição sobre NP/DP complexos que explicava porque, em inglês, não podíamos ter (15) a partir de (14):

(14) John regrets that Mary is not a virgin

(15) *John regrets Mary not to be a virgin

A estrutura subjacente a (14) seria representada em termos de Aspects (1965) por *John regrets* [_{NP} *the fact* [_S *that Mary is not a virgin*)] e em termos de TRL por *John regrets* [_{DP} *the fact* [_{CP} *that* [_{IP} *Mary is not a virgin*]]]. A explicação para a agramaticalidade de (15), dentro do quadro teórico de Aspects (1965), é que a estrutura de NP-complexo impedia a saída do NP *Mary* da sentença encaixada para se tornar objeto de *regret* em (15). A explicação, em termos de TRL, seria

outra: a estrutura de DP-complexo impede que *Mary* em (15) receba Caso acusativo do verbo *regret*, uma vez que entre este e *Mary* existe uma Barreira (CP) que impede a regência de *Mary* pelo verbo *regret*. A sentença (15) é excluída por violação do Filtro de Caso.

Assim, Kiparsky e Kiparsky (1970) explicavam a diferença de comportamento sintático do complemento de predicados factivos, em relação ao complemento de não-factivos, pela presença do nome *fact* encabeçando o complemento dos primeiros, numa estrutura de NP/DP complexo.

O NP complexo funcionava como uma das ilhas estudadas por Chomsky (1962 e 1964) e por Ross (1967). Tais ilhas, como é o caso da oração relativa e da oração complemento de um nome, constituem configurações estruturais para fora das quais um constituinte não pode ser movido por uma regra transformacional.

Tais restrições ficaram conhecidas mais tarde como o Princípio de Subjacência, segundo o qual *o movimento de um constituinte por Mover α não pode atravessar mais que um nó-fronteira*. (RAPOSO, 1992, p. 398). Para Chomsky (1973, apud Raposo, 1992, p. 398), os nós-fronteira são NP (DP em termos atuais) e S (=IP, em termos atuais). O movimento de uma categoria pode atravessar um nó-fronteira, mas não dois ou mais. Assim, um constituinte ao se mover não pode atravessar dois DPs ou dois IPs, ou ainda um DP e um IP. O conceito de nó-fronteira passou depois a se confundir com o conceito de Barreira, ou seja, toda projeção máxima não L-marcada²¹. O princípio de Subjacência explica porque não podemos ter (17) a partir de (16):

(16) João lamenta [_{DP} o fato de [_{CP} que [_{IP} quem não tenha ido à reunião]

(17) *Quem_i João lamenta o fato de [_{t_i'} que t_i não tenha ido à reunião?

O movimento do constituinte-Qu em (17) teria violado a Condição de Subjacência, pois atravessou dois nós-fronteira, IP e DP, e, por isso, o resultado é agramatical. Outra explicação, segundo Chomsky (1986b, p.36), é que o CP encaixado é uma Barreira e impede que o vestígio intermediário, t_i', seja devidamente regido pelo seu antecedente *Quem*. Portanto, (17) seria excluída por violação do Princípio das Categorias vazias (ECP “empty category principle”), o qual

²¹ L-Marcação. A L-marca B sse A é uma categoria lexical que atribui uma função- θ a B (RAPOSO, 1992, pg. 405).

estipula que todo vestígio deve ser apropriadamente regido.

Assim, a proposta de Kiparsky & Kiparky (1970) se resume, em última análise, em tratar o complemento de um verbo factivo como uma ilha.

No que concerne ao português, não vemos motivação, nem semântica, nem sintática para se propor uma estrutura do tipo de (1) ou (3) para predicados factivos. Do ponto de vista semântico, já mostramos que nem sempre um complemento tendo por núcleo o nome *fato* é sinônimo do mesmo complemento sem o referido nome, pois, em muitos casos, é a presença de *fato* que determina a leitura factiva do complemento, como é o caso de (18) e (19).

(18) Ele considera que ela é muito esperta

(19) Ele considera o fato de que ela é muito esperta

Com efeito, em (19), o complemento é factivo, mas não em (18).

Com factivos, também notamos a existência de alguns contextos em que a presença do sintagma *o fato* é decisivo para a interpretação factiva do complemento ou do sujeito oracional. É o que ocorre quando temos a presença de um modal, como *poder*, no tempo presente, na sentença matriz contendo um verbo factivo:

(20) A mulher de Antônio ir ao casamento do ex-namorado pode incomodá-lo

(21) O fato de a mulher de Antônio ir ao casamento do ex-namorado pode incomodá-lo

A sentença (21) pressupõe que *Joana vai ao casamento do ex-namorado*, mas não (20), cuja oração sujeito pode ser negada:

(22) A mulher de Antônio ir ao casamento do ex-namorado pode incomodá-lo, por isso, ela nem pensa em fazer isto.

Em (20), o evento *a mulher de Antônio ir ao casamento do ex-namorado* é uma mera hipótese ou possibilidade, por isso mesmo, ele pode ser negado, mas não em (21), em que esse evento é visto como um fato. Em consequência, a sua negação produz uma contradição:

(23) ?* O fato de a mulher de Antônio ir ao casamento do ex-namorado pode incomodá-lo, por isso mesmo ela não vai.

Outro contexto em que as sentenças com e sem o sintagma em questão não são sinônimos é o do verbo factivo no futuro do pretérito:

(24) Estou certo de que Cláudia lamentaria o fato de Joana namorar o Pedro

(25) Estou certo de que Cláudia lamentaria Joana namorar o Pedro

Em (24), o complemento é factivo, mas não em (25), em que ele exprime, como em (20), apenas uma possibilidade e não algo consumado. Aliás, o futuro do pretérito é um dos contextos em que o complemento perde a factividade, exceto se o nome *fato* estiver presente, ou se o complemento contiver um auxiliar aspectual do tipo de *ter+do* ou *estar+ndo* (ver seção 3.4.).

Além do mais, como já assinalamos anteriormente, a presença do sintagma *o fato* impede que a proposição complemento seja negada numa leitura não-natural, quando a oração principal é negativa:

(26) * Eu não lamento o fato de que Maria tenha viajado, simplesmente porque ela não viajou

(27) Eu não lamento que Maria tenha viajado, simplesmente porque ela não viajou

(27), embora não-natural, não é contraditória.

Outras evidências parecem contrariar a hipótese de que, em PB, complementos de predicados factivos devam ter uma DS (“Deep Structure”) em que o complemento do verbo factivo tem necessariamente o nome *fato* como núcleo. É que outros nomes, além de *fato*, podem ocupar essa posição. As sentenças abaixo são exemplos disso:

(28) O problema de Joana estar doente não é um obstáculo para nossa viagem

(29) Eles lamentaram a chatice de ter de vir trabalhar amanhã

(30) Ele lamentou a tolice/imprudência de ter viajado sem documentos

Todos os complementos em (28)-(30) são pressupostos, dado que eles são implicados pelas sentenças que os contêm e também pelas respectivas sentenças negativas.

Se todo complemento de um predicado factivo é um NP complexo do tipo apresentado em (1) e (3), ou seja, contendo como núcleo o nome *fato*, como Kiparsky

& Kiparsky (1970) propuseram para o inglês, a gramática não teria meios de derivar, por exemplo, (30), em que, ao invés de *fato*, temos o nome *tolice* ou *imprudência*. Além do mais, as sentenças contendo um nome diferente de *fato* não têm o mesmo significado que aquelas contendo este último. Assim, (30) não é sinônimo de *Ele lamentou o fato de ter viajado sem documentos*. Os dados do português parecem indicar que o complemento de um predicado factivo pode ser um DP/NP complexo em que o nóculo N (nome) pode ser preenchido por diferentes itens lexicais entre os quais se incluem *fato*, *problema*, *tolice*, etc. Já vimos que os complementos de um factivo da forma *Que + IP(=S)* ou *IP* infinitivo nem sempre são sinônimos dos complementos que têm a estrutura *o fato (de) que + IP(=S)* ou *o fato de + IP* infinitivo.

Nos casos em que são sinônimos até se poderia pensar em derivá-los de uma mesma estrutura subjacente do tipo de *o fato (de) (que) + IP*. Mas, nos defrontaríamos com o problema, também já por nós abordado, das sentenças negativas, que podem ter o complemento negado numa interpretação não-natural, mas não o podem se o nome *fato* estiver presente. Além do mais, elementos do complemento podem ser movidos para fora dele, se o nome *fato* não estiver presente e são bloqueados na sua presença. Por exemplo, de (i) *João lamenta que Maria seja intransigente* podemos ter (ii) *Quem João lamenta que seja intransigente?*, mas de (iii) *João lamenta o fato de que Maria seja intransigente, não podemos ter* (iv) **Quem João lamenta o fato de que seja intransigente?* Se a estrutura subjacente a de (i) contivesse o nome *fato* seria de se esperar que (ii) fosse agramatical do mesmo modo que (iv).

Além dessas evidências contra uma estrutura exclusiva de NP/DP complexo contendo o nome *fato*, para complementos factivos, outras podem ser indicadas. Uma delas é a existência de predicados factivos que são incompatíveis com o sintagma em questão como é o caso dos factivos epistêmicos (saber, descobrir, notar, etc). Outra ainda foi assinalada por Wilkinson (1970). Wilkinson mostrou que existe uma classe de predicados adjetivais em inglês entre os quais se incluem *wise* (sábio), *smart* (esperto), *kind* (gentil), etc. que são factivos no sentido de que a verdade do seu complemento é pressuposta, mas não admitem o nome *fato* (fact) como núcleo do complemento. Assim, a sentença

(31) *The fact that the boy helped the girls was wise/kind/polite/foolish

é agramatical devido a presença do nome *fact*. Em lugar de *fact*, o autor em questão apresenta argumentos de que tal classe de adjetivos deve ter o nome *action* como núcleo do complemento.

Fenômeno semelhante se observa em português com certos predicados como (ser) *sábio, inteligente, esperto* (esperteza), etc. Embora não seja evidente que tais predicados devam ter o nome *ação* ou *ato* em sua DS, o certo é que eles são incompatíveis com o nome *fato*, ainda que seu complemento seja semanticamente factivo:

(32) a. Foi sábio ele abandonar o país

b. *Foi sábio o fato de ele abandonar o país

(33) a. Foi inteligente Rosa esconder-se em lugar tão isolado

b. *Foi inteligente o fato de Rosa esconder-se em lugar tão isolado

Além do mais, são perfeitamente aceitáveis sentenças do tipo de *É lamentável/vergonhoso o ato de agredir os pais, praticado por Pedro, Eu lamento o ato impensado de João de agredir seu amigo por causa de uma discussão tola*. Não resta dúvida de que o complemento de tais sentenças é pressuposto, no entanto, existe restrição de ocorrência do nome *fato* como núcleo do NP complexo em que se estrutura o complemento em questão, uma vez que a substituição do nome *ato* por *fato*, em tais sentenças, produz um resultado agramatical **É lamentável/vergonhoso o fato de agredir os pais, praticado por Pedro, *Eu lamento o fato impensado de Pedro de agredir seu melhor amigo por causa de uma discussão tola*.

Em face dos dados apresentados, podemos concluir que é muito difícil sustentar, em PB, que o comportamento semântico e sintático do complemento de predicados factivos tem algo a ver com a presença de um nome *fato* em sua estrutura subjacente (estrutura-D, em termos de TRL)

Do ponto de vista sintático, também não há evidências de que se deva distinguir o complemento de um predicado factivo, do complemento de um predicado não- factivo, por meio da configuração (1) ou (3) para os primeiros e (2) ou (4) para os últimos. Os dados do português se apresentam do seguinte modo:

a) tanto factivos quanto não factivos permitem que elementos da sentença complemento sejam interrogados fora do complemento:

(34) a. Pedro disse que João é o responsável pelo golpe

b. Quem Pedro disse que é o responsável pelo golpe?

(35) a. Pedro lamenta que o Presidente seja tão servil aos poderosos

b. Quem Pedro lamenta que seja tão servil aos poderosos?

Se houvesse uma estrutura de DP-complexo subjacente a (35b) o constituinte *Qu* não deveria poder ser extraído, no entanto, (35b) é perfeitamente aceitável.

b) ao contrário do inglês, o complemento no infinitivo ocorre com factivos, mas não com não-factivos, salvo em condições específicas:

(36) Antônio lamenta Maria ter partido

(37) a. *Antônio disse eles terem partido

b. Antônio disse terem eles partido

Com não-factivos, o infinitivo só se torna aceitável se houver inversão sujeito/verbo.

c) A saída de elementos do complemento factivo somente é bloqueada se o nome *fato* estiver presente

(38) a. Ele lamenta o fato de que sua namorada o tenha abandonado

b. *Quem ele lamenta o fato de que o tenha abandonado?

Isto, entretanto, não é uma propriedade peculiar ao nome *fato* ou a predicados factivos. Como já vimos, outros casos, em que o objeto é um NP/DP complexo, também bloqueiam a remoção para fora da sentença complemento de seus elementos constituintes:

(39) a. Ele estuda a possibilidade de que a reunião seja adiada mais uma vez.

b. *O que ele estuda a possibilidade de que *t* seja adiada mais uma vez?

d) Deve-se notar, contudo, que diferentemente de predicados não-factivos, a extração de Adjuntos e do que se convencionou chamar de DPs não-D-linked (PESESTSKY, 1987) (ver seção 4.3) de complementos oracionais de factivos não é permitida:

(40) *Como_i João lamenta que Maria tenha quebrado o braço *t_i* ?

(41) * [Quantos quilos]_i Maria lamenta que João pese *t_i* ?

(42) Como_i João disse que Maria quebrou a perna t_i?

(43) [Quantos quilos]_i João disse que Maria pesa t_i?

Essa impossibilidade de extração caracteriza essas estruturas como *ilha fraca factiva*. Tal comportamento sugere que complementos de factivos devem de algum modo distinguir-se dos de não-factivos. Como trataremos desse problema mais adiante, não nos alongaremos mais sobre o assunto.

Observamos ainda que sujeitos oracionais²² de predicados factivos não permitem a saída de elementos da subordinada para a sentença matriz.

Por exemplo, de

(44) Que ela não possa vir amanhã é lamentável

não podemos ter:

(45) * Quem que não possa vir amanhã é lamentável?

Tampouco o adjunto adverbial *amanhã* pode se deslocar para fora da subordinada:

(46) ?* Amanhã que ela não possa vir é lamentável

Todavia, deve-se ressaltar que esse bloqueio ocorre também com sujeitos oracionais de predicados não-factivos:

(47) Que ela não pode vir amanhã é evidente

(48) *Quem que não pode vir amanhã é evidente?

(49) Que os deputados aprovem este projeto é quase impossível

(50) *O que que os deputados aprovem é quase impossível?

Na verdade, tal fenômeno se deve ao que Raposo (1992) chama de Restrição do Sujeito Frásico, e que constitui um dos tipos de restrição a movimento de constituintes estudados também por Ross (1967) e Huang (1982). Segundo essa

²² Estamos chamando as orações introduzidas por *que* em (44)-(50) de orações sujeito, independentemente da posição em que elas são geradas. Para alguns, elas seriam geradas numa posição de tópico e não de sujeito. Para Koster (1978), por exemplo, sujeitos sentenciais são tópicos ligados a um DP foneticamente nulo em Spec de IP. Para outros elas seriam argumento de uma Small Clause (STOWELL, 1978; BURZIO, 1986). Para o nosso propósito é irrelevante a posição em que tais orações são geradas. Seja na posição de Tópico, seja na de argumento externo do predicado adjetival, numa Small Clause, seja como especificador de VP ou de IP, elas não permitem a saída de constituintes do seu interior.

restrição, nenhum constituinte pode ser movido para fora de um sujeito oracional. Admitindo-se que uma sentença como (45) tem uma DS (“Deep Structure”) equivalente a (51), o seu desvio gramatical pode ser explicado em termos de Subjacência.²³

(51)

Considerando que CP₁ e DP são barreiras (CHOMSKY, 1986b), por serem Projeções Máximas não L-marcadas²⁴, o constituinte Qu para sair da posição de sujeito da sentença encaixada para a posição de Spec de CP da oração matriz teria que atravessar pelo menos duas barreiras, CP₁ e DP, violando, assim, o princípio de Subjacência.

Segundo esse Princípio, um constituinte ao ser movido por Mover α não pode atravessar mais que uma Barreira (CHOMSKY, 1986b). Evidentemente, esse princípio é violado do mesmo modo em (46), (48) e (50), ou seja, tanto com factivos como com não factivos um sujeito oracional não permite a saída de constituintes do seu interior.

Concluindo, não há evidências de que o complemento de um predicado factivo deva se distinguir de um não-factivo pela presença do nome *fato* na estrutura profunda do primeiro e sua ausência, na do segundo.

3.2 Representação sintática de complementos de predicados factivos e não-

²³ O resultado será o mesmo se o sujeito oracional for gerado como argumento de uma Small Clause, como indicado em (i): (i) [_{IP} ser [_{SC} [_{CP} que qu não poder vir amanhã] [_{AP} lamentável]]], pois CP deverá ser movido para Spec de IP para satisfazer o EPP.

²⁴ Na verdade Chomsky (1986b) define Barreira em termos de Categoria de Bloqueio (“blocking category”). Uma categoria de bloqueio é uma projeção máxima não L-marcada. Toda Categoria de Bloqueio não L-marcada, exceto IP, é uma Barreira (CHOMSKY, 1986b, p. 14).

factivos e o problema da assimetria entre argumentos D-linked, de um lado, e argumentos não-D-linked e Adjuntos, de outro.

Existe uma assimetria entre adjuntos e argumentos não D-linked (ver secção 3.2.1, p.57, para a noção de D-linked), de um lado, e argumentos D-linked (PESETSKY, 1987), de outro, em relação à possibilidade de extração de uma ilha fraca²⁵. Os últimos podem ser extraídos da ilha fraca WH ou factiva, mas não os primeiros.

- (1) [Que problemas]_i o João perguntou como resolver t_i ?
- (2) *[Por que]_i o João perguntou como resolver esses problemas t_i ?
- (3) [Que livros]_i João lamenta que não tenha podido ler t_i ?
- (4) *Como_i João lamenta que não tenha podido ler esses livros t_i ?
- (5) *[Quantos quilos]_i você lamenta que o João pese t_i ?

A sentença (1) é um exemplo de extração de um argumento D-linked de uma ilha WH, o que é perfeitamente admitido. Já (2) é um exemplo de que um Adjunto não pode ser extraído da mesma ilha, dada a sua inaceitabilidade.

Em (3)-(5) temos um verbo factivo na matriz. Adjuntos e argumentos não-D-linked não podem ser extraídos do complemento de um factivo, como é o caso de (4) e (5), ao passo que argumentos D-linked não sofrem nenhuma restrição ao seu movimento, dada a aceitabilidade de (3).

Verbos não-factivos que tomam um complemento oracional introduzido pelo complementizador *que* permitem extração de adjuntos²⁶ do seu complemento:

- (6) Por que você acha que João não leu esses livros?

(6) é ambíguo entre uma leitura em que o elemento interrogativo *por que* pode tanto ser interpretado como Adjunto do VP da matriz como da encaixada.

Em (1) e (3), o elemento movido é um argumento D-linked, em (2) e (4), um adjunto, e em (5), um argumento não-D-linked.²⁷

²⁵ Chama-se ilha um domínio ou uma configuração que não permite extração de elementos do seu interior. As ilhas se dividem em ilhas fracas e ilhas fortes. Uma ilha forte é um domínio que não permite extração de nenhum elemento. Um exemplo é um DP/NP complexo, caso de uma oração relativa ou de um complemento oracional de um núcleo nominal. Uma ilha fraca é um domínio que permite a saída de alguns elementos, mas não de outros. A mais conhecida é a ilha-WH. Argumentos podem ser extraídos da ilha-WH, mas não adjuntos:

(i) O que João quer saber como consertar? (extração do objeto direto da oração interrogativa indireta)

(ii) *Como João quer saber o que consertar? (o adjunto não pode ser extraído da oração interrogativa)

Entre os autores que estudaram o fenômeno, podemos citar Ross (1967), Cinque (1990), Rizzi (1990), Chomsky (1986b), etc.

²⁶ Existem algumas exceções: o complemento de *negar*, por exemplo, parece não permitir extração de adjuntos:

(i) João negou que Maria saiu sozinha; (ii) *Como_i João negou que Maria saiu t_i ?

Mas, essa restrição parece estar mais associada à natureza semântica negativa de *negar*. É sabido que, em geral, a negação bloqueia o movimento de constituintes. De (iii), não podemos obter (iv):

(iii) João não disse que Maria saiu sozinha; (iv) *Como João não disse que Maria saiu?

Existem, na literatura, várias propostas para tentar explicar essa assimetria, nenhuma delas capaz de dar conta de todos os dados, como se verá adiante. Examinaremos, a seguir, algumas delas.

3.2.1 A proposta de que o complemento oracional de um verbo factivo é um DP

Kiparsky e Kiparsky (1970), que trataram de modo pioneiro de predicados factivos, assumem, como já mostramos anteriormente, que o complemento oracional de um factivo é um NP complexo constituído de um núcleo (o nome *fact*, que é opcionalmente apagado) e de uma oração (S). Perini (1974) também propõe que a oração complemento de um factivo seja dominada por um NP, enquanto o complemento de um não-factivo é dominado diretamente por VP. Existem algumas evidências de que o complemento de um factivo é de natureza nominal: a) o complemento oracional de factivos emotivos (lamentar, estranhar, etc.), pode ser sempre iniciado por um núcleo nominal:

- (7) João lamenta/estranha o fato/a possibilidade (de) que Maria tenha sido reprovada

Se postularmos para os casos em que o núcleo nominal não está presente, como em

- (8) João lamenta que Maria tenha sido reprovada

também uma estrutura de DP-complexo para o seu complemento, em que CP é dominado diretamente por DP, como indicado em (9), estaremos simplificando e unificando a estrutura de subcategorização do predicado factivo, que selecionará como complemento oracional ou não-oracional sempre um DP.

- (9)

²⁷ ver seção 3.2.1 para a noção de D-linked.

(10) João lamenta [_{DP} D [_{CP} que Maria tenha sido reprovada]]

A estrutura indicada em (9) é independentemente necessária para os casos em que uma oração infinitiva é precedido de um artigo, como em

(11) O ter ele levado meu cachorrinho de estimação não me incomoda

Essa construção, embora um tanto marginal, é encontrada em textos literários e arcaicos do português, como é o caso de (12).

(12) O serdes vós tam miúdo nas cortesias me deu muita pena (Rodrigues Lobo, apud ALI, 1971, p. 342)

Raposo (1987a, p. 97) também reconhece a existência de tais construções ao afirmar que “[...] These predicates may take a sentential complement directly marked by the definite article “o”, as in (33a) [...]”. O exemplo (33a) a que Raposo se refere é o seguinte:

(13) Nós lamentamos [_{NP} o [_{IP} eles terem recebido pouco dinheiro]]

Em PB, (13) parece ser mais aceitável com a subida do auxiliar para C, como indicado em (14):

(14) Nós lamentamos o terem eles recebido pouco dinheiro

Perini (1974, p.131) também faz referência ao fato de que muitas orações no infinitivo, que ele chama de nominais, poderem ser precedidas de um artigo. Seu exemplo (93) é aqui citado como (15):

(15) Pedro vai explicar o não ter votado em Nixon

Portanto, a hipótese de que orações infinitivas iniciadas pelo artigo *o*, como (11), (12), (13) e (15) tenham a estrutura mostrada em (9) é bastante plausível. No caso de (10), D seria um determinante sem matriz fonológica.

Quanto aos factivos epistêmicos (*saber*, *descobrir*, etc), alguns deles admitem, como já vimos, também como complemento oracional um DP-complexo, tendo como núcleo o nome *fato*, como é o caso de *revelar*, *esquecer* e *ignorar*

(16) João revelou/ignorou/esqueceu o fato de que Maria é espiã da Cia.

Com relação aos demais, embora não aceitem o nome *fato*, outros nomes podem ocupar a posição de núcleo do complemento, como mostram (17) e (18):

(17) Galileu descobriu o princípio/a verdade de que a Terra gira em torno do Sol

(18) O ladrão percebeu a possibilidade de que o cofre poderia ser roubado facilmente

Um predicado não-factivo jamais subcategoriza como argumento interno um DP complexo com um complemento oracional:

(19) *João disse a possibilidade/ esperança/ o fato de que Maria poderia viajar no fim de semana.

Um segundo argumento em favor da natureza nominal do complemento oracional de um predicado factivo é o seguinte: com factivos, o complemento oracional pode ser parafraseado sempre por um complemento não-oracional, evidenciando-se, assim, a natureza nominal do complemento oracional. Com não-factivos, raramente isso é possível.

(20) a. João lamenta que Maria seja estúpida

b. João lamenta a estupidez de Maria

(21) a. João estranha que Rosa pinte quadros tão deprimentes

b. João estranha a pintura (feita por Rosa) de quadros tão deprimentes.

(22) a. João disse que Maria é estúpida

b*João disse a estupidez de Maria

(23) a. Antônio acha que Joana é virgem

b*Antônio acha a virgindade de Joana

Embora o argumento não seja conclusivo, porquanto, em alguns casos, o complemento de um predicado não-factivo pode ser parafraseado por um DP simples (O presidente quer que a represa seja construída/O Presidente quer a construção da represa), o fato de sempre podermos parafrasear o complemento de um factivo por um DP simples é um indício de que tal complemento tem uma natureza nominal.

Admitindo-se que o complemento oracional de um verbo factivo é um DP, as sentenças (3) e (4) têm as estruturas indicadas em (24) e (25), respectivamente :

(24) [_{CP} Que livros_i João lamenta [_{DP} [_{CP} t_i que não tenha podido ler t_i]]

(25) * [_{CP} Como João lamenta [_{DP} [_{CP} t_i que não tenha podido ler esses livros t_i ?]]

Assumindo que tanto em (24) como em (25), o adjunto se moveu para Spec de CP intermediário e, considerando que CP é uma Barreira (projeção máxima não L-marcada) conforme Chomsky (1986b), o vestígio intermediário não é apropriadamente regido em nenhuma das sentenças e ambas deveriam ser excluídas por violação do Princípio das Categorias Vazias (ECP “Empty Category Principle”). Para dar conta da assimetria, podemos lançar mão de algumas idéias apresentadas por Lasnik & Saito (1992) e que resumimos abaixo:

1. *γ-marcação*. Segundo essa proposta, o vestígio (t) deixado pelo movimento de um constituinte deve receber o traço [+γ] quando apropriadamente (properly) regido²⁸ e o traço [-γ] quando não apropriadamente (properly) regido. Isto é explicitado pela regra

(26) a. $t \rightarrow [+ \gamma]$ quando θ -regido ou A-regido (t recebe o traço [+ γ] quando...)

b. *...t...

[-γ]

(26b) é o que Lasnik e Saito (1992) chamam de Filtro-γ, que exprime o fato de que uma estrutura contendo um vestígio com o traço [-γ] é excluída por violação do ECP. O filtro-γ se aplica em LF, isto é, somente em LF ocorrerá a checagem do traço [γ]. A marcação do traço [γ] permanecerá constante ao longo de toda a derivação.

2. Adotaremos, ainda, dos dois autores citados, a proposta de que o vestígio de um argumento recebe marcação-γ em SS (estrutura superficial) e o de um Adjunto apenas em LF.

3. Finalmente, os autores em questão assumem a proposta de Stowell (1981) de que os vestígios intermediários de argumentos podem ser apagados em LF, sob a alegação de que nenhum princípio exige a presença deles nesse nível. Já o vestígio de um Adjunto deve estar presente em LF para que a marcação-γ possa ocorrer. Aplicando esses dispositivos a (24) e (25), explicamos por que (24) é aceitável e (25), não.

Em (24), como se trata do movimento de um argumento, marcação-γ ocorre em SS. Considerando que o vestígio t_i é θ -regido, ele é marcado com o traço [+γ]. O vestígio intermediário, t_i' , não recebe marcação-γ, em SS, por se encontrar numa posição não-argumental, sendo apagado em LF. Deste modo, em LF, onde ocorre

²⁸ O Princípio das Categorias Vazias estabelece que um vestígio deve ser apropriadamente regido.

Um vestígio t é apropriadamente regido sse:

(i) t é θ -regido, isto é, regido por um núcleo lexical que o seleciona e lhe atribui papel- θ , ou
(ii) t é regido por antecedente.

Regência por Antecedente: ou A-Regência

A A-rege B sse:

(i) A e B são categorias co-indexadas

(ii) A c - comanda B

(iii) Não existe nenhuma categoria T, T uma Barreira, tal que T exclui A e domina B

(Cf RAPOSO, 1992, p. 422)

a checagem do traço [y], teremos, para (24), a estrutura indicada em (27):

(27) LF: [_{CP} Que livros_i João lamenta[_{DP} [_{CP} que não tenha podido ler t_i]]
[+y]

Como o único vestígio em (27) é marcado com o traço [+y], o Filtro-y é satisfeito, o que explica a aceitabilidade de sentença correspondente.

Quanto a (25), por se tratar do movimento de um Adjunto, a marcação- y ocorre apenas em LF. Em consequência, o vestígio mais baixo (t_i), em (28) é A-regido pelo vestígio intermediário, recebendo o traço [+y]. O vestígio intermediário, contudo, não é A-regido pelo seu antecedente (como), que se acha na posição de Spec de CP da matriz, porque, entre eles se encontra a Barreira²⁹ representada pelo CP intermediário, que impede a A-regência de t_i³⁰. Como consequência, o vestígio intermediário é marcado [-y] e a sentença é excluída por não satisfazer o Filtro- y, como mostrado em (28).

(28) LF:*[_{CP} Como_i João lamenta [_{DP} [_{CP} t_i' que não tenha podido ler esses livros t_i]]
[-y] [+ y]

Em suma, a proposta de que o complemento de um predicado factivo seja um DP tem como resultado a criação de uma Barreira entre o vestígio intermediário e seu antecedente, impedindo que este seja apropriadamente A-regido, quando se tratar de vestígio de um Adjunto. No caso de um argumento o problema não se coloca dado que a marcação-y ocorre em SS, o vestígio intermediário não recebe marcação-y, por se encontrar em posição não-argumental, e é apagado em LF (a rigor, no mapeamento de SS para LF), antes da aplicação do Filtro-y, de acordo com os pressupostos adotados.

Embora a proposta que estamos examinando forneça uma explicação, em linhas gerais, para a assimetria observada entre argumentos e adjuntos, em relação à extração de constituintes Qu (ou WH) do complemento de um factivo, ela não resolve o problema do que se convencionou chamar de DPs WH não-D-linked (PESESTKY, 1987) ou não-referenciais (RIZZI, 1990). Exemplos de tais argumentos são expressões de medida ou peso, como *dois quilos*, *cinco quilômetros*, o complemento de expressões idiomáticas, como *justiça* em *fazer justiça*, *atenção* em *dar atenção*, e expressões do tipo de *que diabo(s)*, etc. Um DP D-linked

²⁹ Adoto a definição de Barreira estabelecida em Lasnik e Saito (1992): “ α is a barrier for β if:

- a. α is a maximal projection;
- b. α is not L-marked, and
- c. α dominates β “

é um DP que se refere a membros de um conjunto específico pré-estabelecido no contexto ou no discurso. Assim, o sintagma *que documentos*, na sentença interrogativa *Que documentos você ainda não leu?* tem como referente membros de um conjunto de documentos pré-estabelecido no contexto/discurso e que é conhecido dos interlocutores. Já o DP *que diabos*, na sentença *Que diabos você está fazendo?* é não-D-linked porque o seu referente não é dado pelo discurso, ou porque o DP não se refere a nenhum membro de um conjunto pré-estabelecido e, portanto, não é conhecido dos interlocutores. Rizzi (1990) distingue os dois tipos de DPs, chamando os primeiros de referenciais e os segundos, de não-referenciais. Observou-se (CINQUE, 1991; RIZZI, 1990) que DPs não-D-linked, ainda que argumentos, não podem ser movidos para fora da ilha WH, ou seja, não podem conectar-se ao seu vestígio via binding não-local (movimento longo), restando-lhes apenas a via local (movimento cíclico sucessivo), ao contrário de DPs D-linked, como os exemplos abaixo ilustram:

- (29) Que problemas você não sabe como resolver t?
- (30) *Quantos quilos você não sabe se ele pesa t?
- (31) *Que diabos você pergunta como ele resolveu t?
- (32) *Justiça me pergunto se eles farão t.
- (33) * Atenção que decidi prestar t a esta aula é muita
- (34) [Quantos quilos]_i você disse [t_i' que ele pesa t_i]?
- (35) [Quantos quilômetros]_i você acha t_i' que existem t_i entre São Paulo e Rio de Janeiro?

Como se pode concluir dos exemplos acima, constituintes WH não-D-Linked só podem ser extraídos localmente, ou seja, via movimento cíclico sucessivo. Basta comparar (30) com (34). Em (30) temos um movimento longo, uma vez que o constituinte *Qu* sai da sua posição original para Spec de CP da matriz, enquanto que em (34), o movimento entre os elos da cadeia formada por *Quantos quilos*, *t_i'* e *t_i* é local.

Como acontece com a ilha WH, esses DPs também não podem ser movidos para fora da ilha factiva:

- (36) *Quantos quilos você lamenta que Maria pese t?
- (37) *Que diabos você lamenta que João não saiba resolver t?

A hipótese de que estamos tratando não explica porque (36) é agramatical. De acordo com essa hipótese, a representação de (36) é dada em (38):

³⁰ Assumo também que basta uma Barreira para impedir a A-regência de um elemento pelo seu antecedente (Cf CHOMSKY, 1986b).

(38) [_{CP} Quantos quilos [_{você} lamenta[_{DP} [_{CP} *t_i* que [_{IP} Maria pese *t_i*?]]]]]

O vestígio *t_i* é θ -regido e é marcado em SS com o traço [+ y]. Em LF o vestígio intermediário é apagado, por ser vestígio de argumento, de modo que o único vestígio restante é marcado positivamente para o traço [y], satisfazendo o ECP. Com relação à Condição de Subjacência, a única barreira presente é o CP encaixado, o que também satisfaz essa condição³¹. No entanto, a sentença é inaceitável.

Antes de tentarmos uma solução para o problema, examinemos outras propostas formuladas no sentido de explicar a assimetria apontada entre argumentos e adjuntos, com relação à extração da ilha factiva.

3.2.2 A tese do caráter específico do evento expresso pela oração complemento de factivos

Alguns autores defendem a tese de que o evento expresso pela oração complemento de um factivo é específico e particular. Essa especificidade é que garantiria a leitura de pressuposto do complemento. Além do mais, alguns trabalhos, como é o caso de Augusto (2003), associam o complemento oracional de um factivo à posição de Tópico, propondo a existência de um TopP sentencial para abrigar esse tipo de complemento. A motivação para isso seria o caráter específico/pressuposicional de tais complementos, estendendo para sentenças desse tipo, o que foi proposto para DPs D-linked passíveis de extração, por Rizzi (2000), que associa esses elementos à posição de tópico, por serem eles de natureza referencial/específica e, portanto, pressupostos, aceitando-se a definição de Diesing (1992) de que a especificidade implica a identificação de indivíduos cuja existência é pressuposta. Estendendo essa definição para complementos sentenciais, Augusto (2003, p. 70) conclui que “*complemento sentencial específico é aquele que identifica eventos cuja ocorrência é pressuposta*”. Assim, seria a natureza específica/pressuposicional do evento expresso pelo complemento de factivos que justificaria a postulação de uma projeção TopP sentencial em que Top⁰ conteria o traço [+ específico]. O complementizador *que* é gerado em C⁰ ou em Force⁰, sobe para TopP para checar o traço [+específico] e assegurar, assim, a leitura pressuposicional do complemento.

A estrutura relevante é dada por Augusto (2003, p. 80), em sua numeração (42), que renumeramos como (39), abaixo:

³¹ Segundo Chomsky (1986b), uma Barreira, mas não mais que uma, pode ser atravessada no movimento de um constituinte, embora uma Barreira seja suficiente para impedir a A-regência de um vestígio por seu antecedente.

(39)

Em relação à extração, Spec de TopP seria um pouso intermediário para o movimento de sintagmas-Qu, mas somente elementos compatíveis com as características de tópico podem usar esse pouso intermediário, ou seja, elementos D-linked (PESETSKY, 1987) ou referenciais (RIZZI, 1990). Adjuntos e elementos não D-linked, por não serem específicos/referenciais, não poderiam pousar em Spec de TopP por entrarem em conflito com o traço [+ específico] do núcleo Top^o, e, em consequência, o movimento seria interrompido.

Com relação à proposta de Augusto (2003), temos algumas objeções a fazer:

a) Existem vários contextos em que o complemento de um predicado factivo não é pressuposto. É o caso, por exemplo, em que o verbo factivo se acha no futuro do pretérito:

(40) O esposo de Maria estranharia ela ir sozinha a uma boate.

O complemento em (40) não exprime um evento específico, mas apenas uma possibilidade. Neste sentido, ele não pode ser interpretado como um pressuposto,

tanto isso é verdade que (40) pode ser continuada por uma expressão que negue a verdade do complemento, como em (41).

(41) O esposo de Maria estranharia ela ir sozinha a uma boate, por isso, ela nem pensa em fazer isso.

Como sabemos, o pressuposto de uma sentença não pode ser negado, sem criar uma contradição:

(42) *João lamenta Maria ter quebrado a perna, mas isto nunca aconteceu com ela

Portanto, a possibilidade de se negar o complemento em (40) é uma evidência de que a proposição por ele expressa não é um pressuposto. No entanto, a extração de elementos do seu interior sofre as mesmas restrições do complemento pressuposto:

(43) *Como_i o esposo de Maria estranharia ela ir uma boate t_i?

(44) Que pessoa_i o esposo de Maria estranharia t_i ir a uma boate?

Ou seja, mesmo que o complemento não seja pressuposto, a extração de argumentos D-linked é permitida, mas não de Adjuntos ou argumentos não-D-linked

Considerando que Augusto (2003, p. 70) define complemento sentencial específico como “[...] aquele que identifica eventos cuja ocorrência é pressuposta.” deve-se admitir que em (40) o complemento não é específico. Como justificar, então, a impossibilidade de extração do Adjunto em (40), dado que não existe em (40) uma posição de Tópico para bloquear o movimento do Adjunto?

Portanto, é razoável admitir que, quando o complemento tem uma leitura de pressuposto, ele seja abrigado por um nóculo TopP, por se tratar de um conhecimento ou informação já partilhada pelo locutor e ouvinte, fazendo parte do seu background. Mas isto não basta para explicar a assimetria existente na extração de DPs-D-linked, de um lado, e DPs não-D-linked e adjuntos, de outro, pois os últimos, tanto numa leitura factiva³² como numa leitura não-factiva do complemento, não podem dele ser extraídos. Em outros termos, a existência de contextos em que o complemento não é específico/pressuposto e o fato de a extração de constituintes sofrer as mesmas restrições que complementos específicos é uma evidência de que tais restrições nada têm a ver com um traço de [+ especificidade] que caracterizaria complementos de

³² Uso leitura factiva como sinônimo de leitura pressuposicional.

factivos.

b. Finalmente, existem evidências mostrando que a classe (ou subclasse) de factivos epistêmicos (*saber*, *descobrir*, etc.) são sistematicamente ambíguos entre uma leitura factiva e uma leitura não-factiva para o seu complemento. É o caso de (45):

(45) Pedro descobriu que Rosa é agente secreta

(45) pode ser usado num contexto em que tanto o locutor quanto o ouvinte sabem que Rosa é agente secreta e, portanto, trata-se de um pressuposto. Ou também num contexto em que o ouvinte desconhece a informação veiculada pelo complemento e o falante utiliza (45) exatamente para comunicar-lhe essa informação nova. Em qualquer hipótese, um adjunto não pode ser extraído do complemento:

(46) *[Desde quando]_i Pedro descobriu que Rosa é agente secreta _{t_i}?

A existência de contextos que favorecem uma leitura não-factiva do complemento de um verbo factivo e a evidência de que, também nesses casos, um Adjunto ou um DP não D-linked não pode ser extraído do complemento contraria a hipótese de que essa impossibilidade de extração se deve a uma incompatibilidade de tais elementos com um traço de [+ especificidade], que seria uma característica de complementos oracionais de verbos factivos. Quando o complemento não é pressuposto, ele não pode ser tratado como tópico, em razão de o evento por ele expresso não constituir uma informação conhecida ou dada pelo contexto/discurso. Neste caso, seria de se esperar que um Adjunto pudesse dele ser extraído, contrariamente aos fatos.

3.2.3 Uma explicação semântica para a assimetria

Szabolcsi e Zwarts (1990) observaram que a assimetria entre adjuntos e argumentos, com relação à extração de constituintes WH do complemento oracional de factivos, ocorre em contextos que tipicamente não preservam a implicação/acarretamento, conhecida na literatura como implicação/acarretamento upward (“para cima”)³³. Por exemplo, a implicação em (47)

(47) João estuda pouco → João estuda (→ = implica/acarreta)

³³ Ver secção 2.2.6 e nota 17, para os conceitos de implicação upward e downward e bibliografia

é preservada se o antecedente de (47) for encaixado como complemento de um verbo do tipo de *achar*, como em (48).

(48) Maria acha que João estuda pouco → Maria acha que João estuda

No entanto, se o antecedente de (47) for complemento de um verbo factivo a implicação não se mantém. É o que podemos observar em (49):

(49) Maria lamenta que João estude pouco ≠ >

(50) Maria lamenta que João estude

(≠>= não implica/acarreta)

Na ótica de Szabolcsi e Zwarts (1990, apud Manzini, 1992, p. 115), o fenômeno de extração de ilhas fracas reflete não uma restrição sintática, mas uma restrição semântica. Ou seja, variáveis não-individuais (i.e. não referenciais, como é o caso de Adjuntos) não podem ser ligadas através de configurações que não preservam implicação no modo indicado. Destarte, essa condição prevê que Adjuntos não podem ser extraídos de complementos factivos, o que é confirmado por (51):

(51) *Como_i Maria lamenta que João coma t_i ?

Essa generalização, todavia, não se sustenta, em razão de exemplos como (52)-(54).

(52) Maria comprou um carro ontem → Maria comprou um carro

Se encaixarmos o antecedente de (52) na posição de complemento de um adjetivo como *certo*, a implicação se mantém:

(53) João está certo de que Maria comprou um carro ontem → João está certo de que Maria comprou um carro

Como houve preservação da implicação, a expectativa é que a extração do adjunto possa ocorrer. No entanto, tal expectativa não se realiza, em vista da inaceitabilidade de (54):

(54) *Quando_i João está certo de que Maria comprou um carro t_i?

(52)-(54) constituem um contra-argumento à tese de que a extração de Adjuntos se deve ao tipo de restrição semântica proposta pelos autores.

3.2.4 Hipótese de um operador nulo no Spec de CP do complemento factivo

Alguns autores, no intuito de explicar a assimetria de que estamos tratando, propõem que o Spec de CP de um complemento factivo contenha um operador nulo. Entre eles, menciono, particularmente, a proposta de Melvold (1991)³⁴. Segundo essa proposta, a grade temática dos verbos do complemento de um factivo conteria uma posição de evento <E> que é ligada pelo operador nulo em Spec de CP, como indicado em

(55) João lamenta [_{CP} OP_i que Maria odeie_{<1,2,Ei>} chocolate]

Esse operador nulo pode ser licenciado tanto em SS como em LF. Se licenciado em LF, não haveria problema para a extração de argumentos, utilizando-se a teoria de Lasnik e Saito (1992), com a proposta de marcação-y. Considerando que o vestígio de um argumento recebe marcação- y em SS, numa estrutura como

(56) Quem_i João lamenta [_{CP} t_i' que t_i odeie chocolate]?

o vestígio t_i resultante do movimento do sujeito da encaixada, recebe o traço [+y.] por ser apropriadamente regido pelo vestígio intermediário. O vestígio intermediário é apagado entre SS e LF (para ser mais preciso, no mapeamento de SS para LF), de modo que a posição de Spec de CP do complemento estará vazia, podendo alojar o operador nulo em LF. Na proposta de Lasnik e Saito (1992), a extração de Adjuntos em SS não deixa vestígios, uma vez que nenhum Princípio os exige

(57) SS: *Como João lamenta que Maria odeie chocolate t?

Em LF, o elemento interrogativo baixa para sua posição de origem e depois é novamente movido deixando desta feita os vestígios t_i e t_i':

³⁴ Segundo Manizini (1992, p. 116), a motivação para esse Operador Nulo seria o fato de que o complemento de um factivo denota um evento definido ou um evento individual, ao contrário do complemento de um não-factivo. Haveria, portanto, motivação semântica para postular um Operador Nulo que tem escopo sobre o evento que os complementos de factivos denotam.

(58) LF: *Como João lamenta [_{CP} t_i que Maria odeie chocolate t_i]?

Se, no momento em que o elemento interrogativo, em LF, refizer o seu movimento para Spec de CP da matriz³⁵, o Spec de CP do complemento estiver ocupado pelo operador nulo, o traço inicial não poderá ser devidamente regido pelo seu antecedente e a sentença será excluída por violação do ECP, como indicado em (59).

(59) *Como_i João lamenta [_{CP} OP que Maria odeie chocolate t_i]?

[-y]

O operador em Spec de CP do complemento é uma barreira (minimalidade relativizada) bloqueando a regência de t pelo seu antecedente *como*, violando, assim, o ECP.

A hipótese de um Operador nulo em Spec de CP intermediário, associado à teoria de Lasnik & Saito (1992) parece dar conta adequadamente da assimetria entre argumentos e Adjuntos.

Todavia, ela não resolve o problema da assimetria entre argumentos D-linked e não D-linked.

Com efeito, consideremos a estrutura seguinte:

(60) *[Quantos quilos]_i Maria lamenta [_{CP} t_i' que João pese t_i]

Em (60), como se trata de vestígios de argumento, o vestígio t_i, por ser θ-regido (theta regido), é marcado com o traço [+y.] e o vestígio intermediário é apagado entre SS e LF, de modo que quando da aplicação do Filtro-y., em LF, o único vestígio presente estará marcado [+y], satisfazendo o ECP. Seria de se esperar que a sentença correspondente a (60) fosse boa, contrariamente aos fatos. Portanto, a hipótese de um Operador nulo resolve apenas parcialmente o problema da assimetria que estamos examinando.

Concluindo, as várias propostas examinadas resolvem o problema da assimetria entre Adjuntos e argumentos D-linked, mas não explicam a assimetria entre argumentos D-linked e não-D-linked.

Em face dos inconvenientes que as várias propostas examinadas apresentam, tentaremos a solução apresentada a seguir e que se baseia na teoria da cópia do movimento (CHOMSKY, 1995). Segundo essa teoria, o movimento de um

³⁵ Segundo Lasnik e Saito (1992, p. 61), o movimento de um Adjunto para Spec de CP da matriz não deixa vestígios em SS. Em LF, o Adjunto movido, volta à sua posição de origem e refaz o movimento, desta feita, deixando vestígio, como indicado em (i): (i) LF: * Como_i João lamenta [_{CP} OP que Maria tenha partido t_i]. Ao refazer o movimento, o Adjunto não pode "pousar" em Spec de CP intermediário porque ali se encontra o Operador Nulo. Em consequência, o vestígio t_i não pode ser apropriadamente regido pelo seu antecedente (como) devido à presença do OP nulo que funciona como um Barreira (minimalidade relativizada). O vestígio t_i recebe a marcação [-y] e sentença é excluída por violação do ECP.

constituente consiste em copiá-lo nas posições por onde ele passaria, se movimento houvesse. Assim, ao invés de uma estrutura como *Que livros João disse t_i' que Maria leu t_i ?* depois do movimento do constituinte Qu da posição de objeto para Spec de CP da matriz, temos algo como *Que livros João disse que livros que Maria leu que livros* em que o elemento “movido” foi apenas copiado nas posições mais altas.

3.2.5 Uma solução baseada no uso da teoria da cópia do movimento e de um operador nulo.

Rizzi (2000, p.2) define o que ele chama de Configuração Mínima (CM) que substitui a sua Condição de Minimalidade Relativizada, nos seguintes termos:

(61) Configuração Mínima (CM)

X está numa relação de CM com Y, se não existe nenhum Z, tal que

- (i) Z é do mesmo tipo de X³⁶
- (ii) Z intervém entre X e Y

Rizzi (1990) assim como Cinque (1990, p. 18) observam que constituintes–WH correspondendo a argumentos referenciais, i.e. D-linked, podem estabelecer uma relação não-local, ou seja, de longa distância com seus vestígios, podendo ser extraídos, sem problemas, de uma ilha fraca. A sentença (62) é um exemplo desse tipo de relação:

(62) [Que problema]_i você não sabe como_j resolver t_i t_j

(62) é uma sentença aceitável apesar da presença do elemento WH *como* em Spec de CP da encaixada, o que aparentemente violaria Minimalidade Relativizada, em relação ao movimento do constituinte WH *que problema*, que nesse caso, foi extraído de uma ilha-Wh.

Além do mais, a teoria lingüística deve permitir relações de ligação (“binding”) de longa distância, por exemplo, entre expressões quantificadas e pronomes, mesmo através de uma ilha forte, como é o caso de DPs complexos: (exemplo (16a) de Rizzi, 2000):

³⁶ Segundo Rizzi (1990, p.7), Z e X são do mesmo tipo se ambos são especificadores em posição-A' ou ambos são núcleos, ou ambos estão em posição-A. Em (62), por exemplo, os constituintes-Qu *como* e *que problema* são do mesmo tipo porque ambos se acham em Spec de CP. O primeiro em Spec de CP encaixado e o segundo em Spec de CP matriz. Assim, o elemento interrogativo *como* (Z) intervém entre *Que problema* (X) e o seu vestígio t_i (Y), o que faz com que relação entre os dois seja não-local.

(63) No candidates knows all the people who voted for him

Rizzi considera natural restringir esse tipo de relação (movimento longo) a DPs, a única categoria que manifesta uma distinção clara entre anáforas, pronomes e expressões-R.

Tendo em conta essas observações, Rizzi (2000, p. 6, tradução nossa) define uma noção de ligação não-local e reformula a de cadeia, nos seguintes termos:

(64) A liga B somente se:

- (i) A e B são DP's não distintos em traços gramaticais
- (ii) A c-comanda B

(65) $(A_1 \dots A_n)$ é uma cadeia, sse, para $1 < i < n$

- (i) $A_i = A_{i+1}$
- (ii) A_i c-comanda A_{i+1}
- (iii) A_{i+1} está numa relação de CM com A_i , ou A_i liga A_{i+1}
(condição de localidade: ocorre quando A_i e A_{i+1} estão numa CM)

Note-se que para Rizzi somente DPs, de acordo com (64)-(65), podem ser movidos para fora de uma ilha WH, ou seja, somente DP's podem ser conectados via binding não-local (movimento longo) com o seu vestígio. Elementos diferentes de DP só podem ser conectados via CM (configuração mínima) ou seja, localmente³⁷. Isto explica porque a sentença correspondente a (66) em que, em lugar do vestígio, temos uma cópia do elemento "movido" (Cf CHOMSKY, 1995) é boa, enquanto a correspondente a (67) é inaceitável:

(66) O que João não sabe como resolver <o que> ?

(67) *Como João não sabe quando resolver este problema <como>?

(Rizzi utiliza os símbolos < > para indicar que o elemento neles contido é uma

³⁷ Os elos de uma cadeia resultante do movimento de um constituinte podem ser conectados localmente, através de movimentos cíclicos sucessivos, ou a longa distância. Um exemplo do primeiro caso é (i)

(i) $[_{CP} \text{ que livros João disse } [_{CP} t'' \text{ que a Maria acha } [_{CP} t' \text{ que Pedro leu } t \text{ em que o constituinte } \textit{Que livros} \text{ se moveu sucessivamente para cada Spec de CP até atingir o Spec de CP mais alto. Embora o movimento tenha sido longo, os elos } (t, t'), (t', t'') \text{ e } (t'', \text{ que livros}) \text{ estão conectados localmente. Um exemplo de movimento longo é dado por (ii):}$

(ii) $[_{O \text{ que}}]_i \text{ o João não sabe como resolver } t_i\text{-?}$
em que o constituinte *O que* realizou um único movimento do seu ponto de partida até o Spec de CP mais alto, em razão de o Spec de CP mais baixo já estar ocupado pelo constituinte *como*. Assim, o elemento *O que* e seu vestígio t_i se conectam não localmente, mas via movimento longo. Para Rizzi (2000) esta conexão não local está restrita a DPs.

cópia, o que adoto também neste trabalho)

Em (66), o constituinte Qu e sua cópia são DPs, podendo ser conectados via movimento longo, ao passo que, em (67), são adverbiais, que só podem ser conectados via movimento cíclico sucessivo, que tem como resultado um relação local ou de Configuração Mínima (CM) . Para que isso pudesse ocorrer, a posição ocupada por *quando* em (67) teria que estar vazia para servir de “pouso” intermediário ao movimento do constituinte-Qu *como*.

Apesar de somente DPs poderem estabelecer uma relação de ligação (binding) de longa distância, Rizzi (2000) observa que no italiano PPs também podem ser extraídos de uma ilha WH sem nenhum problema:

(68) Di quale libro non sai a chi parlare? (exemplo 34 de RIZZI, 2000)

O mesmo ocorre em Português:

(69) De qual livro você não sabe a quem falar?

Por outro lado, DPs não-D-linked não podem ser extraídos:

(70) *Quanta benzina non sai come procurarti (exemplo 26b de RIZZI)

Para explicar a inaceitabilidade de (70) e a aceitabilidade de (68) , Rizzi (2000, p. 11) lança mão da teoria da Reconstrução³⁸. Assume que na sintaxe de LF (ou na sintaxe após Spell-out) elementos podem ser livremente apagados, observada a condição de recuperabilidade³⁹. Além do mais, por razões de clareza, Rizzi (2000, p.11, tradução nossa) desdobra a definição de cadeia em duas partes: uma definição representational de vestígio, e uma definição de cadeia em termos de vestígios, como mostrado em (71) e (72).

(71) R é um vestígio de S sse:

(i) R=S

(ii) S c-comanda R

³⁸ A Reconstrução é o processo pelo qual um elemento movido volta, em LF, à sua posição original. Assim, aplicando Reconstrução a *Que livros você leu?*, obtemos *Você leu que livros?* Caso se use a teoria da cópia do movimento, a reconstrução se resume em apagar a cópia “mais alta”: ~~Que livros~~ você leu que livros?

³⁹ Segundo a Condição ou Princípio de Recuperabilidade (CHOMSKY, 1981), nenhuma informação pode ser perdida em virtude do apagamento de um elemento. Em outros termos, um elemento só pode ser apagado de uma estrutura se o seu significado puder ser recuperado na estrutura resultante do apagamento.

(72) $(A_1 \dots A_n)$ é uma cadeia sse, para $1 < i < n$

- (i) A_{i+1} é um vestígio de A_i
- (ii) A_{i+1} está numa CM com A_i , ou é ligado por A_i

Consideremos, agora, a sentença (68), e sua representação em Spell-Out, dada por (73):

(73) *Di quale libro non sai a chi parlare < di quale libro >?* (exemplo (34) de RIZZI, 2000, p. 11))

A preposição *di* do constituinte movido pode ser apagada, uma vez que ainda restará uma cópia dela, satisfazendo-se, assim, a condição de recuperabilidade. Da operação de apagamento resulta a estrutura (74):

(74) *Quale libro non sai a chi parlare < di quale libro >?*

Mas, em (74), para que a definição de vestígio, dada em (71), seja satisfeita, somente a seqüência *quale libro* deve ser c-comandada por idêntica seqüência em Spec de CP da matriz, de modo que a preposição *di* é retirada da cópia, como indicado em (75):

(75) *Quale libro non sai a chi parlare di < quale libro > ?*

O mecanismo de reconstrução proposto por Rizzi converte o PP movido e sua cópia em um DP, em LF, satisfazendo, assim, a exigência de que somente DPs podem ser conectados via binding não-local (movimento longo).

O mesmo mecanismo é adotado para explicar a inaceitabilidade de constituintes WH não-D-linked extraídos de ilhas WH. Rizzi (2000) parte do pressuposto de que o Princípio de Full Interpretation⁴⁰ (CHOMSKY, 1995, p. 15) é suficientemente forte para requerer que, em interrogativas, somente ao operador WH, morfológicamente marcado como tal, é permitido permanecer na periferia esquerda (isto parece corresponder ao Princípio de Preferência⁴¹ de CHOMSKY, 1995), ao passo que a

⁴⁰ Esse Princípio determina que todo elemento em PF ou LF deve receber uma interpretação adequada.

⁴¹ O Princípio de Preferência, formulado em Chomsky (1995), diz o seguinte: Tente minimizar a restrição na posição de operador. Em outros termos, o material não-quantificacional, na posição do operador, deve ser preferencialmente apagado.

restrição lexical⁴² é obrigada a reconstruir. Na verdade não há reconstrução nenhuma, mas apenas apagamento livre na periferia esquerda mais a definição representacional de vestígio, que redefine a porção da estrutura que conta como vestígio/cópia depois que o apagamento se realiza. Apliquemos esse mecanismo a (76).

(76) *Quanta benzina non sai come procurarati < quanta benzina>

Apagando-se o nome *benzina* da periferia esquerda em (76) (o que é possível dada a existência de outra ocorrência do mesmo nome na cópia) e fazendo-se a devida modificação, para que a definição representacional de vestígio seja satisfeita, (76) é convertida em (77):

(77) LF: *Quanta non sai come procurarati <quanta > benzina?

(77) é inaceitável porque *quanta* não pode ser conectado à sua cópia nem localmente (uma vez que o elemento *come* intervém entre os dois) nem via binding não-local (*quanta* não é um DP, em desacordo com (64)).

O sistema proposto por Rizzi (2000), no entanto, parece ser muito restritivo. Se Full Interpretation permite apenas operadores em Spec de CP mais alto, a restrição lexical será forçada sempre a reconstruir (i.e. a ser sempre apagada) de modo que na periferia esquerda só teremos, em LF, elementos não-DPs. A consequência disso é que de uma estrutura como (78), teríamos necessariamente (79), como resultado do apagamento da restrição lexical na periferia esquerda e do ajuste do vestígio:

(78) Quais livros o João não sabe onde comprar < quais livros >?

(79) Quais o João não sabe onde comprar < quais > livros?

Ora, a sentença correspondente a (78) é perfeitamente aceitável. A aplicação sem restrição do mecanismo proposto por Rizzi (2000) teria que excluir (78), uma vez que a cadeia (*quais, quais*) não é constituída de dois DPs. Para contornar essa dificuldade, ele propõe que um DP D-linked, por conter informação dada pelo contexto/discurso ou pressuposta, seja interpretado como um Tópico, assumindo que um Tópico é licenciado na periferia esquerda, nos termos de Rizzi (1997), e como tal não pode ser reconstruído (leia-se apagado), permanecendo na periferia esquerda. Assim, em (77) o DP *quais livros*, por ser D-linked, é licenciado em Spec

⁴² Numa expressão quantificada como em *quais livros*, considerando que o elemento interrogativo é tratado como um quantificador na TRL, a restrição lexical é a parte da expressão sem o quantificador, no caso, *livros*.

de TopP, e como tal o elemento lexical *livros* não pode ser reconstruído, permanecendo na periferia esquerda.

Note-se que a definição (65) permite que os membros de cada elo da cadeia (A_i e A_{i+1}) sejam conectados ou por uma relação de Configuração Mínima (CM) que corresponde à noção de ciclicidade sucessiva ou de movimento local ou por uma relação de ligação (binding) não-local que, para Cinque (1990) (Rizzi também o assume), traduz um movimento longo.

No caso de DPs não-D-linked, embora eles não possam ser extraídos de ilhas, ou seja, via binding, a via local não está bloqueada. Deste modo, DPs, do tipo de *quanto(s)+NP*, *que diabos*, etc. podem estabelecer uma cadeia via movimento cíclico sucessivo, como em

(80) Quantos quilos você disse <quantos quilos> que Maria pesa < quantos quilos >?

Em (80), cada elo da cadeia formada pelo antecedente e sua cópia se acha numa relação de Configuração Mínima e, por isso, a sentença é aceitável. Note-se que a cópia intermediária se acha em Spec de CP da sentença encaixada e, portanto, mantém uma relação de Configuração Mínima (ou uma relação local) com as outras cópias.

Com predicados factivos, como vimos, DPs não D-linked e Adjuntos não podem ser extraídos de complementos factivos, mesmo via movimento cíclico sucessivo e a inaceitabilidade de (81)-(83) fica sem explicação.

(81) * Quantos quilos João lamenta que Maria pese ?

(82) *Que diabos você lamenta que João não saiba resolver ?

(83) *Como você lamenta que Maria tenha quebrado a perna?

Em outras palavras, o mecanismo proposto por Rizzi prevê que (81)-(83), deveriam ser aceitáveis porque os elos da cadeia (quantos quilos, quantos quilos), em (84), (que diabos, que diabos), em (85), ou (como, como) em (86), estão numa relação de Configuração Mínima ou local.

(84) *Quantos quilos João lamenta [_{CP} <quantos quilos> que Maria pese <quantos quilos>?

(85) *Que diabos você lamenta <que diabos> que João não saiba resolver <que diabos>?

(86) *Como você lamenta <como> que Maria tenha quebrado a perna < como>?

Veremos, a seguir, que, com algumas modificações da proposta de Rizzi (2000),

podemos explicar também a impossibilidade de extração de adjuntos e DPs não D-linked do complemento de factivos.

Para isso, propomos, adotando sugestão de Melvold (1991), que o Spec de CP do complemento de factivos contenha um Operador Nulo (OP) ligando a posição de evento <E> selecionado pela grade temática do verbo no complemento do factivo. Esse operador, no entanto, é licenciado antes de Spell-Out, no componente aberto e antes que o constituinte WH seja movido para Spec de CP intermediário. Deste modo, nenhum elemento WH movido poderá utilizar o pouso intermediário representado por Spec de CP, dado que este já estará ocupado pelo Operador Nulo. Em consequência, o movimento do constituinte Wh deverá ser feito numa só etapa, sem pouso intermediário. A sentença (81), por exemplo, terá a seguinte representação, depois que o elemento WH for movido:

(87) *Quantos quilos João lamenta_{[CP OP que Maria pese <quantos quilos>?}

Em (87), o constituinte WH *quantos quilos* na periferia esquerda é um DP não D-linked, e como tal ele não pode ser tratado como um tópico. Em consequência, a restrição lexical (quilos) deve ser apagada do que resulta a estrutura (88), com a redefinição do que conta como cópia no DP mais baixo:

(88) *Quantos João lamenta [_{CP} que Maria pese <quantos> quilos?]

(88) é excluída por violação de (64), uma vez que os membros da cadeia (quantos, quantos] não são DPs.

. O mesmo ocorrerá quando o constituinte WH movido for um Adjunto. Tratando-se de argumentos D-linked, como em

(88) Que livros Maria estranha que Pedro tenha comprado <que livros>

a posição de tópico que o DP *que livros* ocupa na periferia esquerda impede que a restrição lexical *livros* seja reconstruída (i.e. apagada) e, em consequência, a cadeia (que livros, que livros), sendo constituída de dois DPs, satisfaz (64), justificando, assim, a aceitabilidade da sentença *Que livros Maria estranha que Pedro tenha comprado?*

Deste modo, utilizando o mecanismo de Reconstrução proposto por Rizzi (2000), e assumindo que o Spec de CP do complemento do verbo factivo é ocupado por um

Operador nulo que liga o evento <E> fazendo parte da grade temática do verbo encaixado, podemos explicar porque argumentos D-linked podem ser extraídos e Adjuntos e argumentos não D-linked, não.

É de se notar que, com complementos oracionais declarativos de verbos não-factivos, a presença da cópia intermediária é necessária quando da computação do mecanismo proposto por Rizzi porque é a sua presença que permite estabelecer a relação local ou de Configuração Mínima para cada elo da cadeia resultante do movimento do constituinte WH, sem o que não haveria como explicar aceitabilidade de uma sentença como

(89) Que diabos você disse que Maria comprou?

É a relação de Configuração Mínima, isto é, local que os elos da cadeia (que diabos, que diabos) mantêm entre si em (90) que possibilita explicar a aceitabilidade de (89), dentro do quadro teórico que estamos adotando.

(90) Que diabos você disse <que diabos> que Maria comprou <que diabos>?

Verificamos, contudo, que o mecanismo proposto por Rizzi, no quadro do Minimalismo, é muito forte porque não exclui sentenças em que o complemento do verbo factivo tem como núcleo um nome. Uma sentença como (92) deveria ser aceitável pelo sistema proposto:

(91) *Que estudantes João lamenta o fato de que tenham sido reprovados?

Aplicando-se a teoria da cópia do movimento, (92) seria representada após Spell-Out, por:

(92) Que estudantes João lamenta o fato de que tenham sido reprovados <que estudantes>?

Considerando que o DP *que estudantes* é D-linked, ele se comporta como um Tópico, mantendo-se na periferia esquerda, uma vez que, neste caso, Reconstrução não se aplica. Portanto, temos uma cadeia formada por dois DPs conectados via “binding”. No entanto, ao contrário do que se espera, (92) é agramatical. Para evitar esses inconvenientes, propomos que (64) contenha uma condição restritiva,

formulada nos seguintes termos:

(93) A liga B somente se:

- (i) A e B são DP's não distintos em traços gramaticais
- (ii) A c-comand B
- (iii) *Não existe nenhum C, C um DP, tal que C domina ou inclui CP e C não domina nem inclui A*

Em (93), como o DP cujo núcleo é *fato* domina o CP encaixado, mas não domina o DP *que estudantes* na periferia esquerda, a conexão via “binding” não pode realizar-se e a sentença é excluída.

Note-se que essa restrição é necessária para evitar a extração de constituintes para fora de outros DPs complexos, como, por exemplo, (95).

- (94) a. João ouviu a notícia de que o Presidente foi assassinado
- b.*Quem João ouviu a notícia de que foi assassinado?

Concluindo, nós tentamos resolver o problema da assimetria entre a extração de argumentos e de adjuntos de complementos oracionais de predicados factivos, adotando basicamente a teoria desenvolvida por Lasnik e Saito (1992) e Chomsky (1986b), que fazem apelo à noção de Barreira e regência própria. Examinamos algumas hipóteses que resolvem parcialmente o problema, como, por exemplo, o caso em que o CP encaixado é dominado por um DP ou a tese da especificidade do complemento de um factivo, que funciona para o caso de complementos pressupostos, mas falha no caso de complementos não-pressupostos. Lançamos mão, então, da teoria desenvolvida por Rizzi (2000), com base no Minimalismo, e especificamente, na teoria da cópia do movimento e da Reconstrução propostas por Chomsky (1995). Vimos, no entanto, que, no caso de DPs não-D-linked e Adjuntos, o mecanismo em questão deixava aberta a possibilidade de que o constituinte Qu “movido” de um complemento factivo, e suas cópias fossem conectados via Configuração Mínima (CM), o que deixava sem explicação a inaceitabilidade de sentenças envolvendo extração de constituintes WH não-D-linked e Adjuntos. Para resolver esse problema, adotamos, então, a sugestão de Melvold (1991) de que a posição de Spec de CP do complemento oracional fosse ocupada por um Operador Nulo, impedindo que o movimento do constituinte Wh utilizasse essa posição como

“pouso” intermediário. Essa solução permitiu, então, explicar a assimetria existente na extração de constituintes WH do complemento de factivos. Finalmente, propusemos uma restrição à condição de que quaisquer DPs podem ser ligados via binding (movimento longo) para impedir a extração de constituintes de um complemento que faz parte de um DP-complexo.

3.3 Contextos em que o complemento de um verbo factivo perde a factividade

Mostramos que nem sempre o complemento oracional de um verbo factivo é pressussuposto. Um exemplo é (1).

- (1) a. Incomodaria a Antônio que sua esposa fosse à festa
 b. Incomodaria a Antônio sua esposa ir à festa
 c. Incomodaria a Antônio que sua esposa vá à festa

É evidente que (1) não pressupõe que a esposa de Antônio vai, foi ou irá à festa. A perda de factividade se deve ao tempo do verbo principal: futuro do pretérito na matriz. Se o tempo for pretérito perfeito a única interpretação para a oração complemento é a factiva:

- (2) Incomodou a Antônio que sua esposa fosse à festa

No entanto, se o nome *fato* estiver presente, a leitura factiva se impõe, qualquer que seja o tempo da matriz e da encaixada:

- (3) a. Incomodaria a Antônio o fato de que Josefa vá/tenha ido à festa
 b. Incomodaria a Antônio o fato de Josefa ir/ter ido à festa

Outro contexto de perda de factividade do complemento é o do modal *poder* mais presente simples ou não-especificação de tempo na sentença subordinada (sem os aspectos perfectivo ou progressivo)

- (4) a. João pode lamentar que sua filha vá ao casamento sozinha
 b. João pode lamentar sua filha ir ao casamento sozinha

Todavia, parece que a presença dos aspectos perfectivo (ter+do) ou progressivo

(estar+ndo), na sentença encaixada, mantém a pressuposição:

- (5) João pode lamentar que sua filha tenha ido ao casamento sozinha
- (6) João pode lamentar que sua filha esteja indo ao casamento sozinha

Como já assinalamos, a presença do nome *fato* também torna o complemento factivo, qualquer que seja o contexto:

- (7) Pode aborrecer a João o fato de que sua filha vá/tenha ido à festa sozinha

Como vimos, complementos de factivos epistêmicos, mais do que os de factivos emotivos, também podem ser usados em contextos em que a leitura factiva não ocorre, como é o caso de (8):

- (8) João descobriu que Rosa é agente secreta.

Como distinguir sintaticamente a leitura factiva da não-factiva? A enumeração de contextos em que o complemento perde a factividade se torna uma tarefa difícil, porquanto, por mais contextos que se levantem, nada garante que não surja um novo contexto, não considerado anteriormente. Em razão disso, propomos, no espírito da sugestão de Rizzi (2000)⁴³ para DPs D-linked, e também assumida por Augusto (2003), que, na leitura factiva, o CP complemento seja dominado por um TopP sentencial, que se acha ausente na leitura não-factiva. Dentro dessa perspectiva, a leitura factiva do complemento em (8) *João descobriu que Rosa é agente secreta* é representada por (9), e a não-factiva por (10):

- (9)

⁴³ Rizzi (2000) propõe, como já salientamos (seção 3.2.5), que um DP D-linked seja gerado numa posição de Tópico, de modo que a sua restrição lexical não possa ser reconstruída, i.e., apagada.

(10)

3.4 Os conectivos lógicos E, OU e SE...ENTÃO e a pressuposição do complemento

Os casos de pressuposição de orações complemento envolvendo sentenças complexas ligadas pelos chamados conectivos lógicos não podem ser tratados da forma como propusemos em 3.3., isto porque a oração complemento pode ser uma pressuposição da oração contendo o verbo factivo, mas não ser um pressuposto da sentença complexa, como é o caso de:

(11) João comprou um caminhão velho e lamenta tê-lo feito

Em (11), a oração *João comprou um caminhão velho* é um pressuposto da segunda

oração coordenada (*lamenta tê-lo feito*), mas não é um pressuposto da sentença composta pelas duas orações coordenadas, uma vez que é afirmado na primeira.

Kartunen (1973), para refinar a hipótese acumulativa, segundo a qual as pressuposições de uma sentença composta são constituídas pela soma das pressuposições das sentenças simples que a compõem, elaborou mecanismos que ele chamou de *plugs*, *holes* e *filters*, para explicar porque, em certos casos, a hipótese acima não se verifica, ou seja, nem sempre as pressuposições das sentenças constituintes de uma sentença composta são pressuposições desta. Como já tratamos do assunto neste trabalho, não vamos nos alongar mais. No que concerne aos operadores E, OU e SE...ENTÃO, verifica-se que, em determinados contextos, eles deixam “passar” as pressuposições das sentenças simples, que se tornam pressuposições da sentença composta, ao passo que, em outros contextos, eles bloqueiam tais pressuposições. Por esta razão, eles são *filters*. É o caso, por exemplo de:

- (12) Maria sofreu um acidente e Antônio lamentou isto (que Maria tenha sofrido um acidente)
- (13) Se Maria sofreu um acidente, João deve tê-lo lamentado
- (14) Ou Maria não sofreu um acidente ou João lamentou que ela tenha sofrido um acidente

Embora a sentença *Maria sofreu um acidente* seja uma pressuposição da segunda oração coordenada em (12), do conseqüente em (13) e da segunda sentença introduzida por *ou* em (14), ela não é uma pressuposição de nenhuma das sentenças compostas, (12), (13) ou (14). Isto porque ela é asseverada na primeira oração coordenada de (12), é o antecedente condicional de (13) e uma alternativa negativa em (14), podendo ser falsa nos três casos, o que contraria a própria definição de pressuposição, que estabelece como necessariamente verdadeira uma sentença pressuposta.

Por outro lado, se a primeira sentença em (12)-(14) não for idêntica ao complemento do predicado factivo, a pressuposição se mantém na oração complexa:

- (15) Joana falou de política e Antônio lamentou que Maria tenha sofrido um acidente
- (16) Se Joana contou a verdade, Antônio deve ter lamentado que Maria tenha sofrido um acidente

- (17) Ou Joana não contou a verdade ou Antônio deve ter lamentado que Maria tenha sofrido um acidente

A verdade de *Maria sofreu um acidente* é um das condições necessárias à enunciação de (15)-(17).

Assim, dependendo do contexto, os operadores lógicos E, OU e SE...ENTÃO deixam “passar” ou bloqueiam as pressuposições das sentenças constituintes de uma sentença composta, comportando-se como um filtro (“filter”). Utilizaremos tal mecanismo para explicar por que, em certos contextos, o complemento de um predicado factivo deixa de ser pressuposto, quando a sentença contendo o verbo factivo e seu complemento fazem parte de uma sentença complexa.

Em (12)-(17), utilizamos um factivo emotivo. Observa-se o mesmo comportamento se o predicado for um factivo epistêmico:

- (18) Maria sofreu um acidente e Antônio descobriu isto (que Maria sofreu um acidente)
 (19) Se Maria sofreu um acidente, João deve ter descoberto isto (que Maria...)
 (20) Ou Maria não sofreu um acidente ou João descobriu que ela sofreu
 (21) Joana falou de política e Antônio descobriu que Maria sofreu um acidente
 (22) Se Joana contou a verdade, Antônio deve ter descoberto que Maria sofreu um acidente
 (23) Ou Joana não contou a verdade ou Antônio descobriu que Maria sofreu um acidente

(18)-(20) não pressupõem que Maria sofreu um acidente, mas (21)-(23), pelo menos em uma leitura, sim.

Assim, dadas as sentenças P, Q e R, em que R é pressuposta por Q, podemos estabelecer que:

- (24) $P \bullet Q$ pressupõe R, a menos que R seja idêntica a P ($\bullet$ representa o operador E)
 (25) $P \Rightarrow Q$ pressupõe R, a menos que R seja idêntica a P ($\Rightarrow$ representa Se...Então)
 (26) $P \vee Q$ pressupõe R, a menos que R seja igual a $\sim P$ (onde $\vee$ representa o operador lógico OU e $\sim$, a negação)

CAPÍTULO 4 O SUBJUNTIVO EM COMPLEMENTOS ORACIONAIS

Neste capítulo, tentaremos dar uma explicação para o fenômeno do subjuntivo em complementos oracionais, em termos da natureza semântica do predicado da sentença principal e da natureza do ato de fala que um locutor realiza ao utilizar uma oração no subjuntivo.

Para esse propósito, utilizaremos a distinção entre predicados assertivos e predicados não-assertivos, estabelecida por Hooper (1975) a que já fizemos alusão anteriormente (secção 3.2.5). Embora já tenhamos apresentado, sucintamente, a diferença entre essas duas classes de predicados, consideramos útil aprofundá-la um pouco mais. Para isto, utilizaremos o quadro abaixo em que são apresentados exemplos de cada uma dessas classes. Observamos que predicados assertivos e não-assertivos são subclasses de predicados não-factivos.

QUADRO II

FACTIVOS		NÃO FACTIVOS		
1.EMOTIVOS	2.EPISTÊMICOS	3.ASSERTIVOS		4.NÃO-ASSERTIVOS
Lamentar Estranhar Surpreender Llamentável; Triste Estranho surpreendente	Saber Descobrir Perceber Notar Lembrar+que Esquecer+que Ignorar Revelar	FORTES Dizer Declarar Afirmar Garantir Assegurar Assumir Deduzir Concluir Certo Evidente Claro Óbvio	FRACOS Acreditar Supor Achar Imaginar Parecer Crer Pensar Presumir Calcular Suspeitar desconfiar	Possível Provável Urgente Duvidoso Improvável Provável Necessário Desejável Inconcebível Preferir Pedir Aconselhar Determinar Querer Preferir Pedir Intimar Desejar Solicitar Recomendar Permitir Ordenar Mandar Neg + assertivo forte

4.1. Diferenças sintáticas entre assertivos e não-assertivos

Seguem, abaixo, algumas diferenças sintáticas entre os dois grupos:

4.1.1 A anteposição do complemento

O complemento de predicados assertivos pode ser anteposto, mas não o de predicados não-assertivos. A anteposição é uma transformação que permite deslocar o complemento sem o complementizador (que, se, etc) para o início da sentença, evidenciando que ela pode ter uma leitura em que a asserção principal é feita pela oração complemento e não pela sentença matriz ou principal. Assim de (1), pode-se ter (2), mediante aplicação de anteposição do complemento:

- (1) Eu acho que Maria partirá amanhã
- (2) Maria partirá amanhã, acho eu

Sintaticamente, também é possível intercalar a oração matriz na sentença complemento:

- (3) Maria, eu acho (ou acho eu), partirá amanhã

Predicados não-assertivos não permitem a operação em causa:

- (4) Que ela venha hoje é possível
- (5) *Ela vem hoje, é possível
- (6) *Ela, é possível, vem hoje
- (7) Eu duvido que ela venha hoje
- (8) *Ela vem hoje, eu duvido
- (9) *Ela, eu duvido, vem hoje

Embora *duvidar* quando numa sentença afirmativa seja um predicado não-assertivo, quando negado ele se transforma em assertivo, como podemos verificar pelos exemplos abaixo:

- (10) Eu não duvido que ela vem/venha hoje
- (11) Ela vem hoje, eu não duvido
- (12) Ela, eu não duvido, vem hoje

Com efeito (11) e (12) são aceitáveis, ao contrário de (8) e (9). Evidentemente, isto se deve às características semânticas de *duvidar* que deve conter um elemento

negativo em sua representação semântica. Um predicado *assertivo* quando negado perde a sua característica de assertivo para se transformar em não-assertivo, o que impede a aplicação de anteposição do complemento. É o caso, por exemplo, de *garantir* que, quando afirmado, é um predicado assertivo, mas, quando negado, se converte em não-assertivo:

- (13) Eu garanto que ela vem hoje
- (14) Ela vem hoje, garanto eu
- (15) Eu não garanto que ela venha hoje
- (16) * Ela vem hoje, não garanto eu
- (17) *Ela, eu não garanto, vem hoje

Podemos parafrasear (13) por (14), mas (15) não pode ser parafraseada nem por (16), nem por (17), uma vez que são inaceitáveis.

Segundo Hooper (1975, p.95), a diferença entre esses dois tipos de predicados é denominada assertiva/não-assertiva porque, no caso de predicados assertivos, o efeito da anteposição do complemento é tornar a proposição complemento a principal asserção da sentença e, ao mesmo tempo, reduzir a oração principal original a um status secundário ou parentético. No caso de predicados não-assertivos, a operação de anteposição da oração complemento jamais pode se aplicar, o que a caracteriza como uma não-asserção. Nos exemplos (2) e (3), existem duas asserções. A primeira, expressa pelo complemento anteposto, é a mais importante, enquanto que a segunda, representada pela oração parentética ou parentetizada, é reservado um papel claramente secundário. Isto não quer dizer que a asserção principal não possa ser expressa pela oração matriz. Uma pergunta como (i) *Quem disse alguma coisa a respeito de alugar um carro?* só pode ser respondida por (ii) *João disse que quer alugar um carro* e não por (iii) *João quer alugar um carro, disse ele*. Na sentença (ii) a asserção mais importante é feita pela oração principal.

4.1.2 Complemento no infinitivo

Sujeitos oracionais de predicados não-assertivos podem assumir a forma

infinitiva, mas não os de predicados assertivos.⁴⁴

não-assertivos

- (18) a. É possível que ela tenha comprado um carro novo
b. É possível ela ter comprado um carro novo
- (19) a. É desejável que ela esteja em boa forma física
b. É desejável ela estar em boa forma física
- (20) a. É duvidoso que o governo arranje emprego para tanta gente
b. É duvidoso o governo arranjar emprego para tanta gente

assertivos:

- (21) a. É evidente que Pedro é o culpado
b.* É evidente Pedro ser o culpado
- (22) a. É claro que Maria foi assassinada
b.* É claro Maria ter sido assassinada
- (23) a. É certo que o governo tem feito pouca coisa pelos pobres
b.* É certo o governo ter feito pouca coisa pelos pobres

4.2 Assertivos fortes e Assertivos fracos

No quadro II (pg. 81), dividimos os predicados assertivos em assertivos fortes e assertivos fracos. Existem razões tanto semânticas quanto sintáticas para se fazer tal distinção. Do ponto de vista semântico, a principal diferença é que, ao utilizar uma sentença contendo um predicado assertivo fraco do tipo de *acreditar*, por exemplo, o locutor ou o sujeito da sentença matriz está asseverando apenas “fracamente” o evento expresso pelo complemento. Assim, ao utilizar uma sentença como *Acredito que Maria saiu* o uso do verbo *acreditar* revela que o meu grau de certeza quanto à verdade da proposição *Maria saiu* é bastante pequeno ou reduzido. Em outros termos, a proposição *Maria saiu*, em tal contexto, é “fracamente” asseverada, o que equivale a dizer que a minha crença na verdade da proposição complemento é bastante fraca. Diferente é a minha atitude se, ao invés de *acreditar*, eu utilizar um verbo como *assegurar* em *Asseguro que Maria saiu*. Neste caso, o meu grau de certeza na verdade da proposição complemento se revela extremamente elevado, exprimindo

⁴⁴ Com relação às orações iniciadas pelo complementizador *que* em (18)-(23) ver nota 22. Elas foram movidas de sua posição inicial por Extraposição.

assim um compromisso “forte” de minha parte em relação a essa verdade.

Seria insincero da parte do locutor ou do sujeito da sentença utilizar um predicado como *assegurar*, *garantir*, *afirmar*, *ter certeza*, se sua crença na verdade da proposição complemento for fraca ou reduzida, como seria igualmente insincero usar *acreditar*, *imaginar*, *supor*, na situação inversa.

. Conforme salienta Hooper (1975, p. 102), existem alguns contextos que favorecem a leitura parentética de um assertivo fraco. A situação ideal para se obter essa leitura é aquela em que o verbo principal está na 1a. pessoa do presente simples, como é o caso de (24) e (25).

(24) a. Eu acredito que vai chover hoje

b. Vai chover hoje, acredito eu

(25) a. Eu acho que vai chover hoje

b. Vai chover hoje, acho eu

Quando o tempo da matriz é passado ou futuro é mais difícil obter-se uma leitura parentética, ou seja, aquela em que a asserção principal é expressa pelo complemento:

(26) a. Eu achei que ela partiria amanhã

b. ?*Ela, achei eu, partiria amanhã

c. ?* Ela partiria amanhã, achei eu

(27) a. João acreditará que ela partiu

b. *Ela, acreditará João, partiu

c. *Ela partiu, acreditará João

Tendo em vista a inaceitabilidade de (27b) e (27c) pode-se concluir que no contexto de tempo passado ou futuro e 3ª. pessoa, a asserção principal é expressa pela sentença matriz, reservando-se à asserção expressa pelo complemento um papel claramente secundário.

Com assertivos fortes, a leitura parentética é sempre possível:

(28) a. Antônio disse que Pedro é um cafajeste

b. Pedro, disse Antonio, é um cafajeste

c. Pedro é um cafajeste, disse Antonio

(29) a. Ele afirmará que o culpado é você

- b. Você, afirmará ele, é o culpado
- c. Você é o culpado, afirmará ele

4.2.1 Diferenças sintáticas

Do ponto de vista sintático, assertivos fracos e fortes também se distinguem com relação a algumas propriedades, entre as quais destacamos:

4.2.1.1 Questões tag⁴⁵

Assertivos fracos permitem a formação de questões “tag” no complemento assertivos fortes, não. Os exemplos abaixo servem de ilustração:

- (30) Eu acredito que o frio vai continuar, não vai?
- (31) Desconfio que Maria está grávida, não está?

Hooper (1975, p. 104), no entanto, restringe a formação de questões-tag a asserções do falante, isto é, quando o sujeito da sentença é a primeira pessoa do singular e o predicado se acha no tempo presente. Assim, uma sentença como **João acredita que a inflação vai continuar, não vai?* é ruim porque a asserção expressa pelo complemento é uma asserção feita por outro locutor.

Predicados assertivos fortes jamais permitem a formação de questões “tag” no interior do complemento:

- (32) *Eu garanto que o frio vai continuar, não vai?
- (33) *Eu disse que ela vai embora agora mesmo, não vai?

A inaceitabilidade de (32) e (33) é fácil de explicar: como o predicado é um assertivo forte, existe por parte do locutor um “forte” compromisso com a verdade da proposição complemento, de modo que tal verdade é por ele tida como uma certeza. Daí, usar uma questão “tag” com um predicado assertivo forte seria criar uma contradição entre a certeza implicada pelo predicado em questão e a incerteza traduzida pelo uso da questão “tag”. Tal contradição é da mesma natureza que a de questões “tag” no interior de um complemento factivo:

⁴⁵ Uma questão-tag é um constituinte acrescentado no final de uma sentença para solicitar do ouvinte confirmação de uma declaração afirmativa ou negativa, como em (i) e (ii):

- (i) João está bem, não está?
- (ii) Maria não foi ao baile, foi?

A questão-tag traduz uma incerteza do locutor quanto à verdade do que ele diz.

(34) * Ele sabe que Maria está grávida, não está?

Não-assertivos, do mesmo modo que assertivos fortes, não admitem também formação de questões-“tag” no seu complemento:

(35) *É possível que ela esteja viajando, não está?

(36) *É duvidoso que ela venha amanhã, vem?

A impossibilidade de (35) e (36) se deve ao fato de que, como o locutor ou o sujeito da sentença contendo um não-assertivo não faz nenhuma asserção relativamente ao complemento, é descabido um pedido de confirmação em tal circunstância.

Resumindo: uma questão “tag” só pode ser formada no interior de complementos de predicados assertivos fracos porque, em tais casos, o compromisso do locutor para com a verdade da proposição asseverada é bastante tênue, justificando-se o pedido de confirmação através da questão “tag”.

Com predicados assertivos fortes, o locutor não revela nenhuma incerteza quanto à crença na verdade da proposição complemento e, por conseguinte, seria inadequado formular uma questão “tag”, em tal situação.

Já o complemento de um predicado não-assertivo, como não é usado para fazer nenhuma asserção, não pode obviamente ser objeto de questões “tag”.

4.2.1.2 Movimento da negação

Outra diferença entre assertivos fortes e assertivos fracos diz respeito à possibilidade de aplicação da regra que move Negação. Tal regra move o elemento NEG para fora da sentença encaixada, adjungindo-o à de nível superior, sem alterar, de um ponto de vista lógico, o significado do enunciado. Somente predicados assertivos fracos permitem a aplicação da regra em questão. Assim, de (37a) podemos obter (37b) por aplicação de Transporte de Negação:

(37) a. Eu acredito que ela não seja culpada

b. Eu não acredito que ela seja culpada

Pelo menos em uma leitura (37a) e (37b) são sinônimos. Na leitura parentética, ambas são interpretadas como *Maria não é culpada, acredito eu*, ou seja, em ambas a negação

tem por escopo a sentença encaixada. Segundo Hooper (1975, pg. 105), na leitura parentética (37b) não assevera “*Eu não acredito*”, mas sim “*Ela não é culpada*”. .. O mesmo se pode dizer do par (38a)-(38b)

- (38) a. Eu creio que não há vida em outros planetas
- b. Eu não creio que haja vida em outros planetas

Do ponto de vista de conteúdo informacional, na leitura parentética, (38a) e (38b) dizem a mesma coisa. Hooper (1975, p. 101) chega a afirmar que “[...] *weak assertive predicates are “weak” (sic) in that they have a reduced semantic content in their parenthetical sense and do not make an assertion independent of the complement assertion.*” No sentido parentético, portanto, o conteúdo semântico do predicado assertivo fraco é tão reduzido que, praticamente, a única asserção é feita pelo complemento, de modo que a negação na oração principal é interpretada como uma negação daquela.

Entretanto, deve-se salientar que a presença de um modal na oração matriz, impede a aplicação da transformação em causa. É difícil aceitar que a sentença *Maria pode acreditar que não há vida em Marte* seja equivalente a *Maria não pode acreditar que haja vida em Marte*.

Com predicados assertivos fortes, o Movimento de Neg para fora do complemento é bloqueado. Por exemplo, (39b) jamais poderia provir de (39a) mediante aplicação da regra de que estamos tratando:

- (39) a. Eu asseguro que ela não vai partir amanhã
- b. Eu não asseguro que ela vai partir amanhã

Em (39a) existe a asserção de que ela não vai partir amanhã, o que pode ser evidenciado pela possibilidade da leitura parentética dada por (40):

- (40) Ela não vai partir amanhã, asseguro eu

A sentença (39b) jamais pode ser interpretada como (40).

4.2.1.3 A presença de advérbios que exprimem certeza

Assertivos fracos se distinguem de assertivos fortes por não permitirem, ao contrário destes últimos, a presença no seu complemento de advérbios ou expressões adverbiais que exprimem certeza como *indubitavelmente*, *com toda certeza*, *inegavelmente*, *incontestavelmente*, etc

- (41) * João acredita que com toda a certeza ela viajou
- (42) * Ele imagina que negavelmente ela está grávida
- (43) João declarou que com toda certeza ela viajou
- (44) Ele afirmou que incontestavelmente ela está grávida

Sob esse aspecto, assertivos fracos se assemelham a não-assertivos, que também não admitem as expressões adverbiais em causa:

- (45) * É possível que com toda certeza ela tenha viajado

A explicação para isso é que, ao utilizar um assertivo fraco ou um não-assertivo, a certeza do locutor quanto à verdade da proposição complemento é quase nula, ao passo que o uso de expressões adverbiais do tipo considerado implica, ao contrário, que o locutor revela uma crença “forte” na verdade da proposição complemento, produzindo-se, então, uma contradição. O uso de assertivos fortes, ao contrário, implica por parte do locutor um grau elevado de certeza quanto à verdade do complemento, e a presença de expressões adverbiais que exprimem certeza apenas reforçam essa implicação, não causando nenhuma estranheza.

4.2.1.4 A presença de advérbios ditos factivos

Finalmente, uma última diferença entre os dois tipos de predicados, indicada por Hooper (1975) para o inglês e também válida para o português, diz respeito a advérbios do tipo de *felizmente*, *lamentavelmente*, *desgraçadamente*, etc que Hooper (1975) chama de advérbios factivos. Tais advérbios quando ocorrem numa sentença contendo um predicado assertivo fraco modificam, na verdade, a oração complemento:

- (46) Felizmente, eu acho que ela conseguiu escapar
- (47) Lamentavelmente, eu acredito que ela quebrou o braço

(46) e (47) são sinônimos de respectivamente de (48) e (49):

- (48) Eu acho que felizmente ela conseguiu escapar
- (49) Eu acredito que lamentavelmente ela quebrou o braço

Isto pode ser melhor observado na construção parentética em que o advérbio não pode figurar na sentença parentetizada, ou seja, naquela contendo o predicado assertivo:

- (50) a. Ela conseguiu, felizmente, escapar, acho eu
 b. *Ela conseguiu escapar, acho eu felizmente
 c. *Ela conseguiu, acho eu felizmente, escapar
 d. Ela conseguiu, acho eu, felizmente escapar
- (51) a. Ela, lamentavelmente, quebrou o braço, acredito eu
 b. *Ela quebrou o braço, acredito eu lamentavelmente
 c. *Ela, acredito eu lamentavelmente, quebrou o braço
 d. Ela, acredito eu, lamentavelmente quebrou o braço

As sentenças em que o advérbio faz parte da oração complemento são claramente mais aceitáveis do que aquelas em que ele aparece na oração parentética/intercalada.

Com assertivos fortes, o advérbio tanto pode modificar a oração complemento quanto a principal:

- (52) a. Infelizmente, o médico disse que ele não vai resistir aos ferimentos
 b. Ele não vai resistir aos ferimentos, disse infelizmente o médico
 c. Ele, infelizmente, não vai resistir aos ferimentos, disse o médico
 d. Ele, disse infelizmente o médico, não vai resistir aos ferimentos
 e. Ele, disse o médico, infelizmente não vai resistir aos ferimentos

Todas as sentenças em (52) são aceitáveis.

Concluindo, mostramos que existem evidências tanto semânticas quanto sintáticas para se distinguirem duas classes ou subclasses de predicados assertivos: *assertivos fracos* e *assertivos fortes*. Esta diferenciação será importante quando abordarmos o problema do subjuntivo.

4.3 A visão tradicional do subjuntivo

A gramática tradicional vê a distinção entre indicativo e subjuntivo como uma oposição entre um fato certo e um fato incerto, um fato real e um irreal. Assim, Celso Cunha & Lindley (1985, p. 453), ao mostrar a diferença entre os dois modos, dizem

que “quando nos servimos do MODO INDICATIVO, consideramos o fato expresso como *certo, real*, seja no presente, seja no passado, seja no futuro. Ao empregarmos o MODO SUBJUNTIVO, é completamente diversa a nossa atitude. Encaramos, então, a existência ou não existência do fato como uma coisa *incerta, duvidosa, eventual*, ou mesmo, *irreal*” (destaques do autor). O mesmo diapásio se nota em Bueno (1968), ao afirmar que “emprega-se o modo indicativo quando o fato verbal que se quer expressar é positivo, sem a menor dúvida, independente de qualquer outro.” Ali (1971) considera que “com o verbo no indicativo se enuncia a certeza ou realidade do fato; por oposição, entende-se que o conjuntivo será o modo da irrealidade ou da incerteza.” Embora o termo conjuntivo não seja usado por Ali (1971, p.324) exatamente com o mesmo significado de subjuntivo, pois, segundo ele, o conjuntivo significa “modo unido, conjuntivo” e o subjuntivo “modo subordinado”, os casos de emprego do conjuntivo que ele trata na obra citada correspondem todos ao que a maioria dos gramáticos chama de subjuntivo. Para abreviar, a gramática tradicional, em linhas gerais, faz corresponder à oposição INDICATIVO/SUBJUNTIVO uma oposição entre um evento ou fato real ou certo e um evento ou fato irreal ou incerto. Assim, para a gramática tradicional o subjuntivo é modo pelo qual a oração em que ele aparece exprimiria um evento ou um estado de coisas sobre os quais o locutor não teria nenhuma certeza

Este modo de ver, entretanto, não corresponde aos fatos. Vimos que existe toda uma classe de predicados, denominados factivos emotivos, que podem ter o seu complemento no subjuntivo e cuja verdade é pressuposta pelo locutor (e ouvinte). Em outros termos, pressupor a verdade de uma proposição significa mais do que asseverar (que se exprime fundamentalmente no indicativo), pois uma asserção tanto pode ser verdadeira como falsa, ao passo que a pressuposição deve ser necessariamente verdadeira, sem o que, o uso da sentença que a contém não faria sentido. É o caso, por exemplo, de:

(53) É lamentável que a ciência não tenha descoberto ainda a cura do câncer

A sentença acima pressupõe que a ciência ainda não descobriu a cura do câncer e isto é sabido por todos. Assim, se a cura do câncer já tivesse sido descoberta não faria sentido o locutor usar (53) porque uma de suas pressuposições não estaria sendo satisfeita. É exatamente porque tomo como um fato indiscutível o evento expresso pela

sentença complemento em (53) que posso utilizar esta para exprimir minha opinião (desfavorável) sobre tal fato. Entretanto, apesar de a oração complemento exprimir um fato real, verdadeiro, sobre o qual não paira nenhuma dúvida, o seu verbo se encontra no subjuntivo, contrariando, assim, a hipótese da gramática tradicional de que o subjuntivo é o modo da incerteza, da dúvida, da irrealidade.

4.3.1 O Subjuntivo como o modo de expressão da não-asserção

O que existe de comum entre (53) e outras sentenças que têm o seu complemento no subjuntivo? Por exemplo, entre (53) e as sentenças abaixo:

(54) É possível que Maria chegue hoje

(55) Quero que ele saia imediatamente

(56) Receio que ele fique parálítico

Primeiramente, verificamos que os predicados das orações principais em (54)-(56) são todos eles não-assertivos, no sentido de que, conforme vimos, quando estudamos os predicados assertivos, o seu complemento não é asseverado. Com efeito, em nenhum desses casos, eu posso ter uma leitura parentética para o predicado principal, evidência de que a oração complemento não pode ser utilizada para fazer uma asserção. Em outros termos, não se pode atribuir ao evento expresso pelo complemento um valor de verdade, porque tal evento não é uma proposição, uma vez que nada se predica do sujeito. A única exceção é (53) cujo complemento, por se tratar de uma pressuposição, é necessariamente verdadeiro. Um pressuposição, contudo, embora tenha um valor de verdade, não se confunde com asserção, pois esta exprime um evento que tanto pode ser falso como verdadeiro, ao passo que a pressuposição deve ser, como vimos, necessariamente verdadeira, para que a sentença que a contém tenha sentido. Além do mais, é sabido que a pressuposição, ao contrário da asserção, não pode ser escopo nem da negação, nem da interrogação.

O conceito de não-asserção está sendo usado aqui num sentido amplo, ou seja, toda sentença que não seja utilizada para fazer uma asserção será definida como não-asseverada. Deste modo, sentenças interrogativas, factivas, complementos de predicados não-assertivos, serão todas definidas como não-asseverativas. Assim,

pode-se considerar válida a afirmação de que uma sentença pressuposta é uma sentença não-asseverada. Reforça esse entendimento o fato de que, quando tratamos dos predicados factivos emotivos, se a sentença complemento do verbo factivo for asseverada e coordenada à que contém o predicado factivo, ela deixa de ser um pressuposto do todo. Desta forma, o que existe de comum entre as sentenças encaixadas em (53)-(56) é que todas elas são não-asseverativas. Assim, o emprego do subjuntivo está associado não à idéia de incerteza ou irrealidade do evento expresso pela oração complemento, mas basicamente ao conceito de não-asserção. Evidência disso nos é dada pelo fato de que todo complemento de um predicado não-assertivo, seja ele factivo ou não, pode se apresentar no modo subjuntivo. É o caso dos predicados relacionados nas colunas 1 e 4 do quadro II (p. 81).

Mesmo os predicados assertivos fortes, que têm o seu complemento no indicativo, quando negados podem ter o verbo no subjuntivo porque a negação muda a natureza semântica da sentença complemento de asseverada em não-asseverada, pois, como vimos, é impossível a leitura parentética de um predicado assertivo negado. Assim, (57) é aceitável, mas não (58):

(57) Ela vem hoje, eu garanto

(58) *Ela vem hoje, eu não garanto

Quando o predicado assertivo é afirmado positivamente o seu complemento obrigatoriamente se apresenta no indicativo:

(59) Eu garanto que Maria vem/*venha hoje

Se o predicado for negado, a forma subjuntiva é possível:

(60) Eu não garanto que Maria venha hoje

Dissemos que o subjuntivo é o modo em que se exprime a não-asserção. Contudo, devemos ressaltar que os predicados que chamamos de assertivos fracos também permitem alternativamente a construção subjuntiva para o verbo da oração complemento. Assim, ao lado dos enunciados (a) abaixo, podemos ter com o mesmo significado os enunciados (b):

- (61) a. Acredito que o preso fugiu
b. Acredito que o preso tenha fugido
- (62) a. Ele desconfia que João é o ladrão
b. Ele desconfia que João seja o ladrão
- (63) a. Pensei que ela tinha partido
b. Pensei que ela tivesse partido

Uma possível explicação para essa dualidade do modo do complemento pode ser dada a partir da própria natureza semântica de predicados assertivos fracos. Com efeito, tais predicados são utilizados para “enfraquecer” a opinião do locutor sobre a verdade da proposição complemento, de tal modo que o seu compromisso em relação a essa verdade chega a ser quase nulo. Se representarmos os predicados por um eixo, em cuja extremidade inicial estejam os assertivos fortes e na final, os não-assertivos, assertivos fracos se situariam num ponto intermediário entre os dois, de modo que eles podem apresentar, ao mesmo tempo, características sintáticas tanto de uns quanto de outros, ou seja, podem se apresentar tanto no indicativo (característica de assertivos fortes) como no subjuntivo (característica de não-assertivos). A figura (64) traduz o que acabamos de dizer:

Observamos também que assertivos fortes quando negados se convertem em não-assertivos e podem ter o complemento tanto no indicativo quanto no subjuntivo:

- (65) a. João não afirmou que Roberto tenha quebrado o braço
b. João não afirmou que Roberto quebrou o braço
- (66) a. Não é evidente que Maria vá à reunião
b. Não é evidente que Maria vai à reunião

Exemplos como os de (65) e (66) nos levam a distinguir entre predicados não-assertivos intrínsecos e não-assertivos extrínsecos. Os primeiros são não-assertivos em virtude de propriedades semânticas que lhe são inerentes, como é o caso de *possível*, *provável*, *querer*, etc. e os segundos são não-assertivos em decorrência de

elementos externos, como a negação, que modificam a natureza semântica de predicados assertivos em não-assertivos. como é caso de *dizer*, *afirmar*, *assegurar*, etc. Na verdade, é a combinação *Neg + predicado assertivo forte* que torna a oração complemento não-asseverada. Embora esta seja não-asseverada, a possibilidade de ela se apresentar no indicativo se deve à presença do predicado assertivo forte na sentença matriz. Em outros termos, a presença da negação embora mude a natureza semântica da oração complemento de asseverada em não-asseverada, não é suficiente para anular totalmente os efeitos sintáticos do predicado assertivo forte sobre o modo verbal do complemento, fazendo com que este se apresente tanto no indicativo como no subjuntivo.

Com relação aos predicados factivos epistêmicos, tais como *saber*, *descobrir*, etc. vimos que seu complemento se apresenta sempre no indicativo. Isto se explica, como vimos, pela sua natureza ambígua, pois além de factivos, eles são também assertivos. Essa ambigüidade faz com que ora eles apresentem características de factivos, ora de assertivos. Com relação ao modo da oração complemento, prevalece o seu traço assertivo.

Concluindo, podemos chegar à seguinte generalização acerca do emprego do subjuntivo em português: o subjuntivo só pode ser usado em complementos oracionais, seja em posição de sujeito ou de objeto, nos casos de sentenças não-asseveradas ou fracamente asseveradas. A natureza não-asseverativa ou “fracamente” asseverativa de uma sentença é determinada pelas propriedades semânticas do predicado da oração principal ou pela combinação de tal predicado com outros elementos, como, por exemplo, a negação. Observamos, ainda, a existência de casos em que a não-asserção do complemento é determinada por elementos internos do próprio complemento como em sentenças do tipo *Eu disse que talvez ela esteja doente* em que apesar de termos um assertivo forte na matriz, o complemento se encontra no subjuntivo por influência do advérbio talvez.

Em resumo, apresentamos evidências de que o subjuntivo, em complementos e sujeitos oracionais, ao contrário do que ensina a gramática tradicional não está associado necessariamente à idéia de evento incerto ou irreal, mas que ele é o modo verbal, por excelência, das orações não-asseverativas, factivas ou não-factivas.

Embora tenhamos examinado o subjuntivo apenas em orações encaixadas ou subordinadas, para usar a terminologia da gramática tradicional, a conclusão a que chegamos pode ser estendida também para os casos de orações simples no

subjuntivo. Por exemplo, o subjuntivo numa oração do tipo de

(67) Que sejas feliz!

pode ser explicado pelo fato de (67) ser uma oração não-asseverativa, pois exprime apenas uma desejo. Além do mais alguns autores propõem que (67) seja derivada de algo como

(68) Desejo que seja feliz

em que *desejar* é um predicado não-assertivo, subcategorizando como argumento interno um CP marcado com o traço [-assertivo], ao qual se acha associada a possibilidade do modo subjuntivo. Existem ainda outros tipos de orações simples no subjuntivo como:

(69) Talvez esteja chovendo

(70) Oxalá ele tenha sucesso no seu empreendimento!

(71) Tomara ela chegue a tempo!

que também são orações não-asseverativas, daí o modo subjuntivo. O caráter não-asseverativo de tais orações é dado pelo advérbio *talvez* no primeiro caso e pelas interjeições *oxalá* e *tomara*, nos dois outros exemplos. O advérbio exprime a idéia de possibilidade e as interjeições, a de desejo, que, como vimos, estão relacionados com o conceito de não-asserção, bastando, portanto, marcar o CP que as domina com o traço [-assertivo].

CAPÍTULO 5 O INFINITIVO EM ORAÇÕES ENCAIXADAS

Examinaremos neste capítulo as condições de ocorrência da forma infinitiva em orações encaixadas em PB. Mostraremos que a possibilidade de ocorrer essa forma verbal vai depender principalmente da classe a que pertence o predicado da sentença a que a oração encaixada está subordinada, mas também de outros elementos como características semânticas de predicado encaixado, inversão sujeito/verbo, ocorrência de auxiliares aspectuais do tipo de *ter+do* ou *estar+ndo*, e, principalmente, da possibilidade de o sujeito do infinitivo receber marcação casual.

Distinguiremos dois tipos de infinitivos: a) infinitivo cujo sujeito é um PRO controlado, correferencial com o sujeito ou um objeto da oração matriz ou um PRO arbitrário e b) infinitivo com sujeito foneticamente realizado distinto do sujeito da oração matriz, o chamado infinitivo pessoal . (1) - (3) constituem exemplos de cada um desses dois tipos:

- (1) Eu_i quero PRO_i partir amanhã (infinito com PRO controlado)
- (2) Eu aconselhei João_i a PRO_i partir imediatamente (idem)
- (3) Ele lamentou Maria ter saído (infinito pessoal)

Tal distinção se faz necessária porque somente o infinitivo indicado em (b) é que será utilizado como critério de distinção entre as várias classes de predicados que estamos estudando. E isto em razão do fato de que o infinitivo indicado em a) ocorre com qualquer classe de predicado:

- (4) a. Ele_i acredita PRO_i ter feito uma boa prova (assertivo fraco)
b. Ele acredita que ele fez uma boa prova
- (5) a. João disse PRO_i saber muitas coisas a respeito dela (assertivo forte)
b. João disse que sabe muitas coisas a respeito dela
- (6) a. Ele_i sabe PRO_i fazer isso (factivo epistêmico)
b.? Ele_i sabe que ele_i faz isso
- (7) a. Não me_i é possível PRO_i partir amanhã (não-assertivo)
b. Não é possível que eu parta amanhã
- (8) a. Eu_i Lamento PRO_i ter dito isto (factivo emotivo)
b. Lamento que eu tenha dito isso

A TRL associa o aparecimento do infinitivo, nos casos de (4)-(8) ao fato de o constituinte INFL da oração subordinada não conter marca temporal em sua estrutura (RAPOSO, 1992, pp. 82-83 e 259). Nos casos em que o constituinte Tempo está presente, a gramática deve prever a existência de uma forma com tempo finito correspondente a cada uma das formas no infinitivo. Tal previsão se revela correta para os casos de (4a)-(8a) acima, uma vez que todas as sentenças (b) são aceitáveis, embora não necessariamente com o mesmo significado das sentenças (a). Contudo, ela se revela incorreta no caso de (9), em que a forma do complemento no infinitivo é gramatical, mas não a forma finita correspondente:

- (9) a Quero partir amanhã
b. * Quero que eu parta amanhã

Muito embora a oração complemento tenha tempo e sujeito especificados e ao último seja atribuído caso nominativo por Infl/[+Agr], (9b) é agramatical. Isto se deve ao fato de o sujeito encaixado e o sujeito matriz serem correferenciais, como demonstra a gramaticalidade de (10), em que os sujeitos são diferentes.

- (10) Quero que ele parta amanhã

Por outro lado, se os sujeitos forem não-correferenciais, a forma infinitiva é inaceitável:

- (11) *Quero ele partir amanhã

Aparentemente, a agramaticalidade de (11) pode ser atribuída ao fato de o DP sujeito encaixado não poder receber caso nominativo de Infl/[-Agr], que não é um atribuidor de caso. Todavia, mesmo se tivermos Infl/[+agr], a forma infinitiva continua inaceitável, como o atesta (12):

- (12) *Quero eles partirem amanhã

Por outro lado, se o predicado for *lamentar*, as formas infinitiva e com tempo finito são sempre possíveis, em qualquer circunstância, como indicam as sentenças abaixo:

- (13) a. Lamento que eu tenha de partir amanhã (sujeitos correferentes e tempo especificado)
 b.. Lamento PRO ter de partir amanhã (sujeitos coreferentes e tempo não-especificado)
 c. Lamento que eles partam amanhã (sujeitos diferentes e tempo especificado)
 d. Lamento eles partirem amanhã (sujeitos diferentes e tempo não-especificado)

Assim, no caso de um predicado como *querer*, os mecanismos de que dispõe a TRL (atribuição de caso e especificação/não especificação de tempo) são insuficientes para dar conta da ocorrência da forma do seu complemento oracional, tanto no infinitivo pessoal quanto na forma finita, como (9b) e (12) o atestam. A gramática, de um modo ou de outro, teria de indicar na matriz lexical de *querer*, por exemplo, que o constituinte Infl de seu complemento deve conter Tempo especificado, quando o sujeito matriz e encaixado não são correferenciais, para impedir a derivação de (11) ou que Tempo não pode estar especificado, quando os dois sujeitos são coreferenciais, para excluir (9b), e assim por diante.

Todavia, o comportamento idiossincrático indicado acima para *querer*, com relação à ocorrência do infinitivo pessoal no seu complemento, não é particular deste verbo, mas da subclasse a que ele pertence, entre os predicados não-factivos: os não-assertivos. O mesmo se pode dizer de outros predicados. Em outras palavras, verificamos que existe um comportamento padrão dos membros de cada uma das classes de predicados que estamos estudando, com relação à ocorrência do infinito pessoal, como a seguir se mostrará.

5.1 Comportamento das diversas classes de predicados, com relação ao infinito pessoal

Mostraremos, a seguir, como se comportam as várias classes de predicados no que tange à possibilidade de ocorrência do infinitivo pessoal na oração complemento e na oração sujeito, mas antes apresentamos alguns traços do infinitivo pessoal.

5.1.1 Características do infinitivo pessoal

Damos abaixo as características mais marcantes do infinitivo pessoal:

a) É uma forma de infinitivo que ocorre numa sentença sem tempo mas cujo verbo contém as flexões de número e pessoa, podendo ou não ter um sujeito lexical, com o qual o verbo concorda. A flexão de uma sentença no infinitivo pessoal contém os traços [- Tempo, + Agr].

b) Pode ocorrer nos mais variados contextos:

– em sentenças complemento de um verbo:

(14) João lamenta [os meninos terem quebrado a vidraça]

- em sentenças complemento de um nome:

(15) Maria não considerou [o fato de eles serem cegos]

- em sujeitos oracionais:

(16) a. [Eles atravessarem o rio a nado] foi uma façanha quase impossível

b. Foi uma façanha quase impossível [eles atravessarem o rio a nado]
(com extraposição)

- em sentenças Adjunto, introduzidas por uma preposição

(17) Os meninos saíram [sem os pais saberem]

(18) As pessoas correram [para não serem atropeladas]

- em complementos oracionais de adjetivos:

(19) As pessoas são capazes de [cometer/cometerem os piores desatinos]

5.1.2 O infinitivo pessoal em complementos de verbos

A possibilidade de termos o infinitivo pessoal como complemento vai depender da natureza do verbo regente ou do verbo da oração principal.

Assim, levaremos em conta o seu comportamento em relação às seguintes classes de predicados, que estudamos no decorrer deste trabalho:

Quadro III

Factivos emotivos	Factivos epistêmicos	Assertivos fortes e fracos	predicados não assertivos
Lamentar Estranhar Incomodar	Saber Descobrir Revelar Lembrar Esquecer notar	Dizer Afirmar Assegurar Garantir Acreditar Supor Achar pensar	Querer Desejar Preferir Pedir

5.1.2.1 Comportamento de cada classe de predicados em relação à ocorrência do infinitivo pessoal na oração complemento

Mostraremos, a seguir, que a ocorrência do infinitivo pessoal no complemento vai depender basicamente da classe a que pertence o predicado da oração matriz.

a) *factivos emotivos*:

Dos exemplos abaixo podemos deduzir que não existe nenhuma restrição ao uso do infinitivo pessoal em posição de complemento de um factivo emotivo:

(20) Lamento eles gostarem de brincadeiras idiotas

(21) Lamento gostarem eles de brincadeiras idiotas

(22) Lamento eles terem estudado tão pouco

(23) Lamento terem eles estudado tão pouco

b) *factivos epistêmicos*

Com factivos epistêmicos, o infinitivo pessoal só pode ocorrer em contextos bem específicos, como se pode ver pelas sentenças abaixo:

- (24) *Eu descobri eles serem espiões da CIA
- (25) Eu descobri serem eles espiões da CIA
- (26) *Eu descobri/sei/revelei eles comprarem um carro novo
- (27) *Eu descobri/sei/revelei comprarem eles um carro novo
- (28) *João sabe os ladrões serem capazes de tudo
- (29) João sabe serem os ladrões capazes de tudo
- (30) *João descobriu eles gostarem de filmes policiais
- (31) João descobriu gostarem eles de filmes policiais
- (32) *A polícia descobriu os ladrões terem arrombado a porta com um pé-de-cabra
- (33) A polícia descobriu terem os ladrões arrombado a porta com um pé-de-cabra

As condições para ocorrência do infinitivo pessoal, em posição de complemento, com predicados factivos epistêmicos, são as seguintes:

- (i) o verbo da sentença infinitiva deve exprimir estado/inatividade;
- (ii) a presença de um auxiliar aspectual: ter+do (perfectivo) ou estar+ndo (progressivo), ou de um modal torna-se necessário quando o verbo encaixado não exprime estado/inatividade
- (iii) inversão sujeito/verbo na oração infinitiva

Os predicados factivos epistêmicos, como os exemplos (24), (26) (28), (30), (32) ilustram, não admitem o infinitivo pessoal na oração complemento. Todavia, a sentença pode ser salva se ocorrer conjuntamente a condição (iii) acima, acompanhada de (i) ou de (ii) . O exemplo (27)) mostra que a inversão sujeito/verbo por si só não basta para salvar a sentença, se pelo menos uma das outras condições não ocorrer.

c) predicados assertivos (fortes e fracos)

Os predicados assertivos se comportam do mesmo modo que predicados factivos epistêmicos. É necessário, para a aceitação do infinitivo, ocorrer inversão sujeito/verbo e o verbo encaixado exprimir inatividade/estado ou ser acompanhado de um auxiliar aspectual ou modal. Isto é o que se pode concluir dos exemplos (34)-(41), abaixo.

- (34) *Pedro acredita eles serem estudantes da USP
- (35) Pedro acredita serem eles estudantes da USP
- (36) *Eu afirmo eles gostarem de filmes policiais
- (37) Eu afirmo gostarem eles de filmes policiais
- (38) *Eu garanto eles comprarem um carro novo
- (39) *Eu garanto comprarem eles um carro novo
- (40) *João afirma eles terem comprado um carro novo
- (41) João afirma terem eles comprado um carro novo

d) *predicados não-assertivos:*

A agramaticalidade das sentenças abaixo constitui evidência clara de que predicados não-assertivos restringem fortemente o uso do infinitivo pessoal em seus complementos. Nem mesmo a inversão sujeito/verbo ou a presença de um auxiliar aspectual/modal podem ser utilizados como “tábua de salvação”.

- (42) * Eu quero os meninos saírem
- (43) * Eu quero saírem os meninos
- (44) *Ela deseja seus irmãos terem sucesso
- (45) *Ela deseja terem seus irmãos sucesso
- (46) *Ela prefere eles partirem o mais cedo possível
- (47) *Ela prefere partirem eles o mais cedo possível
- (48) * Ele quer eles terem partido amanhã cedo
- (49) * Ele quer terem eles partido amanhã cedo
- (50) *Ele deseja ficarmos sozinhos
- (51) *Toda mãe deseja os filhos gostarem um do outro
- (52) *Toda mãe deseja gostarem os filhos um do outro

5.1.2.2 O infinitivo pessoal em sujeitos oracionais:

Embora o objetivo deste trabalho seja examinar aspectos da complementação em PB, achamos oportuno estender a análise do infinitivo pessoal a orações que não são complemento de um predicado.

5.1.2.2.1 Sujeitos oracionais de predicados adjetivais

A oração infinitiva pessoal pode ocorrer também como sujeito (ou argumento externo) de predicados adjetivais, tais como *possível*, *difícil*, *lamentável*, *necessário*, *etc*:

- (53) Eles comparecerem à reunião é possível
- (54) É possível eles comparecerem à reunião
- (55) É possível comparecerem eles à reunião
- (56) É difícil os deputados aprovarem este projeto
- (57) É difícil aprovarem os deputados este projeto
- (58) É difícil aprovarem este projeto
- (59) É necessário eles partirem imediatamente
- (60) É necessário partirem eles imediatamente
- (61) É lamentável eles jogarem lixo na rua
- (62) *Eles aprovarem este projeto é evidente
- (63) *Aprovarem eles este projeto é evidente
- (64) *É evidente eles aprovarem este projeto
- (65) *É claro eles terem aprovado este projeto
- (66) *É claro terem eles aprovado este projeto

Por comodidade estou chamando as sentenças infinitivas em (53)-(66) de sujeitos oracionais, independentemente da posição em que elas são geradas⁴⁶.

Observando os exemplos (53)-(66), pode-se perceber que o infinitivo pessoal é sempre possível com sujeitos oracionais, à exceção de (62)-(66). Os predicados adjetivais, em (62)-(66), são claramente assertivos, no sentido de que a oração sujeito introduzida pelo complementizador QUE pode ser asseverada. Assim, de *É claro que ele saiu*, podemos ter *Ele saiu, é claro*, em que a leitura asseverativa do complemento fica evidenciada. Já com os outros predicados adjetivais que aceitam sujeito oracional no infinitivo essa operação não é possível. Assim, de *É necessário que eles partam imediatamente* não posso ter **Eles partem/partirão imediatamente, é necessário*. Do

⁴⁶ Alguns autores defendem a tese de que não existem orações na posição de Spec de IP, que é a posição canônica de sujeito. Em Koster(1978), sujeitos oracionais são analisados como tópicos ligados a um DP foneticamente nulo em Spec de IP. Segundo Stowell (1978) e Burzio (1986) uma sentença copular como (i) *Eles jogarem lixo na rua é lamentável* se origina de uma Small Clause em que a cópula aparece em IP, como indicado em (ii) [_{IP} é [_{SC} [eles jogarem lixo na rua] lamentável]]. O argumento oracional sobe para Spec de IP a fim de satisfazer o EPP. É irrelevante a posição em que a oração infinitiva em (53)-(66) é gerada. Em qualquer hipótese ela é sempre argumento externo do predicado adjetival e, como tal, pode em alguns casos ocorrer no infinitivo pessoal e em outros, não.

mesmo modo, *É lamentável que eles joguem lixo na rua* não pode ser parafraseada por **Eles jogam lixo na rua, é lamentável*.⁴⁷

Como já assinalamos, neste trabalho, predicados cujo complemento ou cuja oração sujeito não podem ter uma leitura parentética, ou seja, uma leitura em que a oração encaixada é a asserção principal, são predicados não-assertivos, incluindo-se aqui os factivos emotivos. Aqueles em que a leitura asseverativa é possível, são chamados por Hooper (1975) de predicados assertivos. De acordo com essa tipologia, o infinitivo pessoal só *não* é possível em sujeitos oracionais de predicados adjetivais assertivos e em complementos de predicados não-assertivos.

5.1.3 O infinitivo pessoal em orações adverbiais

O infinitivo pessoal pode ocorrer também na posição de Adjunto, em orações subordinadas tradicionalmente analisadas como adverbiais. Tais orações são, em geral, introduzidas por uma preposição, ou uma locução prepositiva:

- (67) Ao serem interrogados, os suspeitos nada revelaram
- (68) Depois de os convidados terem saído, os anfitriões finalmente puderam descansar
- (69) Antes de os jogadores começarem a partida, foi feito um minuto de silêncio
- (70) Por não saberem as respostas, os candidatos foram reprovados
- (71) Os presos fugiram, sem as sentinelas perceberem.
- (72) Para os filhos poderem estudar, os pais fazem qualquer sacrifício.

Evidentemente, por não manter, na posição de Adjunto, uma relação sintática estreita com o predicado principal, o infinitivo pessoal nas orações adverbiais ocorre mais ou menos livremente com qualquer tipo de predicado na matriz.

5.2 Movimento WH do Sujeito da oração infinitiva

⁴⁷ Uma sentença como (i) *Eles, é lamentável, jogam lixo na rua* é aceitável, mas não como paráfrase de (ii) *É lamentável que eles joguem lixo na rua*. Em (ii), a sentença *Eles jogam lixo na rua* é pressuposta, em (i), é asseverada.

Vimos que uma das formas de tornar gramatical uma sentença contendo um infinitivo pessoal é fazer a inversão sujeito/verbo, como é o caso de (i) *Pedro disse serem eles estudantes da USP* em face da agramaticalidade de (ii) **Pedro disse eles serem estudantes da USP*, em que não houve inversão. Adotaremos aqui a proposta de Rizzi (1982) e Raposo (1987a), de que essa inversão é resultado do movimento de AGR (e conseqüentemente do verbo auxiliar ou lexical) para o núcleo C de CP da oração matriz, ao qual é adjungido.

Outro recurso que pode ser utilizado como “tábua de salvação” é o movimento Qu (WH) do sujeito da oração infinitiva para Spec de C da sentença principal, como os exemplos abaixo mostram:

- (73) **O delegado disse os presos do pavilhão 5 terem fugido de madrugada*
- (74) *Que presos o delegado disse terem fugido de madrugada?*
- (75) **João percebeu os seus filhos serem muito inteligentes*
- (76) *Que filhos João percebeu serem muito inteligentes?*

Deve-se salientar, todavia, que o movimento WH do sujeito da oração infinitiva só “resgata” a gramaticalidade nas mesmas condições em que se aplica a inversão sujeito/verbo. Nos contextos em que a subida de AGR para C da matriz não “salva” a sentença, o movimento WH tampouco funciona. Assim, quando se tem um verbo que exprime atividade na oração infinitiva, desacompanhado de um auxiliar ou modal, nem o movimento WH, nem a inversão sujeito/verbo “salvam” a sentença:

- (77) **João disse os seus amigos comprarem coisas desnecessárias*
- (78) **João disse comprarem os seus amigos coisas desnecessárias*
- (79) **Que amigos João disse comprarem coisas desnecessárias?*
- (80) **João acredita os deputados do PSB apresentarem projetos interessantes*
- (81) **João acredita apresentarem os deputados do PSB projetos interessantes*
- (82) **Que deputados João acredita apresentarem projetos interessantes?*

O movimento WH do sujeito da infinitiva, todavia, não “resgata”, em nenhuma hipótese a gramaticalidade de complementos infinitivos de predicados não-assertivos:

- (83) **Que meninos eu quero saírem*
- (84) **Que irmãos ele deseja terem sucesso?*

5.3 A relativização da sentença contendo o predicado assertivo ou factivo epistêmico e seu complemento no infinitivo

A transformação da sentença contendo o predicado assertivo ou factivo epistêmico e a oração infinitiva em uma relativa, tendo por núcleo o sujeito da infinitiva, é também uma forma de tornar o infinitivo aceitável:

- (85) *João disse [os pombos terem bebido a água dos cachorros]
- (86) Os pombos_i que_i João disse [t_i terem bebido a água dos cachorros] estão sempre por perto
- (87) *João descobriu os ladrões terem entrado na casa pela janela.
- (88) Os ladrões que_i João descobriu [t_i terem entrado na casa pela janela] estão presos.

Esse recurso, todavia, só funciona nos casos em que “o resgate” da gramaticalidade também pode ser obtido pela subida de Agr para C:

- (89) *Os pais querem os seus filhos estudarem muito
- (90) *Os pais querem estudarem os seus filhos muito
- (91) *Os filhos que_i os pais querem [t_i estudarem muito] nem sempre o fazem.

Em resumo, podemos concluir que em complementos de predicados assertivos e factivos epistêmicos, uma sentença no infinitivo pessoal é sempre inaceitável, como (85) e (87) mostram. Contudo, a sentença poderá ser “salva” se ocorrer uma dessas três hipóteses: a) subida de AGR para o núcleo C do CP da oração superior (nos casos em que o verbo no infinitivo exprime estado/inatividade ou é acompanhado por um Auxiliar Aspectual ou um modal); b) movimento WH do sujeito para Spec de C da oração principal e c) a relativização da sentença contendo a oração infinitiva e o predicado assertivo ou factivo epistêmico. Observamos também que esses três recursos exigem contextos idênticos: no contexto em que um opera os outros dois também operam, e, a contrário senso, no contexto em que um não funciona, tampouco funcionam os outros dois. Devemos, no entanto, ressaltar que sujeitos oracionais de predicados assertivos adjetivais (*claro, evidente, certo, óbvio*), são sempre inaceitáveis no infinitivo pessoal, não havendo, neste caso, nenhum “tábua de salvação” capaz de tornar a sentença aceitável, como atestam os exemplos (62)-(66). Com relação a

predicados factivos emotivos, o infinitivo pessoal é sempre aceitável, seja como complemento do predicado, seja como sujeito oracional.

Finalmente, no que diz respeito aos predicados não-assertivos, constatamos uma assimetria: em posição de sujeito, o infinitivo é sempre aceitável (*ele chegar cedo é necessário/ é necessário ele chegar cedo*), já em posição de complemento, a forma infinitiva é sempre agramatical (**quero eles saírem*), não havendo, tampouco aqui, nenhuma possibilidade de “salvação”. Verificamos também uma assimetria, ao contrário, com predicados assertivos: em posição de complemento, o infinitivo é aceitável se ocorrer uma das três condições indicadas (subida de Agr, movimento WH do sujeito, relativização); em posição de sujeito o infinitivo jamais é aceito, como mostram (62)-(66).

O quadro abaixo resume o que dissemos acima:

Quadro IV

Factivos emotivos	Factivos epistêmicos	Assertivos	Não-assertivos
<p>O infinitivo pessoal é aceitável tanto em posição de complemento como em posição de sujeito</p> <p>Exemplos (20)-(23) e (61)</p>	<p>É aceitável em posição de complemento, dadas as condições:</p> <p>I-verbo no infinitivo deve exprimir <i>estado/ inatividade</i>, ou</p> <p>II-conter um auxiliar aspectual ou modal; e</p> <p>III-ocorrer subida de Agr para C ou movimento wh do sujeito.</p> <p>Exs. (24)-(32) e (75),(76),(87),(88)</p>	<p>a) em posição de complemento:</p> <p>aceitável nas mesmas condições de factivos epistêmicos;</p> <p>Exs.:(34)-(41), (73),(74),(85)-(86)</p> <p>b) em posição de sujeito:</p> <p>inaceitável em qualquer contexto</p> <p>Exs: (62)-(66)</p>	<p>a) em posição de complemento:</p> <p>inaceitável em qualquer contexto; (42)-(52), (83)-(84) e (89)-(91)</p> <p>b) em posição de sujeito : aceitável sem restrição (53)-(60)</p>

5.4 Explicação para o infinitivo pessoal no quadro da teoria da Ligação e Regência

Seria altamente desejável que a possibilidade ou impossibilidade do infinitivo pessoal seja explicada não meramente em termos estipulativos, indicando, como fizemos até agora, as condições ou contextos em que ele pode ocorrer, mas sim, como decorrência de princípios independentes e já existentes na gramática.

No quadro da Teoria da Gramática Gerativa e, especificamente, no que se convencionou chamar de Teoria da Ligação e Regência, foram feitas algumas tentativas de explicação do fenômeno, entre as quais citamos duas: Eduardo Raposo (1987a) e Alain Rouveret (1980). O trabalho de Eduardo Raposo, cujas linhas gerais adotarei aqui se propõe associar a possibilidade/impossibilidade do infinitivo pessoal à possibilidade/impossibilidade de atribuição de Caso Nominativo ao Sujeito Lexical da sentença infinitiva. Deste modo, a aceitabilidade da forma infinitiva decorre da não-violação de nenhum princípio da gramática e a sua inaceitabilidade, da não-atribuição de Caso nominativo ao DP sujeito da oração infinitiva. Entrarei em mais detalhes do trabalho de Raposo, quando tratar da derivação de sentenças contendo o Infinitivo pessoal. Quanto ao trabalho de Rouveret, ele atribui a agramaticalidade de sentenças contendo uma oração no infinitivo pessoal à violação do Princípio B da Teoria da Ligação. Isto porque ele parte do pressuposto de que a Infl [- Tempo, + Agr], flexão característica do Infinitivo Pessoal, é pronominal e não-anafórica, por conter os traços de [+número, + pessoa], que são típicos de expressões (pro)nominais. Por ser pronominal, Infl/+Agr deve satisfazer o Princípio B da Teoria da Ligação. A explicação é simples: o DP sujeito em Spec de IP e Agr[+pronominal] são coindexados, por conterem os mesmos traços de [número] e [pessoa], e a categoria de regência de Agr [+pronominal] é o IP da oração infinitiva, pois contém o pronome (Agr), um sujeito acessível (o NP em Spec. de IP) e um regente (o verbo da oração infinitiva)⁴⁸. Em tal configuração estrutural, o Princípio B é violado porque Agr [+ pronominal] é ligado em sua Categoria de Regência. Em consequência, as sentenças contendo uma oração no infinitivo pessoal deveriam ser todas agramaticais por não-satisfação do Princípio B. A proposta de Rouveret é utilizar um mecanismo em que, em certas situações, o NP sujeito da oração infinitiva seja marcada com o traço [+COMP] cujo

⁴⁸ na época em que Rouveret escreveu o artigo, Flex (Flexão) era gerada depois de V, numa posição em que V a regia, como em (i): (i) [_{VP} [V Flex]].

efeito é o de excluí-lo da Categoria de Regência de Agr pronominal, a qual passa a ser apenas VP. Neste caso, Agr pronominal fica livre na sua Categoria de Regência, satisfazendo o Princípio B. Nos casos em que o DP da oração infinitiva for marcada com o traço [- COMP] ele continua a fazer parte da Categoria de Regência da Flexão pronominal e as sentenças resultantes são excluídas por violação do Princípio B da Teoria da Ligação.

5.4.1 A hipótese de Eduardo Raposo (1987a)

Raposo (1987a) utiliza fundamentalmente a Teoria do Caso para explicar o Infinitivo Pessoal no Português Europeu (PE). No entanto, observou que a atribuição canônica de Caso é insuficiente para dar conta do fenômeno, porquanto, sendo AGR um atribuidor do Caso nominativo ao DP sujeito em Spec de IP, e estando ele presente na flexão do infinitivo pessoal, seria de se esperar que todas as sentenças da forma [DP [-Tempo,+ Agr] VP] fossem gramaticais. No entanto, como verificamos na distribuição do Infinitivo Pessoal, algumas sentenças são boas e outras, não. Assim, a atribuição canônica de Caso não explicaria por que a sentença (92) é gramatical e (93), não.

(92) João lamenta eles serem egoístas

(93) *João disse eles serem egoístas

Pela atribuição canônica de Caso, ambos os DPs da sentença encaixada recebem Caso nominativo e a expectativa é de que ambas fossem gramaticais.

Do mesmo modo, uma sentença simples não pode apresentar-se na forma infinitiva, como é o caso de (94), embora o seu DP sujeito receba caso nominativo:

(94) *Eles saírem

Tendo em vista essas dificuldades, Raposo (1987a, p.92) propõe a seguinte hipótese:

(95) Nas orações sem Tempo, Agr somente atribui Caso nominativo se for ele próprio marcado para Caso.

Essa hipótese implica em dizer que, para atribuir Caso nominativo, Agr da oração infinitiva deve receber Caso de um núcleo fora do INFL que o domina.

Assumindo que Caso é atribuído sob regência, Agr deve ser regido por um atribuidor de Caso que se encontre fora do Infl da oração infinitiva. Havendo esse regente, Agr será marcado [+C], o que o licenciaria para atribuir Caso nominativo ao DP sujeito da oração infinitiva. Se Agr não for regido por um atribuidor de Caso, ele é marcado [-C] e ficaria, assim, impedido de atribuir Caso. Com base nessa hipótese a agramaticalidade de (94) **Eles serem egoístas* seria explicada pelo fato de o DP *Eles* não receber Caso nominativo, uma vez que Agr é marcado com o traço [-C], por não haver nenhum atribuidor de Caso disponível que reja AGR e o marque para Caso, como a representação estrutural de (94), indicada aqui por (96), mostra:

(96)

Como se pode ver na configuração acima, o único atribuidor de Caso disponível fora de Infl é V. Todavia, V não rege AGR, uma vez que a primeira projeção máxima (VP) que domina V não domina AGR. Não sendo regido por nenhum atribuidor de

Caso, Agr é marcado com traço [- C] e fica, assim, impossibilitado de atribuir Caso nominativo ao DP eles. Deste modo, (94) é excluída pelo Filtro de Caso.

Estou assumindo neste trabalho que Caso é atribuído sob regência e que a relação estrutural existente entre o regente e o regido é de m-comando⁴⁹. Estou também assumindo, na esteira de vários estudiosos, inclusive Raposo (1987a), que se um elemento A rege uma projeção máxima XP, ele rege também o seu núcleo X.

Tendo em conta esse instrumental teórico, passamos a examinar como ele pode dar conta do Infinitivo pessoal em PB.

5.4.2 O infinitivo pessoal em complemento de predicados factivos

Proponho que uma sentença como (7) *Lamento eles gostarem de brincadeiras idiotas*, tenha a seguinte representação estrutural:⁵⁰

(97) [pro lamento [eles AGR gostar de brincadeiras idiotas]

cujas representação arbórea é dada por (98):

⁴⁹ A m-comanda B, sse: (i) A não domina B nem B domina A; (ii) a primeira projeção máxima que domina A domina B. (Raposo, 1992: 355)

⁵⁰ Estou assumido que um verbo factivo emotivo pode subcategorizar tanto um IP quanto um CP. Para impedir que, nos casos em que IP seja subcategorizado, o verbo não atribua caso acusativo ao sujeito infinitivo, adoto a sugestão de Reuland (1983) de que, se num domínio X, A é regido por B, A não pode ser regido por um elemento exterior a X. Como em (98) o sujeito em Spec de IP é regido por AGR, V não pode regê-lo, por ser externo ao domínio de IP. Deste modo, V não pode atribuir Caso acusativo ao sujeito do infinitivo.

(98)

Na representação estrutural acima, o verbo da oração principal rege o IP encaixado porque a primeira projeção máxima que domina V domina também o IP da oração infinitiva. IP⁵¹ recebe caso do verbo principal e este “percola” para o núcleo de IP. AGR é então marcado para Caso [+C] e, em consequência, fica licenciado para atribuir Caso nominativo ao DP sujeito da oração infinitiva.

Vejamos agora o exemplo (8) *Lamento gostarem eles de brincadeiras idiotas*, em que ocorre subida de Agr. Seguindo a proposta de Rizzi (1982) para o italiano, que, aliás também foi adotada por Raposo (1987a), assumo que, em tais casos, há um movimento de Agr para o núcleo C do CP da oração principal⁵². Isto implica em dizer que CP, diferentemente dos casos em que não há subida, está presente na estrutura da oração infinitiva, como indicado em (99), antes da subida de Agr:

(99) [pro lamento [_{DP} [_{CP} c [_{IP} eles Agr gostar de brincadeiras idiotas]]]]

⁵¹ Vários autores (ROUVERET, 1980; RAPOSO, 1987a, etc.) assumem que, na ausência de Tempo, Infl/+Agr é de natureza (pro)nominal, o que faz com que sua projeção máxima (IP) seja também nominal.

⁵² deixo em aberto a questão de saber se o verbo é movido para I antes do movimento de AGR para C, ou se AGR sobe primeiro e V depois.

A representação arbórea correspondente é dada em (100):(só o complemento)

(100)

Na configuração acima, o verbo da oração principal rege o CP da oração encaixada, atribuindo-lhe Caso que, por sua vez, “percola” para Agr que se encontra em C, marcando-o com o traço [+C]. Como Agr [+C], rege o IP da oração infinitiva, atribuindo-lhe Caso que, por sua vez, “percola” para o vestígio t_i . Este, tendo recebido o traço [+C], é licenciado para atribuir Caso nominativo ao DP *e/les*, sujeito da oração infinitiva. Caberia perguntar por que Agr [+C] não atribui Caso diretamente ao DP em posição de Spec de IP, considerando que, para alguns, IP não constitui uma barreira. Para Chomsky (1986b) IP não é uma barreira inerente, podendo vir a sê-lo apenas por herança, o que não é o caso. Para Lasnik e Saito (1994), ao contrário de Chomsky, IP é sempre uma barreira inerente do mesmo modo que CP e DP, deixando de sê-lo apenas nos casos em que é L-marcado. Independentemente de IP ser ou não uma barreira, existe uma restrição para a regência do DP “de fora” do IP, sugerida por Reuland (1983), segundo a qual, se num domínio (no caso, IP) um constituinte α é regido por um elemento β , interno a esse domínio, α não pode ser regido por um elemento externo. Como no domínio de IP o vestígio t_i deixado pelo movimento de Agr para C rege o DP sujeito, a regência deste por Agr em C fica bloqueada. Adoto, neste trabalho, a sugestão de Reuland (1983).

Em resumo, no caso de complemento de um factivo emotivo, o infinitivo pessoal é sempre gramatical porque, entre outras coisas, o DP sujeito da oração infinitiva recebe adequadamente Caso nominativo, uma vez que o seu IP (e conseqüentemente, o seu núcleo, dada a assunção que fizemos) é devidamente regido por um atribuidor de Caso externo.

5.4.3 O infinitivo pessoal em complementos de factivos epistêmicos e predicados assertivos

Como vimos em 5.2.3.b e c, as restrições de ocorrência do infinitivo pessoal tanto em complementos de factivos epistêmicos como de predicados assertivos são as mesmas. Assim, as conclusões relativas a um caso se aplicam também ao outro.

Vejamos, primeiramente, o caso dos complementos de factivos epistêmicos. Assumirei que um verbo factivo epistêmico subcategoriza, como complemento oracional, sempre um CP.

Deste modo, uma sentença como (24) terá (101) como sua representação estrutural, naquilo que é pertinente para o presente estudo.

(101) *[Eu descobri [_{CP} [_{IP} eles serem espiões da Cia]]

(101) tem como representação arbórea (102): (a representação abrange apenas o verbo principal e o complemento no infinitivo pessoal).

(102)

Em (102), embora CP não seja uma barreira por ser L-marcado por V, existe, entre o verbo matriz e IP, o núcleo C que, pela Condição de Minimalidade Relativizada (RIZZI, 1990) bloqueia a regência de IP pelo verbo matriz. Não sendo regido por um atribuidor de Caso, IP e, conseqüentemente seu núcleo Infl/Agr não são marcados para Caso, o que impede a atribuição de Caso nominativo ao DP sujeito da infinitiva. A sentença (24) é excluída, portanto, por violação do Filtro do Caso.

Quando ocorre subida de Agr para C⁵³, como é o caso de (25) *Eu descobri serem eles espiões da Cia*, a representação estrutural correspondente, no que diz respeito ao que é relevante para o que nos interessa no momento, é dada em (103).

(103) Eu descobri [CP [C' [C Agr_i] [IP [eles [_i t_i VP]]]]]

⁵³ A proposta de subida de Infl para Comp (Aux-to-COMP) foi feita por Rizzi (1982, p. 83) para criar um contexto de atribuição de Caso para o NP sujeito de orações infinitivas em Italiano, como é o caso de (i): (i) *L'esser la situazione suscetibile di miglioramento* indica che non tutto è perduto (exemplo (28b) de Rizzi (1982, p. 86). A subida de Infl para C permite que o NP *la situazione* receba Caso nominativo, dado que Rizzi (1982) postula a regra (ii) *Atribuir Caso Nominativo a NP no contexto Infl*____, necessária em italiano para explicar a aceitabilidade de (i). Se não houver a subida de Infl para Comp, o NP *la situazione* não recebe Caso, o que explica a inaceitabilidade de **La situazione esser suscetibile di miglioramento indica che non tutto è perduto*. Em PB, a regra (ii) é desnecessária. Raposo (1987a) assume que em casos como (25) Infl/Agr sobe para C, como indicado em (103).

Em (103), V atribui Caso a CP que “percola” para Agr em C. Agr, por sua vez, rege IP, ao qual atribui Caso. Este “percola” para o vestígio t_i , marcando-o [+ C], e licenciando-o para atribuir Caso nominativo ao DP sujeito da oração infinitiva.

O mesmo mecanismo pode ser utilizado para explicar o infinitivo pessoal em complementos de verbos assertivos, que apresentam a mesma distribuição dos factivos epistêmicos. (34), por exemplo, terá uma estrutura semelhante a (101)-(102), como indicado em (104):

(104) [Pedro disse [_{CP} [C' C [_{IP} eles [_{I'} [_I Agr] ser estudantes da USP]]]]]

Em (104) Agr se encontra numa posição não-regida por um atribuidor de Caso, uma vez que C é um regente potencial⁵⁴ mais próximo de IP, de acordo com a condição de minimalidade relativizada, bloqueando a regência deste pelo verbo *dizer*. Deste modo, Agr não é marcado para Caso, o que impossibilita o DP sujeito da oração infinitiva receber Caso nominativo. Em (35) *Pedro disse serem eles estudantes da USP*, Agr, diferentemente de (34), se encontra numa posição regida pelo verbo da matriz, como mostra (105), o que viabiliza a atribuição de Caso nominativo ao sujeito do infinitivo.

(105) [Pedro disse [_{CP} C' [C Agr_i] [_{IP} eles [_{I'} [_I t_i] ser estudantes da USP]]]]]

Em (105), Agr recebe Caso do verbo da matriz e o transmite, via IP, ao seu vestígio t_i , que, assim, fica licenciado para atribuir Caso nominativo.

Raposo (1987a) engloba sob a denominação de verbos epistêmicos o que eu chamo de factivos epistêmicos (saber, descobrir, etc.) e assertivos (dizer, acreditar, etc.). Para ele, ambos os tipos de predicados são não-nominais. O CP deles conteria, portanto, o traço [-nominal]. Divergindo dessa posição, considero como não-nominal apenas o complemento de predicados assertivos, o que equivale a dizer que, para mim, o complemento de um factivo epistêmico, do mesmo modo que o de um factivo emotivo, é nominal. A motivação para isso foi apresentada quando da discussão sobre a estrutura de factivos. (ver cap. 4)

Raposo (1987a) propõe que o CP do complemento de um predicado epistêmico contenha um marcador de Tempo (T) abstrato para evitar que Agr movido para o núcleo C nominalize o CP. Assim o núcleo do CP encaixado de (98) seria algo como

⁵⁴ Segundo Haegeman (1991, p. 647) um núcleo C^o vazio tem a capacidade de bloquear a regência de um elemento por outro núcleo. Seu exemplo * John tried [_{CP} C^o [_{AGRP} Bill to win]] é inaceitável porque C^o impede a regência de *Bill* pelo verbo *try* impossibilitando a atribuição de Caso a *Bill*.

[C/T] onde T representa um marcador abstrato de Tempo. A presença de Tempo, mesmo abstrato, eliminaria a natureza pronominal de [- Tempo, + Agr], flexão do Infinitivo Pessoal. Como consideramos que o complemento de um factivo epistêmico é nominal, isto se aplicaria somente a complementos de predicados assertivos. Assim, ao invés de (105), a estrutura de (35) *Pedro disse serem eles estudantes da USP*, depois do movimento de Agr para C, é algo como (106):

(106) [Pedro disse [CP [C' [C/T Agr_i] [IP [eles [I' t_i VP]]]]]]

Em suma, o movimento de Agr para o núcleo de CP da oração infinitiva é uma espécie de tábua de salvação para sentenças agramaticais contendo complementos de predicados factivos epistêmicos e assertivos.

5.4.4. Complementos de predicados não-assertivos

Vimos que predicados não-assertivos que tomam orações como complemento não aceitam em nenhuma hipótese o infinitivo pessoal. Nem mesmo a subida de Agr para o núcleo C do seu CP “salva” a sentença, como mostram (43), (45), (47), (49), (52). Em tais casos, tampouco serve de alguma valia o movimento WH do sujeito da oração infinitiva ou a relativização da oração contendo o verbo não-assertivo e seu complemento:

(107) *Que meninos eu quero saírem logo?

(108) *Os meninos que eu quero saírem logo....

Predicados não-assertivos que tomam complementos oracionais são, em geral, verbos de volição (*querer, desejar*), verbos que exprimem pedido (*pedir, solicitar*), ordem (*ordenar, determinar*).⁵⁵ O complemento oracional de tais verbos é claramente não-nominal, porque em nenhuma hipótese eles podem ter um nome como núcleo:

(109) *Eles querem a possibilidade/o fato/ a esperança de os meninos chegarem
sãos e salvos

Por outro lado, alguns autores assumem que o complemento de tais predicados é atemporal, ou seja, que o seu tempo, nas orações introduzidas por um complementizador, como em *Eu quero que elas saíam* é determinado pelo tempo da oração principal. Menciono entre os que defendem tal idéia Bárbara (1975) e

⁵⁵ mandar constitui exceção, pois aceita complemento no infinito pessoal:

(i) Mandeí eles saírem

Raposo (1987a). Tendo em conta essas especificidades, a estrutura de uma sentença como (42)* *Eu quero os meninos saírem* pode ser representada por (110).

(110) [Eu quero [_{CP} [_{C'} [_C [_{IP} os meninos [_{I'} [_I Agr] sair]]]]]]

Tendo em vista que CP é L-marcado pelo verbo *querer*, ele não representa uma Barreira, não constituindo obstáculo à regência de IP pelo verbo principal. Para excluir (42), estruturalmente representado por (110), devemos fazer apelo à condição de minimalidade relativizada. O núcleo C, sendo um regente potencial mais próximo de IP, impede a regência dele pelo verbo. Em consequência, Agr não recebe marcação de Caso e (42) é excluído pelo Filtro do Caso.

Se Agr for movido para o núcleo de CP, este se tornará nominal, pelo fato de Agr ser (pro)nominal, e se encontrar na posição de núcleo do CP, que não contém nenhum marcador de Tempo abstrato. A “subida” de AGR[+pronominal] viola a exigência de que o CP de complementos de verbo de volição contenha o traço [-nominal]. Em outros termos, o traço [-nominal] do CP entra em conflito com o traço [+nominal] de AGR adjungido a C. Deste modo, (43)**Eu quero saírem os meninos* será excluída por violação do traço [-nominal] desses complementos. O mesmo se pode dizer de qualquer sentença complemento de um verbo não-assertivo em que Agr “sobe” para o núcleo do CP. Portanto, a agramaticalidade de sentenças contendo um predicado não-assertivo com complemento no infinitivo pessoal resulta: a) nos casos em que não há “subida” de AGR para o núcleo de CP, da não atribuição de Caso nominativo a esse DP; b) nos casos em que há “subida”, da violação do traço [-nominal] que caracteriza o CP subcategorizado por tais verbos.

5.4.5 O infinitivo pessoal na posição de sujeito oracional

À exceção de predicados adjetivais assertivos (*claro, evidente, óbvio*, etc.), todos os tipos de predicados, adjetivais e verbais, que selecionam uma oração como argumento externo, admitem o infinitivo pessoal.

Para os casos em que o infinitivo é aceitável, proporemos, seguindo sugestão de Raposo (1987a), que a oração infinitiva em Spec de IP seja dominada apenas por IP e não por CP. O argumento de Raposo é que IP, nessa circunstância, não é distinto de DP, uma vez que é a projeção máxima de um núcleo nominal: Infl/[-Tempo, +Agr]. Isto satisfaria a exigência de que a posição de sujeito seja um DP. Em

consequência deste modo de ver, o IP da oração principal domina diretamente o IP da oração infinitiva, como indicado em (111):

(111)

Na configuração acima, a Flexão da oração principal (I_1) rege o IP da oração infinitiva, atribuindo-lhe Caso que “percola” para I_2 , o qual, por sua vez, rege o DP sujeito do IP infinitivo, atribuindo-lhe Caso nominativo. Assim, uma sentença como (53) *eles comparecerem à reunião é possível* terá a representação (112):

(112) [_{CP} [_{IP} [_{IP} [_{DP} *eles*] [_{I'} [_I [_{Agr}] [_{VP} comparecer à reunião] [_{I'} [_{Infl}] [_{VP} ser possível]]]]]]]

Na representação acima, o DP sujeito da infinitiva recebe Caso nominativo do seu Agr, via IP encaixado, regido por Infl. da sentença principal.

Na hipótese de uma sentença copular como (53) se originar de uma *small clause*, como querem alguns (Stowell 1978; Burzio, 1986), com a cópula em IP, a estrutura subjacente relevante seria algo como (113):

(113) [_{IP} [_{I'} [_I [_{VP} ser [_{sc} [_{IP} eles comparecer à reunião] [_{AP} possível]]]]]]]

Em (113), o IP encaixado se move para o Spec de IP da matriz, a fim de satisfazer o Princípio de Projeção Estendido (EPP “extended Projection Principle”) e, deste modo, obtemos uma estrutura semelhante a (112) em que o IP encaixado é dominado pelo IP da matriz e, como indicado em (111) I da matriz rege o IP encaixado, atribuindo-lhe Caso, que “percola” para o núcleo AGR.

Caso haja extraposição, o movimento da oração infinitiva deixa um elemento nulo (*pro*) na posição original com o qual é co-indexado, como representado em (114), para a sentença (54):

(114) $pro_i [I' \text{ Infl é possível } [IP \text{ eles } [I' [I \text{ Agr}] \text{ comparecer à reunião}]]_i]$

Em (114), *pro* recebe caso de Infl da oração principal, o qual é transmitido, via cadeia, à oração extraposta com a qual *pro* se acha coindexado. O caso assim atribuído ao IP da oração infinitiva “percola” para o seu núcleo I/Agr, licenciando-o para atribuir Caso nominativo ao sujeito do infinitivo. O mesmo mecanismo é utilizado para os casos em que a oração infinitiva é sujeito de um predicado factivo adjetival como é o caso de (48) *É lamentável eles jogarem lixo na rua*.⁵⁶

Para dar conta de orações infinitivas na posição de sujeito de predicados adjetivais assertivos, que são todas agramaticais, como é o caso de (62) * *eles aprovarem este projeto é evidente* ou (63)* *Aprovarem eles este projeto é evidente*, proponho que o IP das orações infinitivas seja dominado, nestes casos, por um DP. DP sendo uma barreira, impede a regência de IP da infinitiva, criando um contexto estrutural de não-atribuição de Caso para o Agr subordinado. Em tal situação, o sujeito da oração infinitiva não recebe Caso nominativo e a sentença é excluída pelo Filtro de Caso. A representação em (115) da sentença (62)* *Eles aprovarem este projeto é evidente* permite visualizar melhor o que acabamos de dizer.

⁵⁶É irrelevante para a atribuição de Caso ao DP sujeito da oração infinitiva que esta seja gerada na posição de argumento de uma Small Clause como indicado em (i)

(i) $[IP \text{ ser}_{SC} [IP \text{ eles jogarem lixo na rua}] [AP \text{ lamentável}]]$.

Em (i) a oração infinitiva deverá ser movida para Spec de IP da matriz para satisfazer o EPP. Nesta posição o IP da oração infinitiva é regido pelo Infl da matriz e marcado para Caso. Se houver Extraposição, a estrutura relevante será:

(ii) $[IP \text{ pro}_i [VP [VP \text{ ser lamentável } [IP \text{ eles jogarem lixo na rua}]]_i]]$

Em (ii) *pro* recebe Caso de Infl da matriz e o retransmite via cadeia ao IP da oração infinitiva, o qual percola para AGR que, fica, assim, licenciado para atribuir Caso nominativo ao DP *eles*, .

(115)

A configuração (115) mostra claramente que o DP dominado por IP_1 , por não ser L-marcado, constitui uma barreira à regência de IP_2 por Inf_1 , impedindo, assim, que IP_2 receba Caso de I_1 . Em consequência, o seu núcleo I_2 deixa de ser marcado para Caso, bloqueando a atribuição de Caso nominativo ao DP sujeito da oração infinitiva.

5.4.6 O infinitivo em Adjuntos

Vimos que o infinitivo pessoal pode ocorrer também com orações em posição de Adjunto. Sentenças como (76) *Por [pro]_i não saberem as respostas, [os candidatos]_i foram reprovados*, não oferecem nenhum problema porque, como o DP sujeito do infinitivo não está expresso, não há Caso nominativo a ser atribuído, de acordo com o Filtro do Caso. Mesmo que haja necessidade de atribuir Caso ao elemento vazio *pro*, isto não constitui problema, se admitirmos que a preposição seleciona um IP e não um CP, no caso de uma oração infinitiva em posição de Adjunto. Nessa hipótese, a preposição rege IP e o seu núcleo. Assim, para uma sentença como (71)

Os presos fugiram, sem as sentinelas perceberem, propomos a seguinte estrutura para a oração Adverbial, na forma de colchete e na forma de árvore :

(116) ...[_{PP} [_P sem] [_{IP} [_{DP} as sentinelas] [_I Agr] [_{VP} perceber]]]

(117)

Em (117), a preposição rege IP e o seu núcleo Infl/Agr, marcando IP para Caso, que “percola” para o seu núcleo Agr, tornando-o apto a atribuir Caso nominativo ao sujeito da oração infinitiva.

5.4.7 Orações infinitivas em que há movimento WH do sujeito

Como vimos, o movimento wh do sujeito para Spec de CP da oração principal é um dos recursos utilizados para “resgatar” a gramaticalidade de um sentença cujo complemento se acha no infinitivo pessoal. Por exemplo, (80) *Que presos o delegado disse terem fugido de madrugada?* é gramatical, mas não a declarativa correspondente: (79)* *O delegado disse os presos do pavilhão 5 terem fugido de madrugada*. Mostramos que a agramaticalidade de (79) se deve à impossibilidade de se atribuir Caso nominativo ao DP lexical da oração infinitiva, porquanto o núcleo C do CP encaixado constitui um regente potencial mais próximo de IP, impedindo a regência deste pelo verbo principal (ver secção 5.4.3). Resta explicar a gramaticalidade de (80). Para isto, propomos que a representação estrutural da SS de (80) seja (118):

(118)

Na configuração acima, o vestígio t_i em Spec de IP_i deve receber Caso por ser o vestígio de um movimento WH ou por ser parte de uma cadeia A', uma vez que o DP que lhe corresponde se acha em Spec de CP da matriz, posição não-argumental, e portanto, insusceptível de receber Caso. Considerando que CP_1 não é uma Barreira, dado que é L-marcado, o verbo *dizer* rege IP_1 e lhe atribui Caso. Este “percola” para Agr e o marca para Caso. Agr [+C] atribui, então, Caso nominativo ao vestígio t_i em Spec de IP_i . O vestígio, por sua vez, por estar coindexado com o DP *que presos* em Spec de CP da matriz, transmite a este, via cadeia, Caso nominativo. O único inconveniente em (118) é que o núcleo C é um regente potencial intervindo entre V e IP_1 e, portanto, bloqueando a regência de IP_1 pelo verbo *dizer*. Para contornar essa dificuldade propomos então que Agr seja movido para C como no caso da inversão sujeito/verbo. Estando em C, Agr é regido pelo verbo da matriz pelo qual é marcado para Caso. Agr em C, por sua vez, rege IP_1 ao qual atribui Caso que “percola” para o vestígio deixado pelo movimento de Agr. o Caso nominativo é transmitido, então, via cadeia, ao DP-*que presos* em Spec de CP da matriz, coindexado com o vestígio t_i em Spec de IP_i . A representação pertinente é dada em (119).

(119)

Em (119), como o sujeito da oração infinitiva foi movido para Spec de C da matriz, a subida de Agr para C não traz nenhuma consequência para a representação fonológica de (80), uma vez que entre o verbo *dizer* e o auxiliar *ter* não haverá nenhum elemento fonético.

5.4.8 A relativização da sentença contendo a oração infinitiva

Outro recurso para tornar gramatical uma sentença contendo uma oração infinitiva como complemento de um predicado assertivo ou factivo epistêmico é converter a oração contendo o predicado assertivo ou factivo epistêmico numa relativa iniciada pelo sujeito da oração infinitiva. Um exemplo disso é a sentença (88) que repetimos aqui em (120):

(120) [Os deputados]_i que_i João acredita [t_i poderem votar o projeto ainda hoje] estão em reunião.

Como explicar a gramaticalidade de (120)? Postulemos a seguinte representação arbórea, em SS, para (120):

(121)

Na representação (121), propomos também que Agr da oração infinitiva “suba” para C a fim de ser regido pelo verbo *acreditar* e ser marcado, por ele, para Caso. O vestígio t_k deixado pela subida de Agr recebe Caso via IP_1 , regido que é por Agr. O vestígio t_k atribui Caso nominativo ao vestígio t_i que, via cadeia, o transmite ao DP-*os deputados* com o qual se acha coindexado.

Assim, nos dois casos em que há movimento do sujeito da oração infinitiva para Spec de CP, em um, para derivar a sentença interrogativa e, no outro, a sentença relativa, a gramaticalidade das sentenças respectivas decorre diretamente da

“subida” de Agr da oração infinitiva para o núcleo C do CP da sentença em questão, o que cria um contexto de atribuição de Caso. Como vimos, a subida de Infl/agr para C, não tem nenhum efeito para a PF (forma fonológica) da sentença, pois entre o elemento movido e seu vestígio não há material lexical. Nos outros casos de subida de Agr, que estudamos até agora, a consequência é a inversão sujeito/verbo.

5.4.9 O infinitivo com verbos de percepção, causativos e de ordem

Verbos de percepção como *ouvir*, *sentir*, *ver*, e causativos como *fazer*, *deixar*, etc, assim como verbos de ordem, como *mandar*, podem tomar como complemento uma oração infinitiva pessoal, mas têm uma particularidade: o seu sujeito tanto pode receber Caso acusativo como nominativo :

- (122) a. Mandou [nós sairmos]
b. Mandou-[nos sair]
- (123) a. Ovi [eles cantarem]
b. Ovi-[os cantar]
- (124) a. Deixei [as crianças brincarem]
b. Deixei-[as brincar]

Nas sentenças (a) acima temos o infinitivo pessoal e nas sentenças (b), o infinitivo impessoal. Isto fica evidente dada a agramaticalidade de (125) e (126):

- (125) * Mandou nós sair
- (126) * Mandou-nos sairmos

Em (125), em que o pronome recebe Caso nominativo, o sujeito deve concordar com o verbo, como em (122a). Em (126), por se tratar do infinitivo impessoal, a concordância do clítico com o verbo não é possível.

Para explicar o infinitivo pessoal, propomos que, nestes casos, o verbo subcategorize um IP e não um CP, como indicado em (127), para a sentença (122a).

(127)

Na representação acima, a sentença infinitiva corresponde a IP_2 . Trata-se, portanto, de atribuir Caso nominativo a DP_2 . Considerando que V rege IP_2 , este recebe Caso de V, o qual “percola” para o núcleo de IP_2 marcando-o para Caso.

No caso do infinitivo impessoal, Agr não estará presente em (127) e, em consequência, V atribui Caso acusativo diretamente a DP_2 , dado que IP_2 não constitui uma Barreira à regência de DP_2 por V^{57} . Deste modo, são geradas as sentenças (b) em (122)-(124).

5.4.10 Casos residuais

Adotando a hipótese de Raposo (1987a) explicitada em (95), pudemos explicar a ocorrência do infinitivo pessoal em PB, na grande maioria dos casos, como uma decorrência da possibilidade de o DP sujeito da oração infinitiva receber Caso nominativo. Se essa possibilidade se concretizar, a sentença é gramatical, caso contrário,

⁵⁷ Neste caso, a regência do sujeito em Spec de IP pelo núcleo verbal externo a IP_2 é possível porque Agr é nulo. Em outros termos, como não há um regente para o DP sujeito no domínio de IP_2 , ele pode ser regido por um elemento externo a IP_2 .

agramatical. Deste modo, a possibilidade de ocorrência do infinitivo pessoal decorre de Princípios de própria teoria gramatical e, especificamente, da Teoria do Caso.

Existem, todavia, alguns casos que são refratários a uma explicação em termos da Teoria de Ligação e Regência. Um desses casos é o das sentenças cujo predicado principal é um verbo assertivo ou um factivo epistêmico e cujo complemento no infinitivo contém um verbo de atividade, desacompanhado de um auxiliar aspectual ou modal. Exemplo disso são as sentenças (13)-(14), (25)-(26), que repetimos aqui como (128)-(129) e (130)-(131), respectivamente:

(128) * Eu descobri/sei/revelei eles comprarem um carro novo

(129) * Eu descobri/sei/revelei comprarem eles um carro novo

(130) *Eu garanto eles comprarem um carro novo

(131) *Eu garanto comprarem eles um carro novo

Nem a subida de Agr para C, nem tampouco o movimento WH do sujeito para Spec de CP da matriz ou relativização da oração contendo o predicado assertivo/epistêmico, tornam (128) e (130) gramaticais, como ilustrado por (132), (133).

(132) *Que pessoas eu descobri/sei/revelei comprarem um carro novo?

(133) *As pessoas que eu garanto comprarem um carro novo têm dinheiro sobrando.

A agramaticalidade de (128) ou (130) é explicável porque o sujeito da oração infinitiva não recebe Caso nominativo (seção 5.4.3), mas a de (129) e (131) é inesperada, porquanto a subida de Agr para C cria um contexto estrutural de atribuição casual ao IP da oração infinitiva pelo verbo da matriz (seção 5.4.3.). Não tendo sido violado nenhum princípio da gramática em (129) e (131) seria de se esperar que essas sentenças fossem gramaticais. Uma possível explicação para esse fato é a de que (129) e (131) são excluídas por razões semânticas e não sintáticas. Parece haver uma incompatibilidade entre, de um lado, ausência de tempo acrescido da ausência de aspecto ou de um modal e, de outro, o traço [+ atividade] do verbo do infinitivo pessoal quando complemento de um predados assertivo ou factivo epistêmico.

Se o verbo no infinitivo for de estado ou exprimir inatividade, as sentenças são aceitáveis, mesmo na ausência de um auxiliar aspectual ou modal, e desde que ocorra subida de Agr para C, movimento Wh do sujeito do infinitivo ou relativização:

- (134) Maria disse odiarem os seus filhos o estudo de matemática
 (135) Ela descobriu estarem alguns de seus amigos com Aids.
 (136) Rosa soube conterem aqueles documentos denúncias explosivas
 (137) Pedro garantiu serem aqueles produtos de procedência conhecida
 (138) Que amigos ele descobriu estarem com Aids?
 (139) Que filhos Maria disse odiarem estudar matemática?

Poderíamos também explicar a agramaticalidade de (129) e (131), não em termos do traço [+ atividade] do verbo no infinitivo, mas em termos do papel temático desempenhado pelo DP sujeito da oração infinitiva. Com efeito, constatamos que o infinitivo é inaceitável somente quando argumento externo do verbo tem o papel temático [+ Agente], como é o caso de (129) e (131), ou de um causador de um evento, como em

- (140) * João disse destruírem as chuvas a lavoura
 (141) * João garantiu afundarem as tempestades os navios
 (142) * Todos sabem derreter o calor o gelo
 (143) * Maria disse balançarem as ondas fortes o barco

Em (140)-(143), todas inaceitáveis *as chuvas*, *as tempestades*, *o calor* e *as ondas fortes* são os causadores do evento expresso pela oração infinitiva. Em contrapartida, se o papel temático do DP sujeito não for nem de Agente nem de Causador, as sentenças tornam-se aceitáveis, como em *João disse odiarem suas filhas estudar matemática* em que o sujeito do infinitivo é um experienciador.

Deste modo, bastaria, para explicar a agramaticalidade de sentenças como (129) e (131), estipular que, quando a oração infinitiva não contém um Auxiliar aspectual ou modal, o seu sujeito não pode desempenhar o papel temático de Agente ou de Causador. Isto pode ser feito por meio do filtro (144):

(144) Filtro do Infinitivo Pessoal:

- * ...V... [DP [-T, + Agr]VP]]

+assertivo ou	+agentē ou
+factivo epist	+causador

VP não contém nenhum Auxiliar aspectual ou modal.

O filtro acima define como mal formada uma estrutura contendo um verbo assertivo ou factivo epistêmico, cujo complemento no infinitivo não contém um auxiliar ou modal e tem como sujeito um Agente ou um Causador

5.4.11 Conclusões

Partindo da hipótese formulada por Raposo (1987a) de que Agr, para atribuir Caso nominativo nas orações sem Tempo, deve ser ele próprio marcado para Caso, podemos explicar o Infinitivo Pessoal em PB, em termos da Teoria do Caso, no quadro da Teoria da Regência e da Ligação. Mostramos que a ocorrência de sentença contendo uma oração no infinitivo pessoal, em qualquer posição em que esta se encontre (sujeito, complemento de um predicado, complemento de uma preposição ou Adjunto) decorre da possibilidade de o sujeito da oração infinitiva receber Caso nominativo. Nas configurações em que isso é possível, a sentença é gramatical, do contrário, é excluída. A única exceção é o caso em que a oração infinitiva é complemento de um predicado assertivo ou factivo epistêmico, e não contém um Auxiliar Aspectual ou Modal, e o seu DP sujeito é um Agente ou Causador. Nesta hipótese, a Teoria do Caso é insuficiente para explicar porque, embora seu DP-sujeito receba Caso nominativo, a sentença contendo o infinitivo é agramatical. Para excluir sentenças nessas condições, propusemos o Filtro do Infinitivo (144), que estipula como agramatical uma oração no infinitivo pessoal sem Auxiliar Aspectual ou Modal, na posição de complemento de um predicado Assertivo ou Factivo epistêmico, e cujo sujeito é um Agente ou um Causador.

CONCLUSÃO FINAL

Este trabalho pretendeu examinar alguns aspectos da complementação envolvendo basicamente predicados factivos e assertivos. Um desses aspectos foi determinar qual o estatuto semântico do complemento oracional, que vai depender basicamente da classe a que pertence o predicado da oração matriz. Se esse predicado for factivo, o estatuto semântico do complemento é de pressuposto (exceto em alguns contextos específicos). Se o predicado for um não-factivo, a natureza semântica do complemento poderá ser o de asserção, se o predicado não-factivo pertencer à classe dos assertivos e de não-asserção, se esse predicado se incluir na classe dos não-assertivos. Mostramos que o estabelecimento das classes de predicados estudadas se fundamenta em critérios semânticos e sintáticos e que existem evidências para se propor duas classes ou subclasses de predicados factivos: emotivos e epistêmicos.

O trabalho se debruçou também sobre o problema da estrutura sintática do complemento de predicados factivos, apresentando evidências de que a proposta de Kiparsky e Kiparsky (1970) de que o complemento oracional de um factivo seja um NP/DP tendo por núcleo o nome *fato* é insustentável em face dos dados do PB. Na tentativa de explicar a assimetria existente entre a extração de argumentos D-linked, de um lado, e Adjuntos e argumentos não-D-linked, de outro, propusemos, seguindo sugestão de Melvold (1991), que o Spec de C do complemento factivo contenha um Operador Nulo ligando o evento E expreso pela oração encaixada. Essa proposta aliada à teoria da cópia do movimento (Chomsky, 1995) permitem uma explicação satisfatória para a assimetria em questão.

O estudo permite afirmar que a possibilidade de ocorrência do infinitivo pessoal em PB vai depender, em grande medida, da classe a que pertence o predicado da matriz e de o NP sujeito da oração infinitiva receber Caso nominativo. Essa possibilidade se situa entre dois extremos: com factivos emotivos, o infinitivo pessoal pode ocorrer sem nenhuma restrição; com predicados não-assertivos, a ocorrência do infinitivo é fortemente restringida. Entre esses dois extremos, a aceitabilidade do infinitivo vai depender da co-ocorrência de determinadas condições, tais como inversão sujeito/verbo, presença de elementos aspectuais ou modais no complemento, movimento WH do sujeito do infinitivo, etc.

Além do mais, o estudo permitiu uma nova compreensão do fenômeno do

subjuntivo em complementos, a qual foge à explicação recorrente da gramática tradicional de que o subjuntivo é o modo em que se exprime a incerteza e a irrealidade. As evidências apresentadas permitem concluir que esse é o modo de expressão da não-asserção.

Referências Bibliográficas

- ALI, M. S. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971;
- BÁRBARA, Leila. *Sintaxe Transformacional do Modo Verbal*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1975;
- BARWISE, J. e COOPER, R. Generalized Quantifiers and Natural Language. *Linguistic and Philosophy*, 4, p. 159-219, 1981;
- BUENO, F. S. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 7ª. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1968;
- BURZIO, L. *Italian Syntax*. Dordrecht: Reidel, 1986;
- CELSONO, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985;
- CHOMSKY, N. *The logical Basis of Linguistic Theory*: Proceedings of the IXth Congress of Linguistics, Mouton, the Hague, 1962;
- _____. *Current Issues in Linguistic Theory*. Mouton, The Hague, 1964;
- _____. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965;
- _____. Remarks on Nominalization, in Jacobs, R. A. e P. Rosenbaum (eds.), *Readings in English Transformational Grammar*, Ginn and Company, Waltham, Massachusetts, 1970;
- _____. Conditions on Transformations, em Anderson, S.R. e P. Kiparsky (eds.) , *Festschrift for Morris Halle*, Holt, Rinehart and Winston, Inc. New York, 1973;
- _____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981;
- _____. *Barriers*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986b;
- _____. *A Minimalist program*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995;
- CINQUE, G. *Types of A'-dependencies*. 2. ed. Cambridge: The MIT Press, 1991;
- FILLMORE, C.J. Types of Lexical Information. In STEINBERG, D. D. e JAKOBOVITS, L.A. (orgs.) *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 370-392, 1971;
- _____. Verbs of Judging: an exercise in semantic description'. In Fillmore, C.J. and Langendoen, D.T (orgs.) *Studies in Linguistic Semantics*, 273-89. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1971;

- FUKUI, N. e SPEAS, M. Specifiers and Projections. In *MIT working papers in linguistics*, vol. 8, 1986;
- GAMUT, L.T.F. *Logic, Language and Meaning*. Vol. II, Chicago: The University of Chicago Press, 1991;
- HAEGEMAN, Liliane M.V. *Introduction to Government and Binding Theory*. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1991;
- HEIM, I. *The Semantics Of Definite and Indefinite Expressions*. Nova Iorque: Garland, 1989;
- HOOPER, J. B. On Assertive Predicates. In: Kimball, John P. (org.), *Syntax and Semantics*, Volume 4, 91-124, 1975;
- HOWARD, L. and SAITO, M. *Move α* : Conditions on its application and output, Cambridge: The MIT Press, 1991;
- HUANG, C. T. J. *Logical Relations in Chinese and the Theory of Grammar*. Doctoral Dissertation, MIT, 1982;
- JACKENDOFF, R. S. *Semantics and Cognition*, Cambridge: MIT Press, 1983;
- KARTTUNEN, L. Presuppositions of compound sentences. *Linguistic Inquiry*, volume 4, 169-93, 1973;
- _____. Implicative verbs. *Language*, volume 47, 340-58, 1971;
- KEENAN, E. L. Two kinds of presupposition in natural language. in Fillmore, C. J. and Langendoen, D. T. (orgs.) *Studies in Linguistic Semantics*, 45-54. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1971;
- KEMPSON, R.M. *Presupposition and Delimitation of Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975;
- _____. *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980
- KIPARSKY, P. e KIPARSKY, M. Fact. In D.Steinberg e L. Jakobovitz (orgs.), *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971;
- KOSTER, J. Why subjects sentences don't exist. In *Recent Transformational Studies in European Languages*. Cambridge: Cambridge MIT Press, 1978;
- LAKOFF, G. *On Generative Semantics*. In Steinberg e Jakobovits, p. 232-296, 1971.
- LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*. Tradução Fátima Sá Correia; Maria Emília V. Aguiar; José Eduardo Torres; Maria Gorete de Souza. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996;

- LANGENDOEN, D.T. and SAVIN, H.B. The projection problem for presuppositions. In Fillmore, C.J. and Langendoen, D.T. (orgs.) *Studies in Linguistic Semantics*, 55-61. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1971;
- MANZINI, R. *Locality*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1992;
- MAY, R. *Logical Form: Its Structure and Derivation*, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1985;
- MCCAWLEY, J. D. Lexical Insertion in Transformational Grammar without Deep Structure. In B. Darden, C.-J. N. Bailey, and A. Davison (orgs.), *Papers from the Fourth Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Department of Linguistics, University of Chicago, Chicago, 1968;
- MELVOD, J. Factivity and Definiteness. *MIT Working Papers in Linguistics*, vol.15, 97-117, 1991;
- HORNSTEIN, N., NUNES, J. e GROHMAN, K. K. *Understanding Minimalism*, Cambridge: Cambridge University Press, 2005;
- MOESCHLER, J. *Le Paradigme de la Pragmatique en Sciences du Langage*: quelques avancées théoriques et empiriques. <http://htl.linguist.jussieu.fr/smoes.pdf>. Consulta em 15 de dezembro 2006.
- PERINI, M. *Gramática do Infinitivo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977;
- RAPOSO, E. Case Theory and Infl-to-Comp: The Inflected Infinitive in European portuguese, *Linguistic Inquiry*, vol.18:1, 85-110, 1987a;
- _____. *Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1992;
- REULAND, E. Governing-ing. *Linguistic Inquiry*, vol. 14, 101-36, 1983;
- RIZZI, L. *Issues In Italian Syntax*. Dordrecht: Foris Publication Holland, 1982;
- _____. *Relativized Minimality*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1990;
- _____. The fine structure of left periphery, in Haegeman, L. (org.), *Elements of grammar*, Kluwer Academic Publishers, 281-337, 1997;
- _____. *Reconstruction, Weak Island Sensitivity, and Agreement*. Università di Siena, 2000;
- ROSS, J. R. *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de doutorado, MIT, 1967;
- ROUVERET, A. Sur la notion de proposition finie: Gouvernement et inversion, *Langages*, vol. 60, 75-107, 1980;

- SCABOLSCI, A. e .ZWARTS, F. Semantic Properties of Composed Functions and the distribution of Wh-Phrases. *In Proceedings of the 7th Amsterdam Colloquium*. ILLC, University of Amsterdam, 1990;
- STALNAKER, R. *Pragmatic presuppositions, Semantics and Philosophy*, in M.K. Munitz and P.K.Unger (orgs.), 197-214, New York: NYU Press, 1974;
- STRAWSON, P. F. On Referring. *Mind*, 59, 320-44, 1950;
- _____. *Introduction to Logical Theory*. London: Methuen, 1952;
- STOWELL, T. What was there before there was *there*. in D. Farkas, W. Jacobson and K. Todrys (orgs.), *Papers from the Fourteenth Regional Meeting*, Chicago Linguistics Society, 1978;
- _____. *The origin of phrase structure*. Tese de doutorado. MIT, 1981;
- WILKINSON, R. Factive complements and action complements, CLS 6: 425-44., 1970.